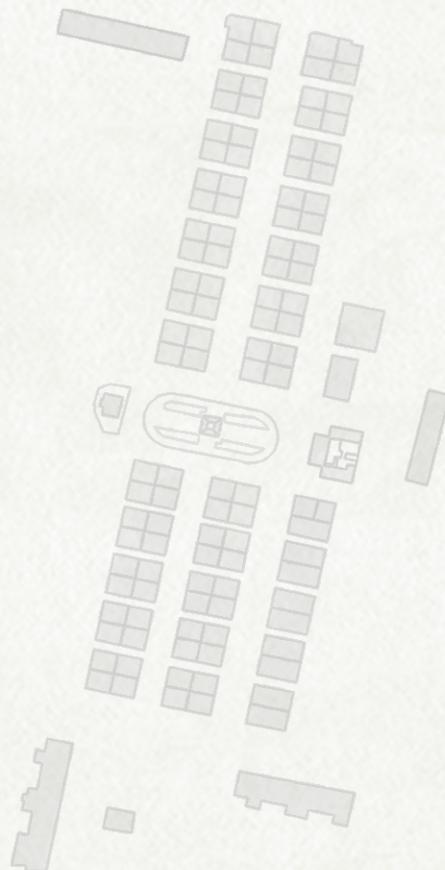


1944 - 1974

## HABITAÇÃO ASSISTENCIAL E DE PROMOÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE DURANTE O ESTADO NOVO:

BAIRRO CRAVEIRO LOPES







## **Habitação Assistencial e de Promoção Pública em Cabo Verde durante o Estado Novo: Bairro Craveiro Lopes**

Jéssica Samuela Monteiro Almeida

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Arquitetura

(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientadora da vertente teórica:

Doutora Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar, com agregação  
ISCTE-IUL

Outubro 2017



## Agradecimentos

À minha orientadora da vertente teórica, a Prof.<sup>a</sup> e Arq.<sup>a</sup> Ana Vaz Milheiro, pelo acompanhamento, apoio e sabedoria que demonstrou ao longo da investigação, e pelas lições e ensinamentos transmitidos durante as longas conversas no seu gabinete.

Ao meu Prof. de projeto e orientador da vertente prática, o Prof. e Arq.<sup>º</sup> Pedro Pinto, pelo acompanhamento ao longo do ano, pelo apoio na tomada das melhores decisões para o trabalho prático, pela dedicação e disponibilidade concebidas durante todo o processo.

Aos docentes do Departamento de Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, pelos ensinamentos, disponibilidade e apoio demonstrado ao longo deste meu percurso.

Aos meus colegas de turma e de grupo, aos meus amigos em especial, a minha amiga de longa data, Dídia Rita, pelas conversas, aventuras, companheirismo, pela amizade e pelo apoio nos maus e nos bons momentos.

Ao pessoal do Arquivo Nacional de Cabo verde, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e da Sociedade Geográfica de Lisboa, pela paciência, disponibilidade e apoio durante a investigação.

Aos técnicos do Instituto Nacional Gestão de Território (INGT) em Cabo Verde, em especial ao Sr. José António Andrade, Engenheiro Cartógrafo, pela atenção, disponibilidade e fornecimento dos documentos.

Aos moradores do bairro pela imensa ajuda que disponibilizaram durante a realização do trabalho, abrindo as portas das suas moradias e pelas longas conversas.

Por fim, agradeço a toda a minha família, pelo amor, força, segurança transmitida, pela confiança, pelos conselhos, por me aturarem e pelo apoio incondicional principalmente nesta fase final.



## Resumo

Na década de 40, o Estado Novo (1933-1974) foi responsável pela idealização de uma nova cultura urbanística, na tentativa de modernizar, homogeneizar e consolidar as estruturas urbanas herdadas da Primeira República (1910-1926) ou até mesmo, da fase final da Monarquia Constitucional que a precede, das principais cidades coloniais em África, através de um conjunto de planos urbanos, e da implantação de equipamentos públicos, traçados pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944). A consolidação desta fase deu-se nos anos de 50, mesma época em que Cabo Verde é confrontado com sucessivos acontecimentos, bem como as condições precárias na cidade da Praia, nomeadamente, o saneamento básico e as habitações clandestinas. É nesse contexto que o GUC vê-se obrigado a intervir, elaborando o projeto daquele que seria o primeiro bairro de casas económicas em Cabo Verde, o Bairro Craveiro Lopes.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é estudar a arquitetura praticada pelo GUC, com especial destaque às habitações projetadas no Bairro Craveiro Lopes, na tentativa de compreender algumas questões: será o bairro um plano urbano bem-sucedido? Qual a qualidade arquitetónica do bairro? Quem desenhou e o construiu? Quais são e quais eram as condições de vida, das pessoas que lá viveram ou que ainda hoje lá vivem?

Para responder a estas questões, comecei pela investigação de campo, fazendo um levantamento através de desenhos e uma recolha fotográfica das diferentes tipologias do bairro, através ainda de recolha de informações no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e no Arquivo Histórico de Cabo Verde, como também, entrevistas a alguns moradores do Bairro. Uma vez adquirida esta informação, foi necessário perceber o que aconteceu a este bairro ao longo do tempo; em que estado se encontra as habitações atualmente, se realmente resultaram e quem ainda as habitam.

**Palavras-chave:** Estado Novo, Gabinete de Urbanização Colonial, Arquitetura de Promoção Pública, Habitação Assistencial, Bairro Craveiro Lopes, Cabo Verde



## Abstract

In the 1940s the *Estado Novo [Second Republic]* (1933-1974) was responsible for the idealization of a new urban culture in an attempt to modernize, homogenize and consolidate the urban structures inherited from the First Republic (1910-1926) or even from the final phase of the Constitutional Monarchy that precedes it, of the main colonial cities in Africa, through a set of urban plans, and the implantation of public facilities, conceived by the Office of Colonial Urbanization (1944). The consolidation of this phase occurred in the 1950s, when Cabo Verde was confronted with successive misfortunes, as well as the precarious conditions in the city of Praia, namely basic sanitation and clandestine housing. It is in this context that the Office of Colonial Urbanization (GUC) is forced to intervene, drawing up the project of what would be the first neighborhood of affordable houses in Cabo Verde: *Craveiro Lopes Neighborhood*.

Therefore, the objective of this work is to study the architecture adopted by the GUC, with special emphasis on the housing approach implemented in *Craveiro Lopes Neighborhood*, in an attempt to understand some questions such as: will the neighborhood be a successful urban plan? What is the architectural quality of the neighborhood? Who designed and built it? What are and were the living conditions of the people who used to live there or are still living there?

To answer these questions, I started with a field research, conducting a survey through drawings and a photographic collection of the different typologies of the neighborhood, through collection of information in the Ultramarine Historical Archive in Lisbon and in the Historic Archive of Cabo Verde, as well as, interviews conducted with some neighborhood residents. Once in possession of this information, it was necessary to understand what happened to this neighborhood over time; in what condition the dwellings are today; if the investment has actually been beneficial and who still inhabit those affordable social houses.

**Keywords:** Estado Novo [Second Republic], Office of Colonial Urbanization, Public Promotion Architecture, Affordable Housing, *Craveiro Lopes Neighborhood*, Cabo Verde

# Indice

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Do descobrimento á fase inicial da colonização - 1.0</b>	<b>21</b>
<b>O Assentamento dos primeiros núcleos urbanos - 1.1</b>	<b>26</b>
<b>A Ribeira Grande e a Vila da Praia - 1.2</b>	<b>30</b>
<b>Outras povoações - 1.3</b>	<b>48</b>
<b>Da fase final da colonização á independência - 2.0</b>	<b>53</b>
<b>Gabinete de Urbanização Colonial e a Repartição de Obras Públicas e as - 2.1</b>	<b>57</b>
<b>principais produções urbanísticas e arquitetónicas em Cabo Verde durante o Estado Novo e no Pós-Independência</b>	
<b>Gabinete de Urbanização Colonial</b>	<b>58</b>
<b>Serviços das Obras Públicas</b>	<b>71</b>

79	<b>3.0 - Caso de estudo</b>
81	<b>3.1- Bairro Craveiro Lopes</b>
81	<b>3.1-1. Enquadramento e Contextualização</b>
90	<b>3.1-2. Origem do Bairro</b>
137	<b>3.1-3.Conjunto Residencial</b>
137	<b>3.1-3.1. Morfologia Urbana: Elementos estruturantes e desenho urbano</b>
152	<b>3.1-3.2. Caraterização das fachadas</b>
190	<b>3.1-3.3. Tipologias habitacionais</b>
200	<b>Considerações Finais</b>
201	<b>Bibliografia</b>
206	<b>Anexos</b>



# Introdução

Na segunda metade do século XX, a fase final da colonização portuguesa em África é marcada por uma série de acontecimentos, que vai desde a Segunda Guerra Mundial até a Revolução 25 de Abril de 1974. Nesse período Portugal encontrava-se sob o domínio de um regime político opressor e colonialista, denominado de Estado Novo (1933-1974), fundado e liderado pelo António de Oliveira Salazar. É nesta fase que aceleram os processos de autonomização e de ocupação dos territórios coloniais, através de políticas que resultam numa intensa produção urbanística, arquitetónica e infraestruturação das cinco províncias ultramarinas<sup>1</sup>, que têm o português como uma das suas línguas oficiais (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). O Estado Novo é responsável pela implementação destas “políticas de desenvolvimento capazes de prolongarem o estado colonial”<sup>2</sup>, através da realização de um conjunto de planos urbanos e pela implementação de equipamentos públicos, na tentativa de modernizar, homogeneizar e consolidar as estruturas urbanas das províncias ultramarinas anteriormente referidas, de modo a construir uma paisagem unitária representativa desse período final.<sup>3</sup>

A situação específica de cada província permite-nos descrever culturas urbanísticas e arquitetónicas distintas, promovidas durante o Estado Novo, cenários que se inscrevem em níveis de intervenção diferentes - províncias com uma condição periférica, de menor dimensão e menor *performance* económica (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné), face à situação de Angola e Moçambique, províncias com melhor *performance* económica, maior capacidade de atracção de colonos europeus, e elevado investimento público e privado - bem como, apontar dois aspectos

---

<sup>1</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - "Nos Tópicos sem Le Corbusier: arquitectura luso-africana no Estado Novo de promoção pública no período final da colonização portuguesa (1944-1974). Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe", in *Modernidades Ignoradas. Arquitetura, urbanismo, profesión*, UAH-RNIU, p. 164.

<sup>2</sup> - Idem

<sup>3</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz; SERVENTI, Stefano (2014) – *Visões Desassombradas: Ilha de São Jorge, A Publicação*. Lisboa: Beyond Entropy Books, p.10.

importantes que marcaram as culturas arquitetónicas dessas províncias: o primeiro está relacionado com uma arquitetura de cunho autonomista associada ao estilo internacional, que contribuiu para uma cultura moderna formada a partir dos princípios modernos divulgados principalmente em Angola e Moçambique, em que algumas das estruturas coloniais públicas e privadas servem da mesma, para os seus objetivos progressistas e de desenvolvimento económico e industrial.<sup>4</sup> Para este trabalho interessa o segundo aspecto, referente a uma arquitetura de representação nacionalista sustentada por uma iconografia representativa do regime colonial, que resiste à linguagem moderna, sem renunciar dos objetivos progressistas e racionalistas, mesmo que apresente uma expressão arquitetónica conservadora. Esta arquitetura instala-se em todos os territórios africanos, mas em Cabo Verde “evolui para a integração dos novos valores que o período de revisão de moderno coloca no centro da cultura arquitetónica.”<sup>5</sup>

Cabo Verde, um arquipélago com dimensões territoriais reduzidas, uma região sem um forte apelo à fixação de profissionais qualificados, e consequentemente, uma das províncias mais dependente da cultura metropolitana para as realizações urbanísticas e arquitetónicas, produzidas durante o Estado Novo, e caracterizadas por uma arquitetura *luso-africana*, suportada por uma imagem de representação oficial, que irá marcar os lugares proeminentes dos diferentes assentamentos do território cabo-verdiano, como é o caso da Praia e do Mindelo, os principais núcleos urbanos do arquipélago. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, o Estado colonial português vai promover um urbanismo e uma arquitetura de “representação”, desenvolvidas tanto pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) criado em 1944, sediado na Metrópole, como pela Repartição de Obras Públicas cabo-verdiana. A arquitetura praticada pelo GUC e pelos promotores locais, procura estabelecer uma imagem adequada ao desenho dos edifícios administrativos e dos equipamentos, promovendo os valores de representação do Estado Novo, respondendo às

---

<sup>4</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2013) - “Cidade e Arquitectura em África: Obras Publicas no crepúsculo da colonização portuguesa”, in *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, Da identidade da arquitectura portuguesa*, p. 42.

<sup>5</sup>- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 170.

especificidades da região, que dada a sua condição periférica, lidava com a inexistência de uma indústria importante de construção civil, o que por um lado determina o uso de técnicas construtivas convencionais, inspiradas nos sistemas tradicionais, por outro lado, condiciona as soluções arquitetónicas, dando-lhes assim expressões diferenciadas. Devido a esse mesmo fator, e ainda por ser, assim como São Tomé, das províncias que não participaram na Guerra Colonial, Cabo Verde acabou sendo privado de um desenvolvimento acelerado, infraestrutural e sanitário<sup>6</sup>.

Durante a década de 40, inicio da década de 50, o país enfrenta uma serie de acontecimentos naturais, nomeadamente, a seca e as erupções vulcânicas na ilha do Fogo, bem como as condições precárias da cidade da Praia, principalmente, o saneamento básico e as habitações clandestinas, inúmeros problemas urbanos que denunciam as dificuldades enfrentadas pelo serviço de Obras Publicas locais, devido a condição periférica do arquipélago. Portanto, é nestas circunstâncias que a GUC vê-se obrigado a intervir, dando especial atenção á construção de infraestruturas básicas, incluídas no novo plano de urbanização da cidade da praia, proporcionando assim melhores condições, no que diz respeito ao fornecimento de água, energia e mínima assistência sanitária á população recém chegada á cidade, que viviam nos arredores de plateau.<sup>7</sup> Tratava-se de uma população que habitava em bairros insalubres, acomodadas em casas construídas sem licença camararia e em condições precárias, que posteriormente seriam transportadas para um novo bairro de casas económica, “*higiénicas, cobertas a telha, cimentadas, com cosinha retretes privativas, páteo etc.*” <sup>8</sup>construído nos terrenos da “Achadinha”.

---

<sup>6</sup>- Idem

<sup>7</sup> - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 175.

<sup>8</sup>- Documentário, in *Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*, nº39, 1 de Dezembro de 1952, p.14.

A construção do “Bairro da Achadinha” foi proporcionada pela Provedoria Geral de Assistência Pública em parceria com a Camara Municipal da Praia através de um plano de Acção criada pela Provedoria, e financiada com as doações destinadas aos prejudicados no desastre de 20 de Fevereiro de 1949.<sup>9</sup>

Partindo destes pressupostos, propõe-se aqui analisar a arquitetura aplicada no bairro, hoje denominado de Bairro Craveiro Lopes, considerado a primeira obra que, “é profiláctica, é higiénica, é moral, é económica e é social”<sup>10</sup>, em Cabo Verde. Uma arquitetura que pode ter tido origem durante a colonização, mas que gerou um aglomerado urbano, com espaços públicos, equipamentos e moradias que hoje pertencem à população, e constituem um património identitário da cidade da Praia e quiçá do arquipélago, porém desvalorizada.

Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho é estudar esta arquitetura, dando destaque às habitações projetadas no bairro, na tentativa de compreender algumas questões: será o bairro um plano urbano bem-sucedido? Qual a qualidade arquitetónica do bairro? Quem desenhou e o construiu? Quais são e quais eram as condições de vida, das pessoas que lá viveram ou que ainda hoje lá vivem? E ainda, pretende-se construir uma reflexão acerca do futuro que esta obra moderna, observada no ponto de vista histórica, está a ajudar a construir.

O trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro faz referência aos primórdios da colonização da Província de Cabo Verde, e da sua importância para a realização económica de Portugal através do entreposto comercial estabelecido na Ribeira Grande. Será de extrema importância fazer a contextualização do tema, abordando as diferentes fases da urbanização e ocupação territorial durante a após a colonização portuguesa, baseando essencialmente na obra, “Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens” do autor Ilídio Amaral (1954), e no trabalho final de Mestrado “Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do

---

<sup>9</sup>- Actividades da Provedoria-Geral da Assistência Publica, in *Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*, nº 67, Abril de 1955, p.19.

<sup>10</sup> - “Cronica” por Pedro Lobo, in *Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*, nº119, 1 de Agosto de 1959, p.29.

*espaço urbano século XV – século XVIII*” do autor Fernando Pires (2007), pela Universidade de Cabo Verde.

O segundo capítulo é sobre o Gabinete de Urbanização Colonial, posteriormente Gabinete de Urbanização do Ultramar, bem como as Obras Públicas em Cabo Verde, durante o final da colonização. Neste capítulo pretende-se descrever a produção urbana, e o contributo do GUC e da Brigada de Obras Publicas, destacando alguns dos técnicos que os ingressam, baseando na obra “*Arquitecturas Coloniais Africanas no Fim do Império Português*” da autora Ana Vaz Milheiro (2017) e de algumas informações do “*Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*”.

No último capítulo, faz-se uma breve contextualização do Bairro Craveiro Lopes face a Plateau, principal assentamento urbano da cidade da Praia, e ainda uma caracterização da área em estudo, tendo como foco principal a construção de habitação de promoção pública, promovida pelo Estado Português e construída pelo organismo sediado em Cabo Verde, que providenciam alojamentos para os mais desfavorecidos. Neste capítulo é predominante uma abordagem analítica, realizada com base nas publicações sobre o Bairro Craveiro Lopes do “*Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*” e no trabalho de campo.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho consiste, essencialmente, no levantamento realizado através da visita ao local, que constitui o caso de estudo, englobando um registo fotográfico e uma produção de desenhos de análise, expondo assim um conjunto de situações que permitem caracterizar, e analisar as tipologias habitacionais, com o intuito de compreender quais eram os objetivos dos agentes envolvidos na sua conceção, e se esses objetivos foram concretizados e como foram recebidos pela população. Uma vez que adquirido esta informação, será necessário perceber o que aconteceu a este bairro ao longo do tempo; em que estado se encontra as habitações, bem como o tratamento da fachada.

A realização deste trabalho teve como principais referências bibliográficas e cartográficas, diversos artigos sobre a arquitetura colonial na África durante a fase final da colonização; vários documentos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico de Cabo Verde, e

ainda dos testemunhos de alguns moradores do bairro, pois este contacto com a população revelou-se crucial para a construção da história do bairro, pelo que será possível clarificar e aprofundar o conhecimento adquirido.





# 1.0

---

DO DESCOBRIMENTO Á FASE INICIAL DA COLONIZAÇÃO

## Contextualização e Enquadramento

O Arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas, sendo somente nove delas habitadas e dezasseis ilhéus, fica situado no Oceano Atlântico, a 455 km da costa do continente africano, e aproximadamente a 2890 km de Lisboa. A sua posição geográfica lhe permite desempenhar um papel de extrema importância, servindo de ponto de apoio da navegação marítima e aérea que liga os três continentes que circundam o Atlântico.

As dez ilhas e os cinco principais ilhéus do Arquipélago estão distribuídos em dois grupos, designados de acordo com os ventos alísios, por Barlavento (a Norte), formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boa Vista e Sal e os ilhéus Branco e Raso, e por Sotavento (a Sul), que abrange as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava, e ainda pelos ilhéus Grande, Luís Carneiro e Sapado. As ilhas são, em grande parte, de origem vulcânica, com um relevo vigoroso, um clima tropical seco e apresentam uma paisagem homogénea.<sup>11</sup>

Pela sua posição geográfica, Cabo Verde é caracterizado por condições climáticas de aridez e semiaridez, tais fenómenos provocam secas e crises constantes no arquipélago, constituindo assim os maiores desafios para a população que viviam fundamentalmente da agricultura.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup>- ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emilia Madeira (1991), Historia Geral de Cabo Verde, v. I, Lisboa: Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 1.

<sup>12</sup>-Agência-Geral do Ultramar (1961) – Cabo Verde, Pequena Monografia. Lisboa: Tip. SILVAS, Lda, p. 7.

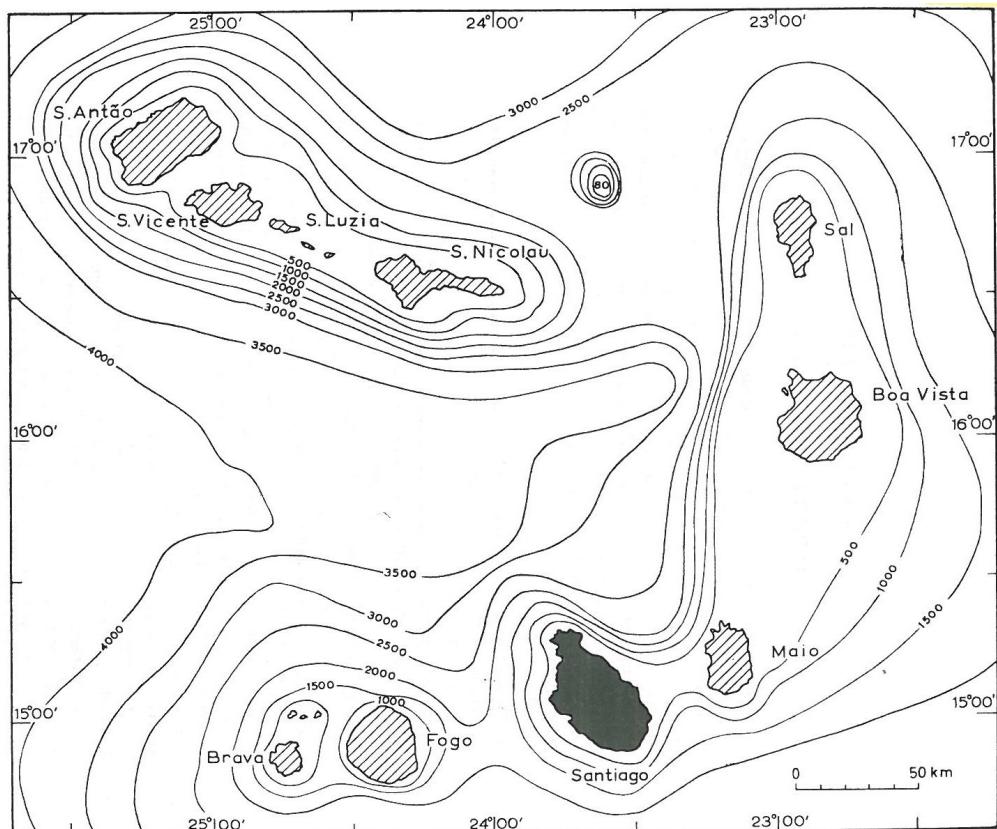


Fig.1 - Arquipélago de Cabo Verde

## 1.0 - Do descobrimento á fase inicial da colonização

As ilhas do arquipélago foram descobertas por volta dos anos 1460/1462, na sequência das viagens de exploração e descobrimentos da costa ocidental africana, efetuadas por navegadores portugueses sob a orientação do Infante D. Henrique. As descobertas das primeiras ilhas foram atribuídas a Diogo Gomes e António de Noli, que no regresso de uma dessas viagens, foram desviados da sua rota devido aos fortes ventos e correntes, encontraram a primeira ilha a que denominaram de Santiago, e seguidamente as ilhas de Maio, Sal, Boa Vista e Fogo, já as restantes ilhas foram encontradas entre 1461 e 1462 pelo Diogo Afonso. Quando da descoberta as ilhas encontravam desabitadas, tendo o povoamento sido iniciado pela ilha de Santiago, a partir de 1462 pelos portugueses.<sup>13</sup>

*"(...) foi preciso introduzir tudo: homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia. Nela se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo humano, um novo tipo de mentalidade e até de linguagem: o crioulo, nascido da fusão harmoniosa do Branco com os escravos negros."*<sup>14</sup>

No início do povoamento, observou-se alguma resistência à ocupação humana do território, devido às condições difíceis pelos quais as ilhas estavam sujeitas, nomeadamente, a pobreza de recursos, a falta de água e às secas periódicas que impediam o cultivo da terra. Mas, Cabo Verde foi adquirindo um valor geoestratégico ao longo dos séculos, quando o oceano Atlântico se tornou um espaço de circulação e trocas comerciais, e o arquipélago serviu de apoio às passagens marítimas, criando-se assim diversos núcleos urbanos, em várias ilhas, sendo o mais importante na ilha de Santiago, pela sua posição geográfica, que permite o comércio de escravos entre a costa ocidental

---

<sup>13</sup>- Agência-Geral do Ultramar (1961) – Cabo Verde, Pequena Monografia. Lisboa: Tip. SILVAS, Lda., p. 16.

<sup>14</sup> - AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 19

africana e a América do Sul. Deste modo, a cidade cabo-verdiana nasce de uma sobreposição de diversas culturas, e a ocupação humana foi feita com uma população proveniente de diferentes origens, sobretudo de portugueses, outros colonos europeus e escravos africanos.<sup>15</sup>

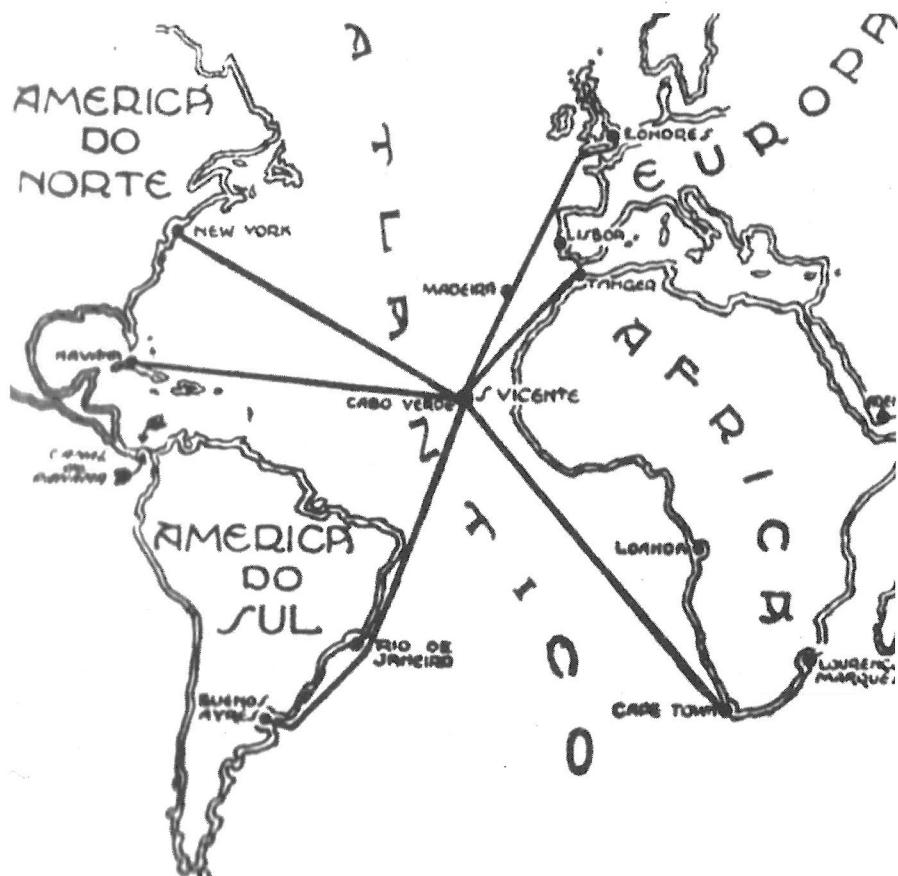


Fig.2 - Posição geoestratégica de Cabo Verde

15 -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 15.

## 1.1 – O assentamento dos primeiros núcleos urbanos

*“Os primeiros assentamentos portugueses nos territórios coloniais, passam pela composição de um sistema orgânico que suplanta a simples presença espacial, face às circunstâncias particulares da sua expansão, determinada pelo choque de culturas e civilizações em que a diáspora entre a metrópole e a colónia é constante.”<sup>16</sup>*

Os primeiros núcleos urbanos foram estabelecidos nas ilhas de Santiago e do Fogo, durante os séculos XV e XVI, onde se fixaram os principais portos de apoio às rotas comerciais do Atlântico Sul. Na ilha de Santiago as primeiras povoações foram estabelecidas a partir de 1462, nomeadamente, a Ribeira Grande e Alcatrazes, e no final do século XV, seriam lançadas as primeiras bases para o povoamento da ilha do Fogo.<sup>17</sup> Mas a primeira a ser habitada foi Santiago, pois oferecia melhores condições para a ocupação humana, e começou por ter um entreposto importante de escravos, estabelecido na Ribeira Grande, sede da capitania Sul. Os critérios para a localização das primeiras povoações na ilha de Santiago, eram os mesmos empregados na Madeira e nos Açores, ou seja as povoações tinham de ser implantadas em lugares com condições para a fixação de um porto e tivessem água potável, deste modo o local escolhido para a povoação da Ribeira Grande era um *“vale profundo e verdejante que era rasgado por duas ribeiras que desaguavam no mar, formando uma enseada, com boas condições para a instalação de um porto que facilitasse as ligações com o exterior.”*<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup>—MORAIS, João Sousa, Mindelo: O Assentamento Urbano, Corpus Tórico e a Praxis Urbanística, in FERNANDES, José Manuel (coord., 2011), África, arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa — Conferencia Internacional, Lisboa: Caleidoscópio. 978-989-65814-7-3, p.25.

<sup>17</sup>— PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 28.

<sup>18</sup>— PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 29.

Alcatrazes foi a segunda aglomeração mais importante na ilha de Santiago, fundada na mesma altura que a Ribeira grande, estabelecida como a sede da capitania do Norte, que teve imensas dificuldades em se afirmar devido a importância atribuída a Ribeira Grande, e acabou por ser abandonada nos finais do século XV, por estar situada numa área árida, que oferecia poucas condições para a prática da agricultura e do comércio.

A segunda ilha a ser habitada foi a ilha do fogo, tendo como principal núcleo urbano e populacional a Vila de São Filipe. A sua posição secundaria, foi resultado da proximidade com a ilha de Santiago, da qual nunca se autonomizou devido por ser um espaço com poucos recursos, e por ter sofrido a erupção vulcânica e o tremor de terra em 1680, o que motivou a retirada de uma grande parte da população para a ilha Brava.<sup>19</sup>

Segundo o investigador Fernando Pires<sup>20</sup>, em *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise-Histórico Formal do Espaço Urbano Séc. XV-Séc. XVIII*, o processo de urbanização em Cabo Verde durante os séculos XV – XIX, pode ser dividido em três ciclos de povoamento que estão diretamente ligados com a história de Cabo Verde. No primeiro ciclo (Séc. XV), descreve as fases iniciais do estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento das ilhas do arquipélago; no segundo ciclo (Séc. XVI e XVII), analisa o aglomerado da Ribeira Grande, considerado uma “centralidade relativa”, que ao longo da consolidação do seu povoado sofreu grandes transformações. E finalmente o terceiro ciclo (Séc. XVIII), que fala da decadência da Ribeira Grande e da disputa pela capital com a Vila da Praia.

Portanto como já foi referido anteriormente, a primeira ilha a ser habitada foi Santiago, por ser a ilha de maior dimensão, mais fértil, e com melhores condições para assentamento de uma povoação, e para a promoção do seu povoamento e administração do território, o Estado colonial

---

<sup>19</sup> -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 16.

<sup>20</sup> - Fernando Pires é licenciado em arquitetura (1983) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Sarajevo (com equivalência pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1988) e mestre em desenho urbano (1999) pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) – <http://doutoramento.patrimonios.pt/fernando-pires/>

utilizou uma política de ocupação baseada no mesmo processo utilizado na Madeira e nos Açores depois do inicio do povoamento, que consistia no sistema de capitaniais, em que a Coroa controlava o território através de um donatário a quem cabia o papel administrativo, autoridade e tributária do território. Em Santiago foram estabelecidas duas capitaniais: a do Sul, com sede na Ribeira Grande que foi entregue a António de Noli, e a do Norte, com sede em Alcatrazes, entregue a Diogo Afonso.<sup>21</sup> Apesar de ter tido grande êxito na Madeira e nos Açores, em Cabo Verde este sistema não correspondeu as expectativas, porque foi implantada praticamente após o achamento das ilhas, e o quatro anos após o inicio do povoamento, donatário por sua vez esbarrou-se com grandes dificuldades para fixar a população na ilha, devido a sua posição geográfica, a distância que a separava do reino e o fator climático, pois Santiago fica situada numa zona tropical, quente e seca, um clima diferente daquele que os colonos estavam familiarizados, e que não permitia o cultivo dos produtos mediterrânicos que estavam habituados na Europa.<sup>22</sup> Para resolver esse problema, houve a necessidade de introduzir algumas alterações no modelo, uma delas seriam as isenções concebidas pela carta régia de 12 de Junho de 1466, dando total “liberdades e franquezas” aos moradores de Santiago para negociarem com a costa da Guiné, e ainda sem pagar as dízimas dos produtos e direitos comerciais. Só a partir destas alterações é que foi possível estabelecer uma corrente migratória para a ilha e, consequentemente efetivar o processo do seu povoamento, é neste sentido que pode-se considerar a carta régia de 1466 a principal precursora da vida urbana no arquipélago.<sup>23</sup>

Com a carta de 1466, criou-se uma sociedade, formada por marinheiros, comerciantes e mercadores, que viviam essencialmente do comércio e das atividades portuárias, resultando assim, num povoamento de tipo litoral e portuário, o que na verdade não coincidia em partes com os

---

<sup>21</sup>– PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 16.

<sup>22</sup>– Idem, p. 20.

<sup>23</sup> –PIRES, Fernando, “Ribeira Grande/Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde – Historia e Património, situação actual in FERNANDES, José Manuel (coord., 2011), África, arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa – Conferencia Internacional, Lisboa: Caleidoscópio. 978-989-65814-7-3, p.15.

objetivos da carta, que era a criação de uma estrutura económica própria para Santiago e esses novos poderes que foram se instalando na ilha confrontavam com os poderes atribuídos aos donatários. Portanto é neste contexto que surge a carta régia de 1472, onde foram introduzidos alguns ajustes e tinha como principal objetivo, obrigar os moradores a fazer as trocas comerciais só com produtos originários e manufaturados na ilha. Pode-se dizer que, enquanto a carta de 1466 limitava a criação de unidades produtivas, potencializando somente nas atividades comerciais baseadas nas intermediações, a carta de 1472 potencializou a criação de bases produtivas obrigando a população a optarem pela agropecuária como atividade principal do povoado. Deste modo é possível afirmar que com estas restrições impostas pela carta de 1472, foi possível desencadear um novo processo de povoamento, com características diferentes do anterior, baseado numa nova corrente migratória forçada de escravos que eram importados para trabalhar nas unidades produtivas, passando de uma ocupação litorânea e portuária para uma mais camponesa e rural.

Assim, de modo a sintetizar os fatos aqui mencionados, o investigador Fernando Pires considerou três fases do processo de povoamento da ilha de Santiago: a primeira, em que é travado o sistema de capitania-donatarias instalada na ilha entre o seu achamento em 1460 até 1466; a segunda fase, que corresponde ao período de algumas mudanças a partir de 1466, período caracterizado pelo forte crescimento comercial, e pelo assentamento do primeiro núcleo povoado mercantil e portuário, devido aos privilégios atribuídos a Santiago; e por fim, a terceira fase, que teve inicio em 1472, período em que a ocupação rural e a produção agrícola se tornam mais intensas, resultado das novas medidas restritivas impostas pela carta régia do mesmo ano.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup>— PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 25.

## 1.2 – A Ribeira Grande e a Vila da Praia

Ao longo do tempo foi-se ampliando o espaço e consequentemente aumentando o tráfico de pessoas em Santiago, e durante os séculos XVI e XVII a principal atividade económica da ilha era a reexportação de escravos provenientes da Costa da Guiné para a América, a partir do porto da Ribeira Grande, adquirindo assim, uma posição de protagonismo no contexto dos portos comerciais.

*“Com pedra da Metrópole se foi edificando uma aglomeração colonial, de estilo português com a sua praça e pelourinho junto do mar, Rua Direita, etc., protegida por uma linha de baluartes e muralhas. As casas eram bem construídas, de pedra, cal, habitadas por numerosos portugueses e castelhanos, alguns de boa linhagem.”<sup>25</sup>*

O núcleo inicial da povoação desenvolveu-se junto á baía, na zona portuária e nela já se encontravam implantadas algumas instalações, como o ancoradouro, o almoxarifado, o presídio, armazéns e mais a norte algumas casas de moradores comerciantes. Na “*Planta da cidade da Ribeira Grande de 1778*” estão representados edifícios públicos como da Câmara, da Misericórdia, da prisão, etc., bem como algumas casas que decerto seriam importantes e fora do comum do resto das edificações, como a “Casa se D. Violante Freire de Andrade”, “Casa do Coronel João Freire de Andrade” e a “Casa que foi da Companhia do Grão Pará”, etc.<sup>26</sup> No final do século XV e na primeira metade do século XVI não houve grandes investimentos por parte da coroa no espaço urbano da Ribeira Grande, mas pode-se afirmar que em 1495, estava a ser construída a capela que mais tarde viria a ser chamada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e em 1497, iniciava-se a construção do Hospital da Misericórdia e a partir de 1512 tudo leva a crer que lhe foi atribuído o estatuto de vila e em 1533 foi elevada á categoria de Cidade e sede de Bispado.

---

<sup>25</sup> AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 176.

<sup>26</sup> AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 177.

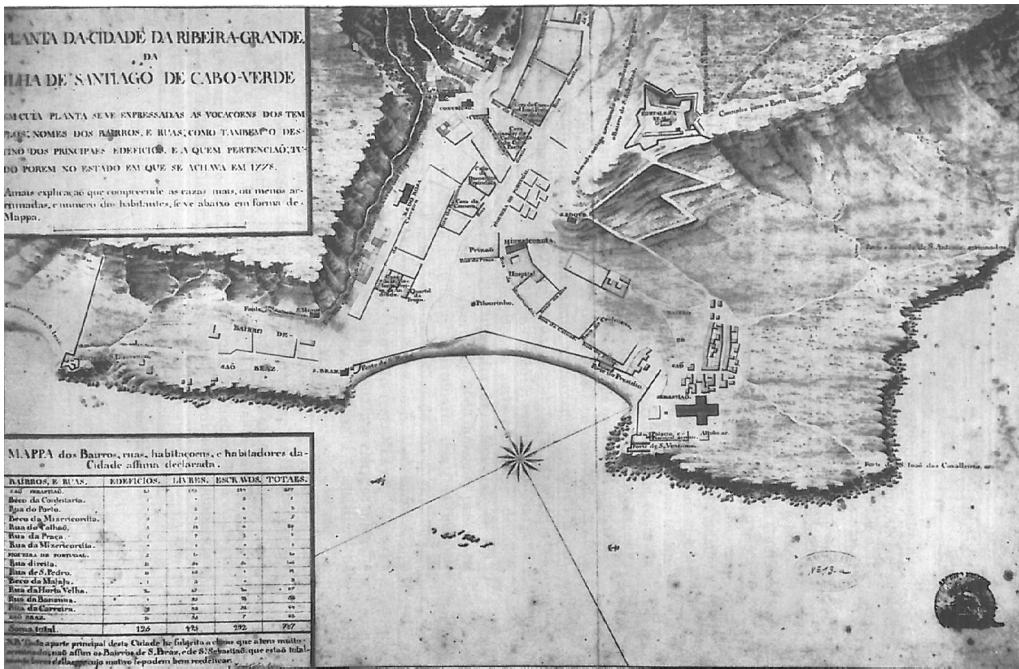


Fig.3 - Planta da cidade da Ribeira Grande, 1778

Após a consolidação do povoado a partir da segunda metade do século XVI, Ribeira Grande seguia um percurso de crescimento normal, o comércio de escravos em direção à América se intensificava e se transforma na atividade principal da economia de Santiago, o que faz com que a vila e o seu porto floresçam e é nesse período que se inicia um processo de infraestruturação da povoação em que são lançadas a maior parte das grandes obras, entre elas a igreja da Misericórdia e a Sé Catedral em 1556 e o Palácio Episcopal em 1574. A seguir chegaram os jesuítas e os franciscanos que construíram um convento na vila. É nessa altura também que se começou a investir nos meios de segurança, através de infraestruturas de defesa, na tentativa de defender dos ataques piratas de que a cidade era vítima, sabendo que em 1582 só existiam três baluartes, nomeadamente da Vigia, da Ribeira e o de São Brás que defendiam parte da cidade. Deste modo, por volta de 1587 foi enviado para a Ribeira Grande o fortificador João Nunes, vindo do Norte de África, afim de fortificar a cidade de acordo com os ajustes feitos ao antigo sistema de fortificação e alargando o perímetro de defesa. Para cumprir esse sistema defensivo, foram construídos: o forte de S. Veríssimo que ficava à porta da cidade, com dois baluartes, ligados a um pano de muralha; o Forte de S. Brás, no extremo norte da baía da cidade, do qual partia a muralha que ia até ao Forte do Presidio, no canto Sul do ancoradouro, por onde se fazia a penetração na cidade, bem como o abastecimento de água aos navios; mais para sul, os Fortes S. João dos Cavaleiros e Santo António, onde havia uma ermida; S. Lourenço que protegia a cidade pelo lado norte, e ainda alguns postos de vigias localizados no alto das montanhas circundantes de modo a assegurar a segurança no caso de qualquer aproximação à ilha.<sup>27</sup> E nessa mesma altura dá-se o início a construção da Fortaleza de São Filipe, que seria estrategicamente implantado no sítio mais alto da cidade, no cimo do promontório da encosta Sul do vale, cujo desenho é atribuído ao arquiteto Filipe Terzi.

---

<sup>27</sup>- AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 177.

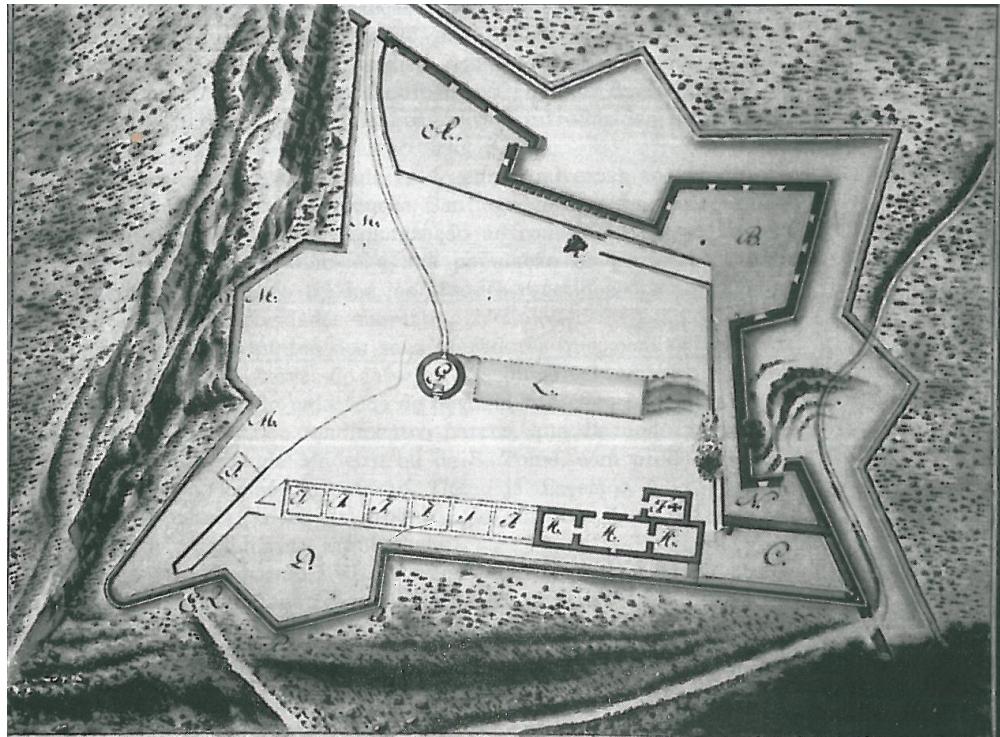


Fig.4 - Planta da Fortaleza de S. Filipe, na cidade de Ribeira Grande

No início do século XVII, a cidade encontrava-se dividida em três bairros: o bairro de S. Pedro, o bairro de S. Brás e o bairro de S. Sebastião.<sup>28</sup>

O aglomerado urbano estava perfeitamente consolidado, praticamente toda a área concentrada dentro do vale, com algum avanço para uma plataforma exterior, e cada um destes bairros estavam estruturados segundo uma rua direita, que articula sequências tanto de largos e praças como de adros e terreiros, formando o todo dos espaços públicos criados, com os respetivos equipamentos. Estes bairros correspondem a épocas diferenciadas da evolução do núcleo, sendo que o mais antigo e maior de todos era o bairro de S. Pedro, situava-se na margem esquerda da ribeira, e era constituído por três ruas: a rua Direita, que começava junto à costa e seguia sempre o curso da ribeira em direção a norte, as outras duas ruas da Carreira e da Banana que seguiam quase que paralelas à rua Direita, tudo indica que estas foram consideradas as ruas mais principais da cidade, pois era onde viviam as pessoas mais importantes, entre elas funcionários régios. O bairro de S. Brás, situado a noroeste, no cimo dos rochedos e era constituído por uma única rua designada por rua Direita de S. Brás ou rua da Cidade que dividia o bairro em duas partes, e parecia ser o mais salubre da Cidade, porque estava orientado a Sul e virado para o mar, e era habitada essencialmente pelos padres da Companhia de Jesus. E por fim, o último bairro a ser construído foi o de S. Sebastião, também situado num rochedo na zona sudoeste da cidade e encontrava-se a 40 metros acima do nível do mar. Neste bairro estavam localizados o Palácio Episcopal e a Sé da Catedral, e a rua principal era a rua Direita ao forte que ligava a Sé à Fortaleza de S. Filipe. Outra zona importante da cidade era o Largo do Pelourinho, onde se instalaram os primeiros povoadores, e tudo indica que era a zona onde funcionavam as principais atividades ligadas ao porto, desde

---

<sup>28</sup>PIRES, Fernando, "Ribeira Grande/Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde – Historia e Património, situação actual in FERNANDES, José Manuel (coord., 2011), África, arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa – Conferencia Internacional, Lisboa: Caleidoscópio. 978-989-65814-7-3, p.16.

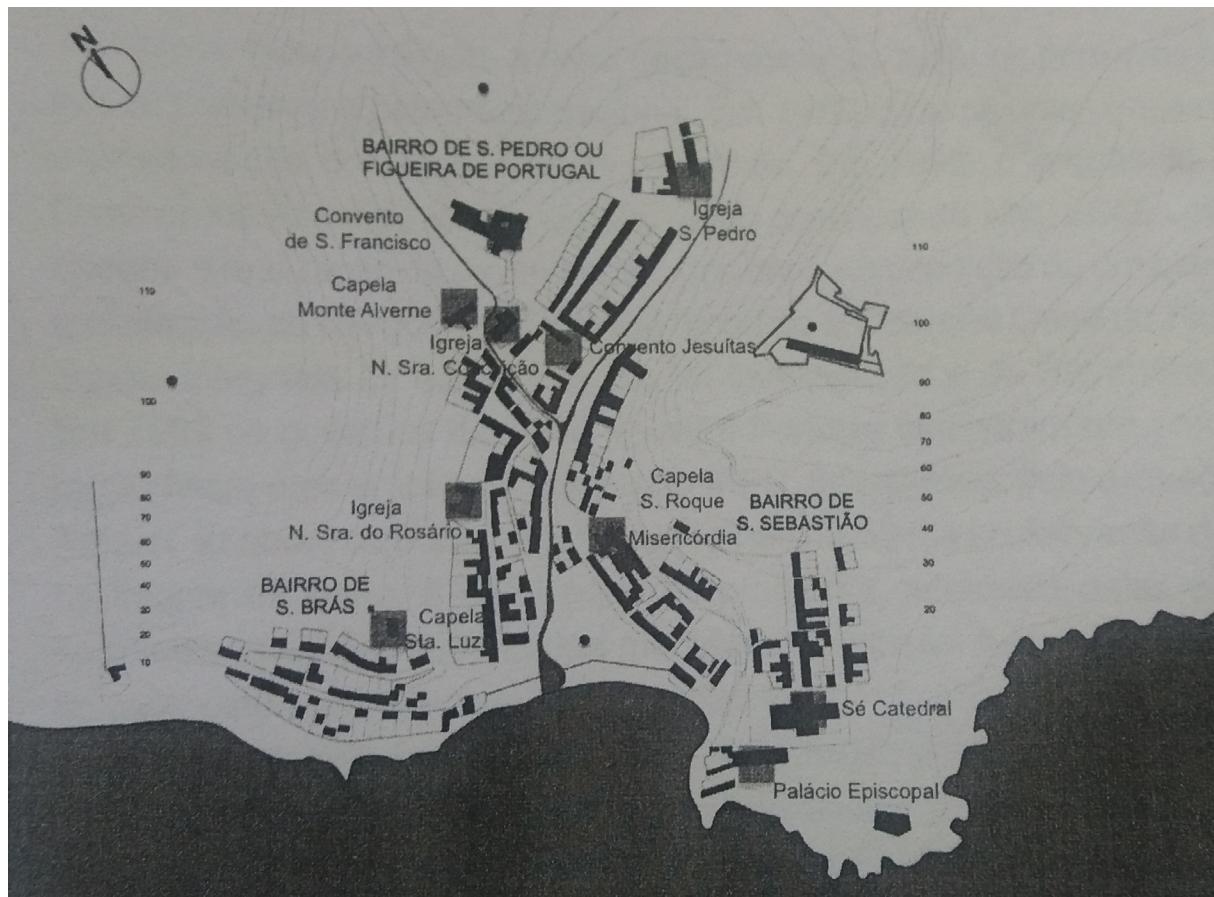


Fig.5 - Ribeira Grande, bairros e igreja

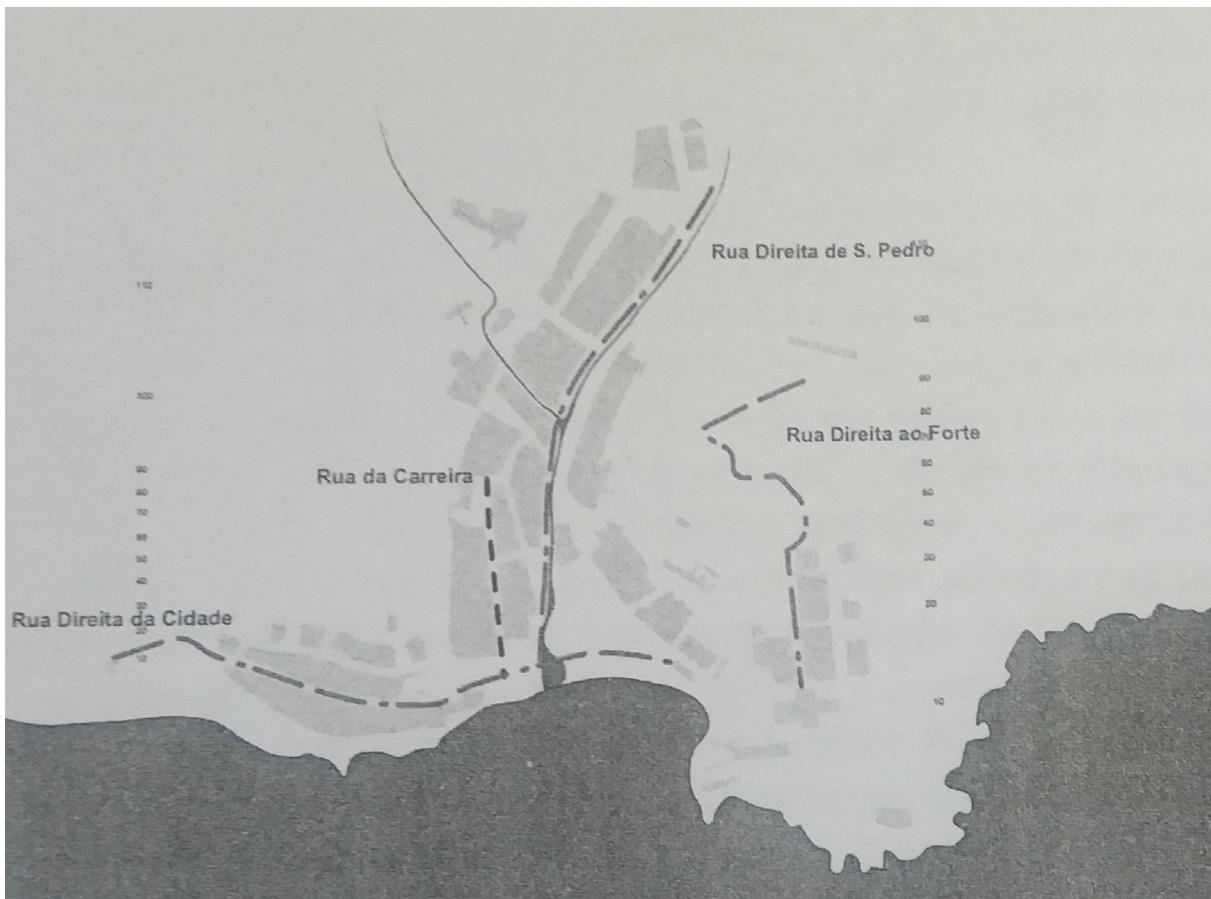


Fig.6 - Ribeira Grande, ruas direitas e malha urbana

comércio, bordeis e albergues, e também foi nesse Largo que se ergueu a primeira câmara e onde se instalou o pelourinho, e nos seus arredores encontrava-se localizada a igreja da Misericórdia.<sup>29</sup>

Portanto, Ribeira Grande foi fundada pelos primeiros povoadores da ilha, e em 1522 já tinha uma Câmara. Alguns anos depois, em 1533 foi atribuída o estatuto de cidade, constituída capital do governo eclesiástico, civil e militar, construída a sede de bispado, que abrangia não só as ilhas do arquipélago como também os territórios na costa da Guiné. No entanto em 1542 a cidade começava a decair devido a uma serie de acontecimentos, nomeadamente a mudança do trafego do porto de Santiago para Cacheu em 1614, os vários ataques sofridos nos fins do século XVI, pelos corsários que aguardavam no porto a passagem de navios de S. Tomé e do Brasil para os saquearem, e ainda o ataque do pirata inglês Francis Drake, em 1578 e 1585, saqueando e atando fogo a alguns dos edifícios, causando muitos danos na cidade procedendo à reedição das igrejas, bem como a construção do Forte de S. Filipe, após o ataque; e por fim, os anos de seca entre 1606 e 1611, e, 1704 e 1712, que provocaram o êxodo da população urbana para o interior da ilha, iniciando assim uma nova fase de povoamento da ilha, uma fase agrária cuja evolução foi contrariada por períodos de secas totais ou parciais, responsáveis pela escassez de colheitas e consequentemente as crises de fome que abalaram as povoações que no século XIX chegaram a reduzir a população a metade e grandes devastações pecuárias.

Portanto, depois dos vários acontecimentos anteriormente referidos, o clima, a localização pouco favorável e o abandono a que o arquipélago ficou sujeito durante a governação filipina, a cidade começou a entrar em decadência acelerada, e em 1612 o alvará real dava-lhe o “tiro de misericórdia”, referindo: “*o governador e o bispo deveriam residir na Praia, os navios passariam a*

---

<sup>29</sup> Pires, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 40-41.

*despachar neste porto; aos moradores eram oferecidos privilégios especiais para se fixarem na Praia e aí construiram casas de pedra e cal.*”<sup>30</sup>

Na planta de 1769, estão marcados os edifícios em ruinas, o que permite avaliar a rapidez da decadência da cidade, que perdia moradores, funções e o Bispo (1754) para a povoação da Praia, e onde é fixada a sede do governo, a partir de 1770, apesar do Poder Judicial e a Câmara continuassem na Ribeira Grande.

*“A nova povoação surgiu no extremo sul da ilha, num pequeno retalho de achada, de cerca de 40m de altitude, escarpado por todos os lados, entre dois vales profundos, dominando uma baía larga entre as Pontas Temerosa, a ocidente, e Mulher Branca, a oriente, que contém no seu interior o pequeno ilhéu de S.<sup>ta</sup> Maria.”*<sup>31</sup>

A toponímia da povoação deriva do sítio onde foram montadas as primeiras casas, denominada de Praia Grande ou Praia Branca, localizada numa baía, foi o único lugar que parecia oferecer boas condições para a construção de um ancoradouro, onde se instalaram os primeiros povoadores que posteriormente se mudaram para a achada que ficava junto à baía. A Praia foi dos únicos aglomerados portuários fixados na mesma época no arquipélago, que não se manteve instalada á entrada do porto, pois ocorriam alagamentos com frequência, e foi uma forma de contornar a situação criadas pelas cheias na zona baixa, junto á praia. Assim como a Ribeira Grande, o processo de povoamento da Praia deu-se por fases, e vários fatores importantes contribuíram para o desenvolvimento da vida urbana, nomeadamente, a construção de um bom porto devido a sua localização na Baía, com as águas profundas que oferecia boas condições de navegabilidade ate a costa; a instalação da Câmara e parte da população vinda de Alcatrazes; más condições de funcionamento do porto da Ribeira Grande. Deste modo, estes fatores acabaram

---

<sup>30</sup>- AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 179-180.

<sup>31</sup>- Idem, p. 324



Fig.7 - Planta da cidade de Ribeira Grande, 1769



Fig.8 - Aglomerado urbano

contribuindo para a precoce elevação da povoação da Praia à categoria de Vila, e o seu desenvolvimento acelerado, devido às transições comerciais geradas pelo crescente movimento portuário, atraindo órgãos judiciais e administrativos ligados ao Estado, fixando assim, um almoxarife em 1517 e cerca de dez anos depois, nomeava-se um capitão da vila.<sup>32</sup>

A formação do povoado foi caracterizada por um crescimento lento, mas próspero, que durou aproximadamente até aos meados do século XVI, até quando o arquipélago começa a ser alvo dos primeiros ataques piratas, quando o crescimento foi travado devido a crise que se instalaria na ilha, dando inicio a um processo doloroso de desestruturação social, económica e urbana que duraria todo o século XVII e princípios do século XVIII. Deste modo, a Vila entrou em franca decadência, devido ao abandono do centro urbano pelos moradores, no qual emigraram para o interior de Santiago, e ao período de seis anos de seca entre 1605 e 1611 que assolou a ilha.<sup>33</sup>

No entanto, passado algum tempo foram tomadas algumas medidas, através de relatórios feitos por especialistas que visitaram os locais afetados, e é neste âmbito que começam as primeiras cogitações sobre a mudança da capital de Ribeira Grande para a Vila da Praia, o que não foi um processo fácil pois vários habitantes da Ribeira Grande inviabilizaram a proposta da mudança da capital. Deste modo, foi-se observando uma lenta recuperação económica, e aos poucos foram aparecendo cada vez mais navios no porto da praia, que com a atuação de novas potências (deixando de ser somente o espaço ibérico, passou a ser compartilhado pelas colônias francesas e inglesas) no espaço Atlântico, aumentando assim as escalações técnicas no porto da Praia, havendo uma lenta retoma das atividades da Vila.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> – PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 55-58.

<sup>33</sup> – Idem, p. 59

<sup>34</sup> – Idem, p. 61

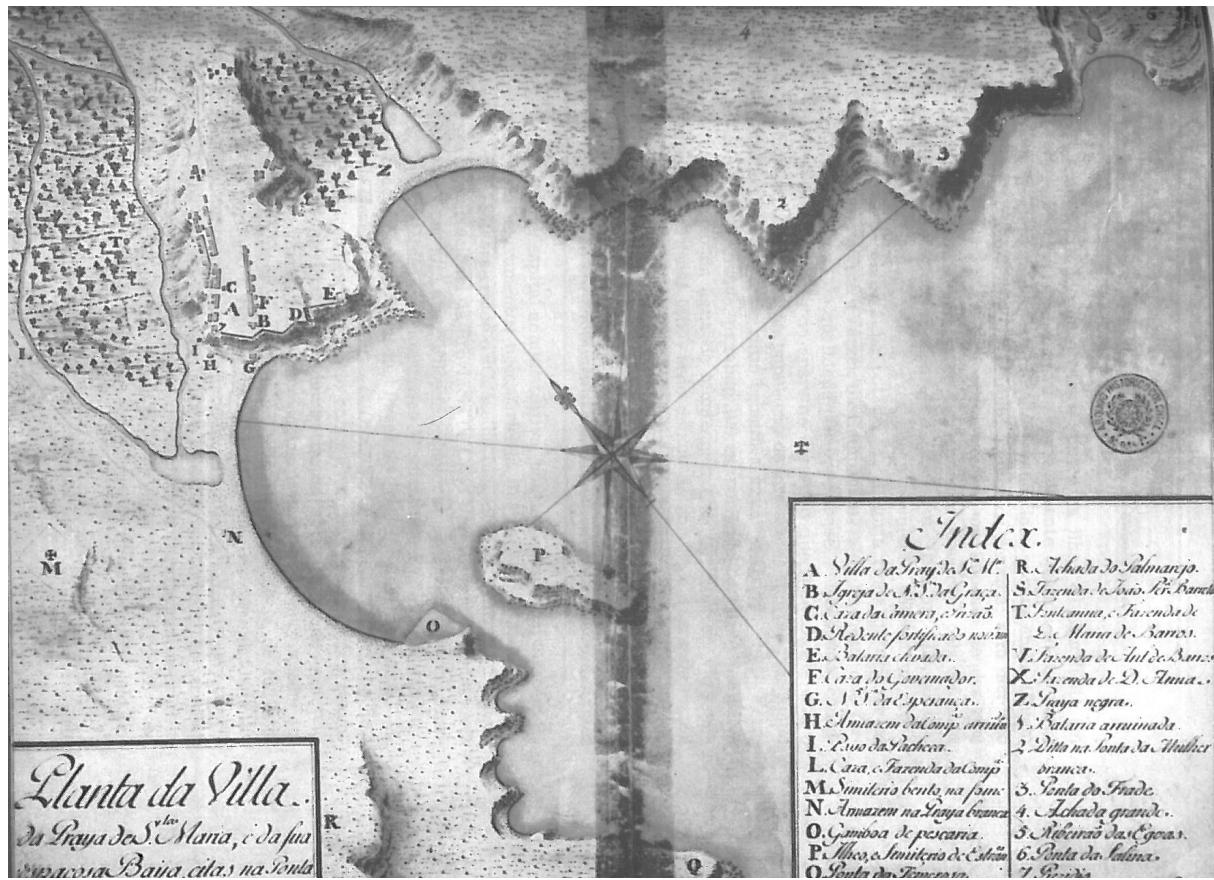


Fig.9 - Planta da vila da Praia, 1778

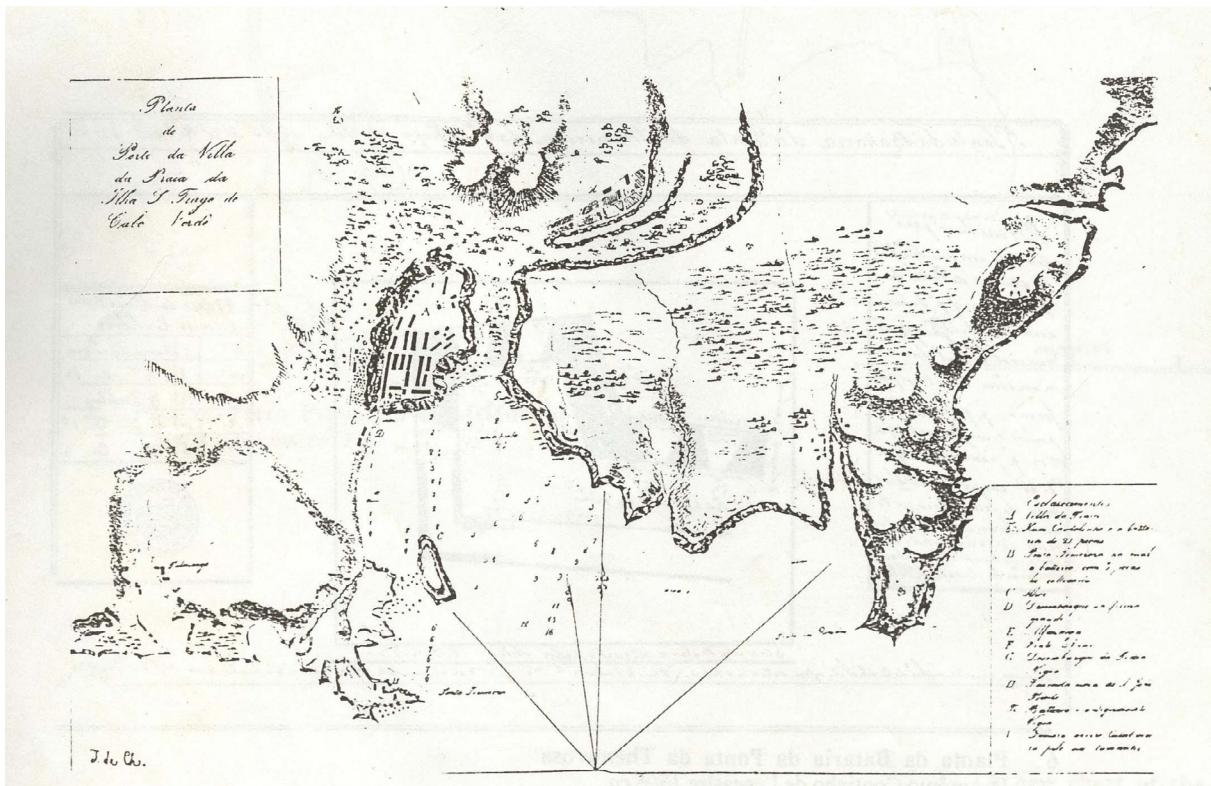


Fig.10 - Planta do porto da vila da Praia, 1821



Fig.11 - Planta hidrográfica da cidade da Praia, 1886

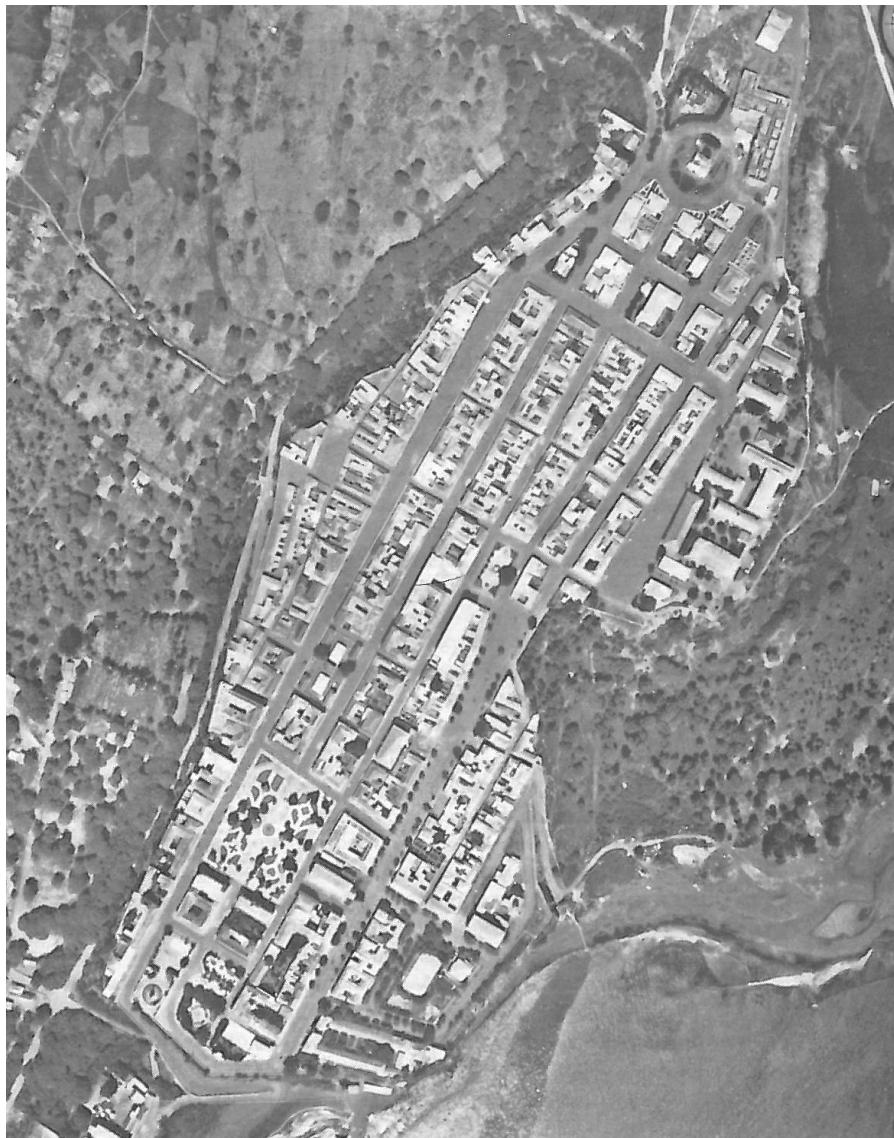


Fig.12 - Vista aérea da cidade da Praia, núcleo principal

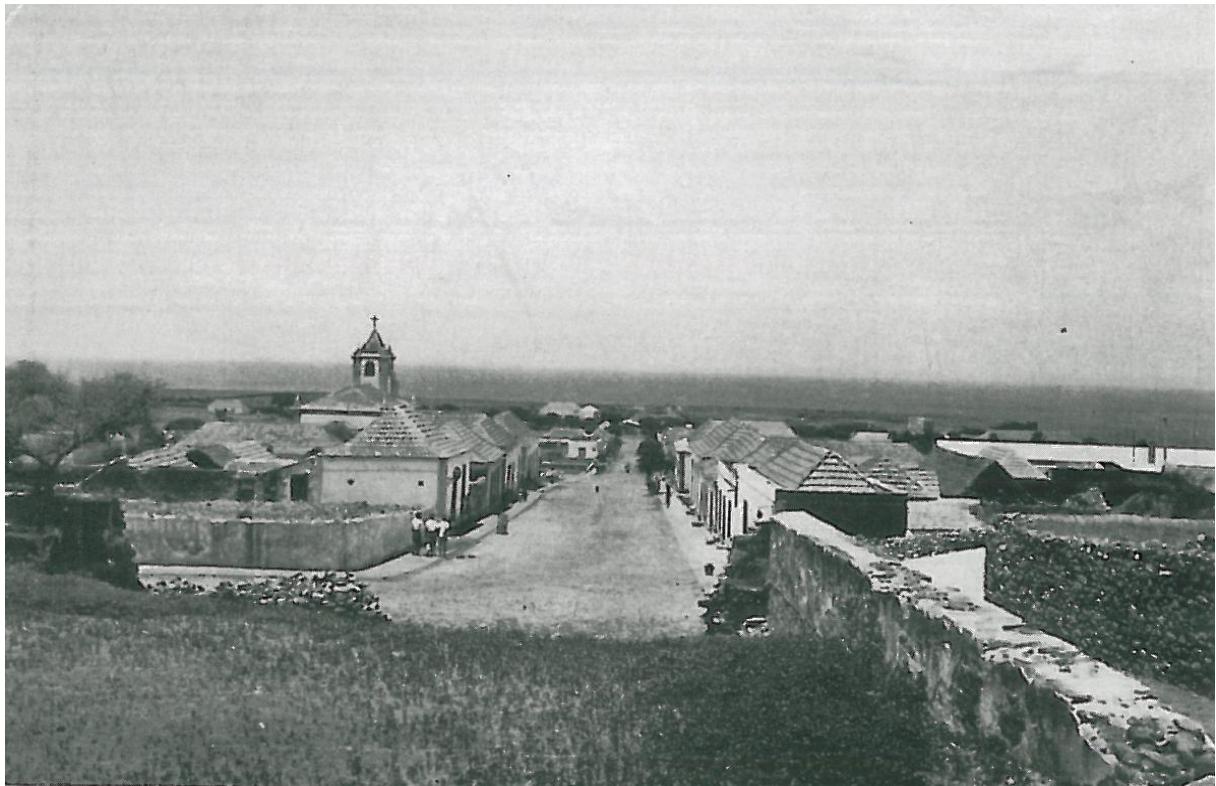


Fig.13 - Rua principal da cidade da Praia

A Vila da Praia ia se renascendo, e recebendo cada vez mais camponeses do interior da ilha que trocavam os seus produtos por outros, recuperando as atividades da Vila, enquanto isso, a Ribeira Grande entrava em decadência profunda e perdeu a sua posição de entreposto comercial de escravos. Em 1756, pretendeu-se levar para a Vila toda a centralidade político-administrativa, através da “Campanha do Grão-Pará e Maranhão”, instalada em Cabo Verde para manter o controle das transações comerciais.<sup>35</sup>

Apesar das tentativas de recuperação da Ribeira Grande em 1774, a decadência da cidade era cada vez maior, o abandono e a miséria era cada vez mais intenso. Embora a crise da Ribeira Grande se tornasse cada vez mais irreversível, conseguia competir com a Praia pelo estatuto de capital. Neste sentido, os políticos resolveram promover e modernizar a Vila, propondo a reestruturação do tecido urbano no começo do século XIX, através de um plano urbanístico (ver capítulo 3.0) e foram transferidas algumas das restantes instituições da Ribeira Grande para a Praia, nessa altura constava com 1800 habitantes, e estes por sua vez animados com as mudanças propostas para a Vila, pediram ao rei que concedesse a elevação do estatuto da mesma, a capital das ilhas de Cabo Verde com todos os privilégios que lhe eram devidos, que foi contestada mais uma vez pela Ribeira Grande e indeferida. Mas um século depois, em 1858, a Vila da Praia foi finalmente elevada ao estatuto de cidade e capital das ilhas de Cabo Verde.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup>— PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p. 62.

<sup>36</sup>— Idem, p. 63-64.

## 1.3 – Outras povoações

No século XVII, começaram a ser ocupadas as ilhas de Maio, Boa Vista e Brava, e a Vila de Assomada de Santa Catarina, sendo esta ultima um dos exemplos mais representativos do povoamento do interior de Santiago nessa altura.<sup>37</sup> A ilha de Maio, já contaria com alguma população e gados nessa altura, serviu-se inicialmente da produção do sal e contava com vários povos colonizadores e visitantes, desde portugueses a ingleses e americanos durante os séculos XVII e XIX, e os ingleses terão feito da ilha uma escala para a exploração do sal no início dos anos setecentos.<sup>38</sup> A ilha da Boa Vista teve uma ocupação penosa e lenta, e o primeiro assentamento foi feito na Povoação Velha, por volta de 1620, onde se fixaram os ingleses para a exploração de sal. A população foi obrigada a mudar-se para o Porto Inglês - posteriormente designado de Sal-Rei -, em 1820 por causa dos ataques piratas, e onde foi edificado um fortim num ilhéu fronteiro e posteriormente em 1843, a ilha foi a sede da comissão luso-britânica para a abolição de escravos.<sup>39</sup>

A ilha de São Nicolau só foi povoada depois de 1510, com recurso a madeirenses e a escravos.<sup>40</sup> O primeiro ponto de fixação surgiu já no século XVII implantada em Porto da Lapa, devido às comunicações marítimas, apesar de não ter sido significativo na distribuição do povoamento, a povoação portuária serviu de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas, e foi a partir deles que se

---

<sup>37</sup> - FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 17

<sup>38</sup> - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 83

<sup>39</sup> - Idem, p. 74

<sup>40</sup> - Idem, p. 71

desenvolveram caminhos para os terrenos de cultivo no interior, permitindo assim o desenvolvimento da Ribeira Brava, e para onde se deslocou a população fugindo dos ataques dos piratas.<sup>41</sup>

Durante os séculos XVI e XVII, a ilha de Santo Antão foi também povoada de forma lentamente na zona litoral, com escravos e madeirenses, e chegou a possuir um feitor inglês em 1724. O seu mais importante núcleo histórico e aglomerado urbano designado de Ribeira Grande, foi elevado a vila em 1732, até que, em 1881, foi transferida a sede do concelho para a Ponta do Sol, sua vizinha.<sup>42</sup>

No século XVIII, iniciaram-se as primeiras tentativas de povoamento da ilha de São Vicente, mas só a partir do século XIX como a fundação de Mindelo se iniciou a ocupação da ilha. Também nessa altura foi fundada a Vila de Santa Maria na ilha do Sal, até então desabitada.<sup>43</sup>

O povoamento da ilha de S. Vicente foi tardio, devido a sua aridez. Houve algumas tentativas de ocupação, tendo já sido construído um forte em 1724 sobre o ancoradouro. Numa dessas tentativas de ocupação implantou-se a aldeia de Nossa Senhora da Graça nos anos de 1794-1795, seguida da povoação de Dom Rodrigo, erguida em 1795-1798 por iniciativa do capitão-mor João Carlos da Fonseca Rosado, e chegou a atingir os duzentos habitantes.<sup>44</sup> Estes dois constituem a primeira estrutura de ocupação urbana, partindo de um desenho básico, onde determina o primeiro assentamento urbano, baseada na representação de uma praça e uma igreja.<sup>45</sup> E por fim ergue-se a vila Dona Leopoldina em 1819-1820, por iniciativa do Governador António Pussich, e contava com

---

<sup>41</sup>-FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 17.

<sup>42</sup>- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 65.

<sup>43</sup>-FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 17.

<sup>44</sup>- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 53-54

<sup>45</sup>-MORAIS, João Sousa, Mindelo: O Assentamento Urbano, Corpus Tórico e a Praxis Urbanística, *in* FERNANDES, José Manuel (coord., 2011), África, arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa – Conferencia Internacional, Lisboa: Caleidoscópio. 978-989-65814-7-3, p.27.

trezentos e cinquenta a quatrocentos habitantes em 1840.<sup>46</sup> Em 1820, São Vicente apresentava uma condição urbana embrionária, pois tinha apenas a igreja e a casa do governador, a primeira alfândega e uma fortificação.

O Mindelo, designação atribuída á vila instituída pelo governo português em 1838, foi implantado na baía do Porto Grande, na costa poente de S. Vicente no local do povoado inicial de Nossa Senhora da Luz /Dom Rodrigo /D. Leopoldina. Nessa mesma época, surge uma intenção por parte do estado português - somente nas ilhas atlânticas de oitocentos – de urbanizar a povoação de Mindelo, com a intenção de transformar a povoação na capital do arquipélago, algo que nunca sucedeu. E para isso, foi elaborado um plano de Sá de Bandeira, cujo “*desenho inclui uma reticula rigorosa de ruas e quarteirões, inscrita numa área rectangular, à maneira pragmática do seculo XIX. No interior do tecido urbano, dois eixos perpendiculares cruzar-se-iam numa rotunda. No extremo poente uma praça cívica abrir-se-ia para o mar, contendo igreja, paço episcopal, palácio do governo e câmara; e no topo oriental, 3 eixos arborizados irradiam para um parque. Nas extremidades litorais, a alfândega e o mercado completariam o conjunto.*”<sup>47</sup>

Um plano utópico, tanto pela sua grandiosidade como pelo momento difícil em que surge, deu lugar a uma cidade portuária, com uma malha mais adequada ao lugar e irregular envolvendo a baía, como se desenha na planta de 1858. Nesta planta, encontra-se também representado os cais-pontes de abastecimento de carvão, com os respetivos depósitos que servem de apoio á navegação a vapor, e que asseguram um notório desenvolvimento da povoação, que foi elevada ao estatuto de Vila pelo decreto de 29 de Abril de 1858.<sup>48</sup> Nesse mesmo ano iniciou-se a construção do edifício da alfândega, e estando os cais situados a Norte da baía, a Sul da mesma se estruturava uma malha urbana elementar, que alguns anos depois surgia mais desenvolvida.

---

<sup>46</sup> - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 54.

<sup>47</sup> - FERNANDES, José Manuel (2005), Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa, Lisboa: Caleidoscópio. 972-8801-65-3, p. 15.

<sup>48</sup> - Idem

O Mindelo foi elevado a cidade em 14 de Abril de 1979 e oficialmente por alvará régio de 30 de Setembro, e surge algumas décadas depois representado em desenhos como um significativo porto carvoeiro do meio do Atlântico (fig.) e ainda a sua urbe representada em planta datada de 1888, elaborada pela Secretaria das Obras Públicas em São Vicente, com indicação do largo da igreja, da câmara e da alfândega inseridos na malha urbana, bem como a informação do número de habitantes que rondavam os 5.377.<sup>49</sup>

Alem das cidades acima referidas, Tarrafal também desempenhou um papel importante no seculo XIX. Implantada na costa Norte de Santiago, com uma praça central e retangular com a igreja ao centro aberta para poente, e do lado Norte a Câmara. É constituído por duas ruas paralelas, e uma malha simples, mas rigorosa.

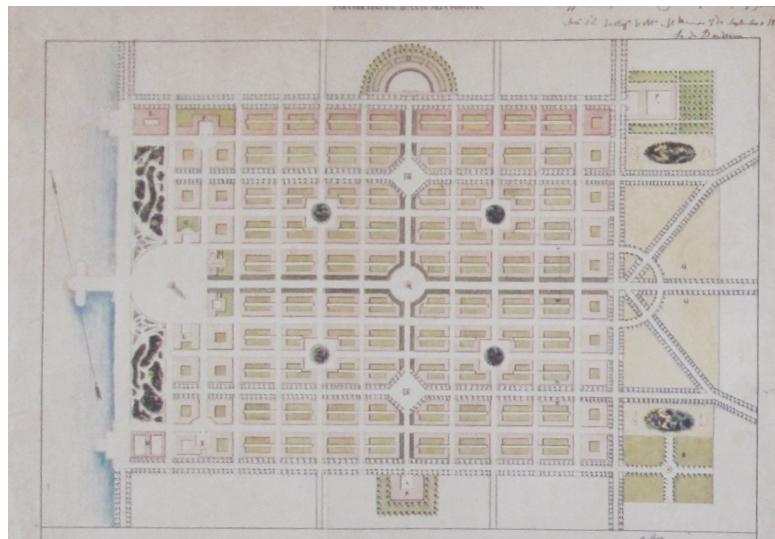


Fig.14 - Plano de Povoação do Mindelo, 1838

<sup>49</sup>- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 57.



# 2.0

---

DA FASE FINAL DA COLONIZAÇÃO Á INDEPENDÊNCIA

## 2.0 - Da fase final da colonização á independência

*"No seculo XX a historia colonial portuguesa em África é escrita por duas guerras mundiais, o fim da monarquia, uma primeira republica marcada pela instabilidade, um ditador chamado António Oliveira Salazar, um sistema politico opessor e colonialista – o Estado Novo -, uma Guerra de Libertação (na perspetiva das novas nações africanas) ou uma Guerra Colonial (na perspetiva portuguesa) que dura 13 anos, até ao fim do império ultramarino português a partir da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974."*<sup>50</sup>

Os processos de autonomização e de ocupação dos territórios coloniais africanos aceleraram na fase final da colonização portuguesa - na segunda metade do seculo XX - através de políticas que resultam numa intensa produção urbanística, arquitectónica e infraestruturação das cinco províncias ultramarinas, que têm o português como uma das suas línguas oficiais (Cabo Verde, Guine Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Nesse período Portugal encontrava-se sob o domínio de um regime político opessor e colonialista, denominado de Estado Novo (1933-1974), fundado e liderado pelo António de Oliveira Salazar. O Estado Novo é responsável pela implementação das *"políticas de desenvolvimento capazes de prolongarem o estado colonial"*<sup>51</sup>, através da realização de um conjunto de planos urbanos e pela implementação de equipamentos públicos, na tentativa de

---

<sup>50</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz; SERVENTI, Stefano (2014) – *Visões Desassombradas: Ilha de São Jorge, A Publicação*". Lisboa: Beyond Entropy Books, p.10.

<sup>51</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2012), *Nos Tópicos sem Le Corbusier – arquitectura luso-africana no Estado Novo*, Lisboa: Relógio d' Água, p. 164

modernizar, homogeneizar e consolidar as estruturas urbanas das províncias ultramarinas, de modo a construir uma paisagem unitária representativa desse período.<sup>52</sup>

A situação específica de cada província permite-nos descrever culturas urbanísticas e arquitetónicas distintas, promovidas durante o Estado Novo, cenários que se inscrevem em níveis de intervenção diferentes. Regiões com uma condição periférica, de menor dimensão e menor *performance* económica (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guine), face á situação de Angola e Moçambique, províncias com melhor *performance* económica, maior capacidade de atracão de colonos europeus, e elevado investimento público e privado.

Este capitulo pretende, portanto, individualizar as produções em Cabo Verde, promovidas durante a fase final da colonização portuguesa. Um arquipélago com dimensões territoriais reduzidas, uma região sem um forte apelo á fixação de profissionais qualificados, e consequentemente, uma das províncias mais dependente da cultura metropolitana para as realizações urbanísticas e arquitetónicas, caracterizadas por uma arquitetura *luso-africana*, de representação nacionalista sustentada por uma iconografia representativa do regime colonial, que irá marcar os lugares proeminentes dos diferentes assentamentos do território cabo-verdiano, como é o caso da Praia e do Mindelo, os principais núcleos urbanos do arquipélago<sup>53</sup>.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, o Estado colonial português vai promover um urbanismo e uma arquitetura de “representação”, desenvolvidas tanto pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), cujos projetos eram realizados sob a tutela do Ministério das Colónias e do Ultramar, como também pela Repartição de Obras Públicas cabo-verdiana, que nem sempre empregavam arquitetos, sendo mais frequente a contratação de engenheiros e desenhadores, e ainda por particulares que investem através da construção de equipamentos de lazer e serviços. A arquitetura praticada pelo GUC e pelos promotores locais, procura estabelecer uma imagem adequada ao

---

<sup>52</sup>- MILHEIRO, Ana Vaz (2012), *Nos Tópicos sem Le Corbusier – arquitectura luso-africana no Estado Novo*, Lisboa: Relógio d' Água, p. 164

<sup>53</sup>- MILHEIRO, Ana Vaz (2013) - “Cidade e Arquitectura em África: Obras Publicas no crepúsculo da colonização portuguesa”, in Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, *Da identidade da arquitectura portuguesa*, p. 42.

desenho dos edifícios administrativos e dos equipamentos, promovendo os valores de representação do Estado Novo, respondendo às especificidades da região, que dada a sua condição periférica, lidava com a inexistência de uma indústria importante de construção civil, o que por um lado determina o uso de técnicas construtivas convencionais, inspiradas nos sistemas tradicionais, por outro lado, condiciona as soluções arquitetónicas.<sup>54</sup>

É neste sentido que se pretende enunciar um conjunto de projetos e edifícios construídos que preenche uma visão alargada da cultura arquitetónica através de duas categorias: Arquitetura de Representação, uma arquitetura de cariz nacionalista, ligada a manifestações do poder colonial, e é expressa predominantemente em equipamentos, nomeadamente, estruturas administrativas, complexos de ensino técnico e liceal, e infraestruturas hospitalares; e a Arquitetura orgânica, uma arquitetura que é baseada numa inovação linguística, e que transmite aos projetos realizados um entendimento do lugar, utilizando os matérias locais. Nesta categoria estão inseridos equipamentos de menor escala, como escolas primárias e tanques comunitários bem como, algumas habitações de promoção pública.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2013) - "Cidade e Arquitectura em África: Obras Publicas no crepúsculo da colonização portuguesa", in *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, Da identidade da arquitectura portuguesa*, p. 42.

<sup>55</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2013), "Cabo Verde e Guiné-Bissau: itinerários pela arquitectura moderna luso-africana (1944 – 1974)", in ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vitor Rosado (coord.), *Atas, Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, 21-23 de Junho 2012, ISCSP-UTL, Instituto de Investigação Científica Tropical

## **2.1 – Gabinete de Urbanização Colonial e Serviços de Obras Públicas e as principais produções urbanísticas e arquitectónicas em Cabo Verde durante o Estado Novo e no Pós-Independência**

### **Antecedentes do Estado Novo**

Os processos de ocupação do território cabo-verdiano durante o Estado Novo (1933-1974) são antecedidos por um conjunto de intervenções da Primeira Republica (1910-1926) ou da fase final da Monarquia Constitucional que a precede.<sup>56</sup>

Nas colónias ultramarinas as intervenções urbanísticas acompanharam as tendências da metrópole, do qual importaram a maneira de construir e de pensar a cidade. Nos territórios africanos encontraram um campo alargado que permitia a experimentação das novas metodologias do urbanismo, pois quase não existia pré-existências (edificadas, populacionais) que podiam causar constrangimentos durante essas operações.

No território cabo-verdiano, não existiu uma política de suporte ao desenvolvimento das cidades ou dos pequenos núcleos urbanos na década de 30, apesar do crescimento demográfico significativo que se efetuou. Portanto, tudo que era construído, nomeadamente, infraestruturas, arruamentos, eram delineados sem nenhuma estratégia de conjunto, exceto o caso de Mindelo, do qual se iniciaram estudos para o Plano Geral de Melhoramentos em 1911 que prevaleceu até 1938 sem ser concretizado, mas que terá influenciado na ocupação da cidade no século XX.

---

<sup>56</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz (2013), “Cidade e Arquitectura em África: Obras Publicas no crepúsculo da colonização portuguesa”, in *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, Da identidade da arquitectura portuguesa*, nº 22, p. 42

Sendo assim, o Governo da Província começou a delinear estratégias para a criação de Planos de Urbanização para todas as povoações com mais de 50 casas, de modo evitar problemas de salubridade, higiene e condições de conforto nos aglomerados populacionais.<sup>57</sup>

### Gabinete de Urbanização Colonial / Ultramar | DGOPC

O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), foi criado em 1944, durante o Estado Novo, na expectativa de prever possíveis alterações dos quadros coloniais europeus no fim da Segunda Guerra Mundial. Este núcleo sediado em Lisboa, sob a tutela do Ministério das Colónias/ Ultramar, passaria a designar-se, Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), com a revisão constitucional de 1951, e em 1957 alterou novamente a sua composição quando começou a funcionar a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), para Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC).

O GUC foi lançado em dezembro de 1944 por, então, e começou a atuar oficialmente no primeiro dia do ano seguinte abrangendo os cinco territórios coloniais africanos, ampliando posteriormente a sua ação às restantes províncias ultramarinas da India Portuguesa, Macau e Timor.<sup>58</sup> A criação do Gabinete marca o inicio de uma estratégia que abrange a realização de planos urbanos e de projetos de arquitetura, que permite definir uma imagem de representação para as Obras Públicas e para as repartições locais.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 40

<sup>58</sup> - MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM), p.11

<sup>59</sup> - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 174

O então Ministro das Colónias, Marcelo Caetano lançou os objetivos e atribuições do GUC no Decreto nº34:173, afirmando que:

*“O inicio do Gabinete caraterizou-se pelo domínio dos programas de habitação para funcionários públicos e de equipamentos básicos, nomeadamente na área de saúde.”<sup>60</sup>*

O decreto descreve três objetivos principais que caracterizam a atuação do Gabinete: a assistência médica-sanitária, programa que integra desde hospitais concentrados em núcleos urbanos, aos postos sanitários, destinados às comunidades rurais africanas, e ainda alguns postos sanitários dirigidos por enfermeiros europeus ou africanos. Este é o programa mais abrangente da primeira fase de atuação do Gabinete, por se estender a toda população colonial; programa das casas para os funcionários, dirigido essencialmente à população oriunda da Metrópole, e determinante na fixação da mesma nos territórios coloniais. Este programa é desenvolvido baseado na opção de Cidade Jardim, que caracteriza a maioria das propostas urbanísticas desenvolvidas pelo GUC, e que se manterá válida nas regiões tropicais até os anos de 1960; o terceiro programa que é identificado como estratégico no decreto é a elaboração de Planos Urbanos, cuja sua importância é baseada numa rede que reflete, não só numa lógica de funcionamento regional como também urbanística.

Nos traçados urbanos, relacionados com o pensamento de João Aguiar, está implícito a definição de um conjunto de funções que demonstram as responsabilidades de cada agente sejam eles privados ou públicos na construção da cidade colonial. Com estes planos o Estado Novo pretende, a partir de 1945, assegurar o futuro da sua permanência nos territórios africanos, através da consolidação da imagem progressista e de representação para as Obras Públicas. A existência desses planos no papel muitas vezes sobrepuja à sua concretização, podendo ser o seu funcionamento interpretado em dois níveis: plano imaginário, em que davam pistas da configuração desejada para a cidade colonial; e o plano pragmático, onde indicavam a organização viária, o

---

60 - Idem

zonamento e os equipamentos a desenvolver. Estes planos anunciam uma forte identificação com a cultura colonizadora, através dos edifícios-tipo reproduzidos de cidade para cidade, sendo que muitos desses edifícios foram promovidos pelo regime ainda antes da Segunda Guerra.<sup>61</sup>

Os esbocetos de José António Aguiar servem para controlar a imagem do Império, e para auxiliar José Luís Amorim na sua visita a Cabo Verde. Destes esbocetos resultaram propostas parciais para Mindelo (1960) e para a Praia (1961).

Esta primeira experiência descrita no decreto, aborda uma arquitetura tropical de promoção pública, ensaiada no domínio da adequação climática e da expressão estética, aplicada pelos integrantes do GUC, engenheiros e arquitetos, que tinham por consultor um especialista em higiene e climatologia. É uma arquitetura luso-africana de representação, com origens nos edifícios públicos de implantação metropolitana, aplicada em estruturas de forte componente programática e funcionalista, nomeadamente, hospitais, liceus, ou escolas técnicas, estes elementos arquitetónicos de adaptação climática são objetos de transformação, evoluindo para expressões mais racionalistas e menos figurativas que nos edifícios administrativos. Este modelo foi aplicado em Cabo Verde primeiro no edifício de Repartições Públicas projetado pelo arquiteto Alexandre Bastos/GUC e 1946, de volumetria paralelepípedica, arcadas no piso térreo, uma galeria profunda e cobertura de quatro águas.

O gabinete foi inicialmente liderado por um engenheiro de minas, Rogério Cavaca, e funcionava em Lisboa, onde todos os projetos destinados aos diversos territórios coloniais eram realizados, muitos deles solicitados pelos governadores das colônias ou diretamente do Ministério.<sup>62</sup> A primeira geração de arquitetos do GUC era constituída por: Lucínio Cruz, Mário de Oliveira, Eurico

---

61 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d’ Água. 978-9896416454, p. 29-37

62 - MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM), p.11

Pinto Lopes, Luís Coelho Borges, José Manuel Galhardo Zilhão, Alberto Braga de Sousa, e dirigidos por João António Aguiar. Este grupo engloba profissionais que já detêm experiência anterior de projeto para África, e arquitetos recém-diplomados, o que para Marcelo Caetano é ideal para aprofundar o conhecimento aplicado. Uma geração pré-moderna, que domina as técnicas construtivas recentes e possui ferramentas mínimas ao nível de climatologia.<sup>63</sup>

As obras construídas refletiram as diferentes fases da cultura arquitetónica que foi desenvolvida pelo Gabinete durante o Estado Novo até à Revolução de 25 de Abril de 1974, e esta cultura esteve sempre presente, durante os 30 anos de atuação dos arquitetos, nos programas e nas opções estéticas.<sup>64</sup>

Como já foi anteriormente referido, o inicio da atuação do Gabinete caracterizou-se tanto pelo domínio dos programas de habitação para funcionários e de equipamentos públicos na área de saúde, como pela vontade de aperfeiçoamento de uma imagem arquitetónica inspirada na tradicional portuguesa, de modo a garantir uma ligação com a Metrópole. Estas abordagens contribuíram para uma fixação de um modelo, que cruza a expressão das construções populares do Sul de Portugal com a tradição da arquitetura tropical, na tentativa de adaptar ao clima, ostentando uma “portugalidade tropical”.<sup>65</sup>

No ano de 1951, com a revisão constitucional, o núcleo passaria a designar-se de Gabinete de Urbanização Ultramar, e assistiu-se ao inicio de uma nova fase de realizações baseadas em programas específicos, nomeadamente na área do ensino liceal e técnico, e estas tipologias programáticas cumprem uma abordagem racionalista, cuja concretização imprime uma monumentalidade nas fachadas, que resulta das varias configurações volumétricas dos edifícios.

---

63 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d’ Água. 978-9896416454, p. 31

64 - MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM), p.11

65 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d’ Água. 978-9896416454, p. 31 e 33

Nesta segunda fase o GUU empenha-se em acentuar os mecanismos de homogeneização da paisagem imaginada e construída, e ainda em consolidar uma imagem da sua produção através da implementação de uma “arquitetura de representação” adaptada aos trópicos.<sup>66</sup>

Entre 1951 e 1957 dá-se uma atualização dos seus profissionais, alguns deles recém-diplomados das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, com conhecimento técnico para atuar em regiões tropicais. E essa renovação dos quadros técnicos conta com a entrada de arquitetos como António Saragga Seabra, António Sousa Mendes, Fernando Schiappa de Campos, Leopoldo de Almeida e Luís Possolo, e do grupo anterior permaneceram o Eurico Pinto Lopes, Mário de Oliveira, José Manuel Galhardo Zilhão, Alberto Braga de Sousa, Lucínio Cruz e João António Aguiar.<sup>67</sup>

Final da década de 50 e inicio de 60 marca uma nova fase do Gabinete, assinalada pela reconfiguração das suas funções e pela alteração da sua composição, transformando-se em Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob a jurisdição da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC). Nesta terceira fase, um dos temas desenvolvidos pelos arquitetos seria a integração das culturas locais, através da aplicação de sistemas construtivos africanos, fazendo desta uma das fases menos conhecidas do GUU. É também neste momento que a arquitetura praticada em Cabo Verde, mais se aproximaria da cultura arquitetónica debatida em Portugal nessa mesma época.<sup>68</sup>

Portanto, as estratégias urbanas da cultura arquitetónica promovida durante o Estado Novo pelo Gabinete, encontram-se descritas em três fases distintas: a primeira, desenvolvida a partir de

---

66 - MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM), p.13

67 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d' Água. 978-9896416454, p. 37

68 - MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM), p.13

1945 até 1955, e baseada no modelo *City Beautiful* cruzado com ensinamentos da Cidade jardim, apoiado na monumentalidade das novas avenidas e na implementação do sistema de zonamento da cidade colonial preexistente, distribuída por setores funcionais, nomeadamente, hospitalares, militares, escolares e residenciais;<sup>69</sup> a segunda fase, que decorreu durante os anos de 1960, é caracterizada pela implementação de uma nova estratégia baseada em estudos dos habitats locais e em conhecimentos aprofundados dos assentamentos autóctones, para a produção de novos planos cujos princípios seriam optar por uma cidade de baixa densidade e casas unifamiliares; e por fim, os anos de 1970, que foram caracterizados por uma nova abordagem com um plano diretor de caráter mais pragmático, que se refletiu no processo de zonamento acima referido, e no aprofundamento das práticas gerais de infraestruturação. Este momento coincidiu com inúmeros acontecimentos tanto nos territórios africanos, como na Metrópole, nomeadamente, as guerras coloniais em Angola, Moçambique, a revolução de Abril de 1974 bem como as independências africanas, motivo pelo qual a maioria dos planos produzidos nessa fase não seria concretizado, mas em contrapartida esta nova abordagem permitiu uma alteração no pensamento urbanístico colonial, adotando novos métodos de intervenção baseados numa lógica quantitativa de análise aplicada, através de inquéritos às populações e atividades económicas.<sup>70</sup>

---

69 - Idem, p.14

70 - Idem, p.15

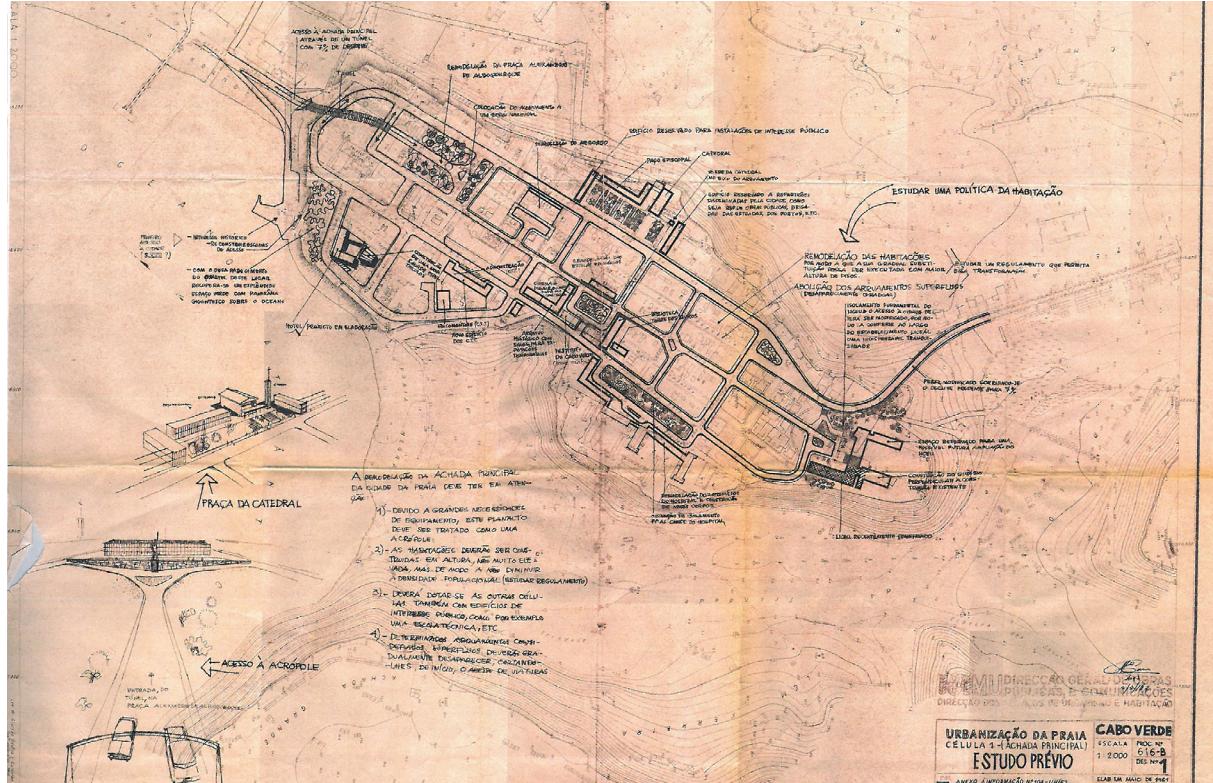


Fig.15 - Urbanização da Praia. Estudo Prévio da Célula 1,  
Achada Principal  
José Amorim, 1961



Fig.16 - Plano Geral de Melhoramento do Mindelo. Plano de Trabalho,  
1911/1938



Fig.17 - Edifício de Repartições Públicas. atual sede da Direcção da Polícia Nacional , Praia



Fig.18 - Cine-Teatro , Praia



Fig.19 - Liceu Domingos Ramos, Praia



Fig.20 - Seminário da Praia, Praia

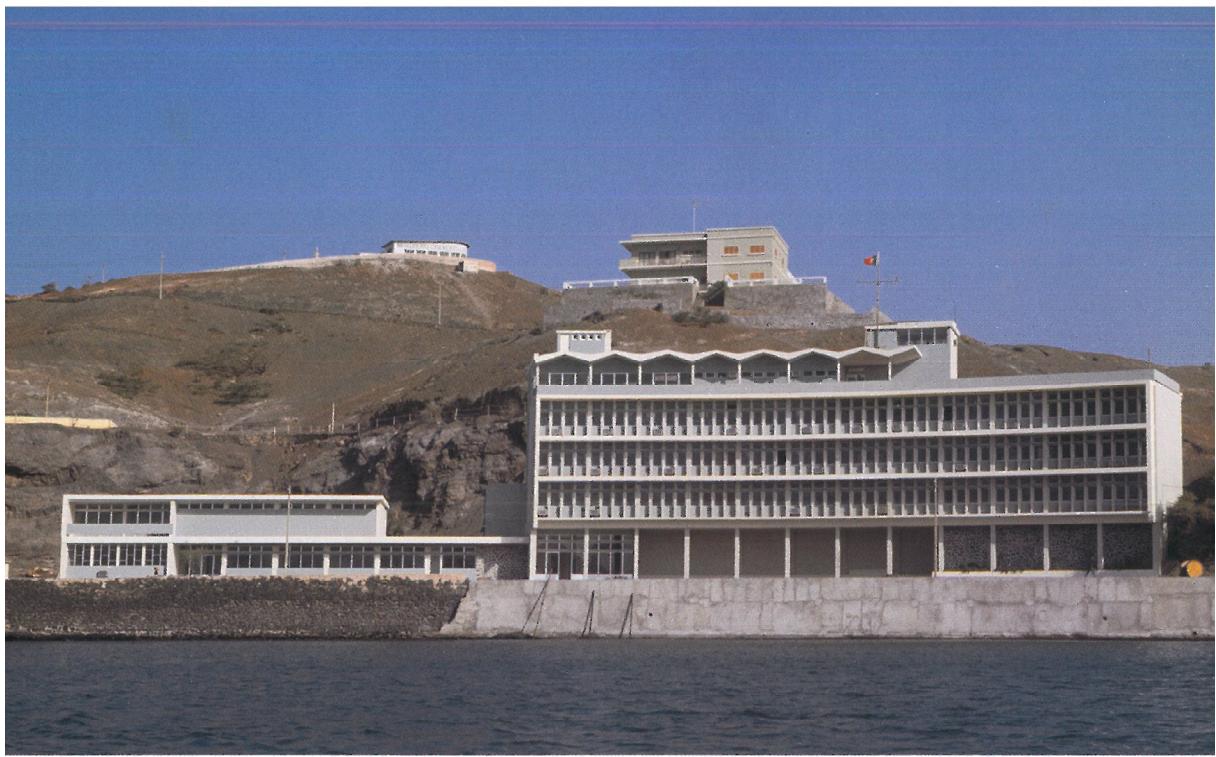


Fig.21 - Comando Naval de São Vicente, Mindelo

## Serviços de Obras Públicas

Cabo Verde, um arquipélago com dimensões territoriais reduzidas, uma região sem um forte apelo á fixação de profissionais qualificados, e consequentemente, uma das províncias mais dependente da cultura metropolitana para as realizações urbanísticas e arquitetónicas, produzidas durante o Estado Novo, e caracterizadas por uma arquitetura *luso-africana*, que dependendo desta condição regional, por vezes é impedida de atualizar as suas linguagens arquitetónicas e o propósito inicial de homogeneização começa a ficar comprometido. Como forma de amenizar os impactos desta situação foram desenvolvidos um conjunto de Planos de Fomento, cujos objetivos são proporcionais às capacidades da província, capazes de gerar recursos económicos.<sup>71</sup>

Dada a sua condição periférica, Cabo Verde lidava com inúmeros problemas que impedem o seguimento dos projetos de arquitetura, saneamento e de urbanização remetidos de Lisboa: a inexistência de uma indústria importante de construção civil, nomeadamente, técnicos, empreiteiros, operários e materiais de construção.<sup>72</sup> Isto por um lado determina o uso de técnicas construtivas convencionais, inspiradas nos sistemas tradicionais, por outro lado, condiciona as soluções arquitetónicas, dando-lhes assim expressões diferenciadas.<sup>73</sup> Estas condições de extrema precariedade são descritas nos relatórios oficiais dos elementos do GUU, e este por sua vez intensifica as visitas de técnicos ao arquipélago e a produção de planos que têm como objetivos dar instruções em relação aos equipamentos a implantar e não tanto do desenho urbano das cidades.<sup>74</sup> E a arquitetura apresentada nestes planos, procura estabelecer uma imagem adequada ao desenho

---

71 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d' Água. 978-9896416454, p. 55

72 - Idem

73 - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 170

74 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d' Água. 978-9896416454, p. 55

dos edifícios administrativos e dos equipamentos, promovendo os valores de representação do Estado Novo, respondendo assim às especificidades da região.<sup>75</sup>

Devido a esses fatores, e ainda por ser a única província que não participou na Guerra Colonial, Cabo Verde acabou sendo privado de um desenvolvimento acelerado, infraestrutural e sanitário. Esta modernização fez-se de iniciativas modestas, da inauguração de novas escolas primárias, da reestruturação de postos sanitários, ou da construção de levadas e tanques de rega.<sup>76</sup>

A situação periférica de Cabo Verde descrita anteriormente, também reflete na cultura arquitetónica praticada pela Repartição Provincial de Obras Públicas (RPOP), liderada pelo engenheiro Tito Lívio da Cruz Esteves, que integra o desenhador Luís Tavares de Melo, que segundo outro integrante da Brigada, Pedro Gregório Lopes, “era bom desenhador, autodidata”, e esteve envolvido em vários projetos, como, o Palácio da Justiça da Praia (anterior a 1955), a Escola Técnica elementar do Mindelo (1955-1957), e a Secção da Praia do Liceu Gil Eanes (depois Liceu Adriano Moreira, 1956-1960). Os projetos reproduzem uma arquitetura *Art Deco*, que sobrepõe ao historicismo da arquitetura de representação aplicada nos edifícios dos Gabinetes e sobrevive até um período avançado da década de 1950.<sup>77</sup>

É neste contexto que os projetos propostos pelo GUU funcionam em Cabo Verde como meio de renovação da cultura arquitetónica local, e revelam-se muito importantes na definição das linhas evolutivas posteriores, da década de 1960, integrando as culturas africanas na ponderação de uma nova arquitetura pública.<sup>78</sup>

---

75 - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 170

76 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d’ Água. 978-9896416454, p. 57

77 - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 177-178

78 - MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d’ Água. 978-9896416454, p. 57

Mas os problemas da localização do território ultrapassam as questões da representação do Estado Colonial, pois o arquipélago enfrentava severas dificuldades para a construção de equipamentos e infraestruturas básicas, e ainda peca pela falta de empreiteiros, operários e materiais de construção, como cita Tito Esteves em entrevista ao *Cabo Verde: Boletim Propaganda e Informação*, onde chama atenção às dificuldades que afetam o desempenho dos Serviços de Obras Públicas:

*“São os consequentes dos limitados recursos económicos de Cabo Verde e também da iniciativa particular, especialmente dos que têm dinheiro. [...] Em Cabo Verde não existe um único empreiteiro e daqui resulta, os Serviços de Obras Públicas terem de executar todas as obras por administração directa, com evidente prejuízo, de todas as ordens, para os Serviços e em consequência para o Estado. [...] Aos Serviços compete projetar as obras, adjudicá-las e fiscalizá-las, mas não construí-las através de agentes directos. Assim, em Cabo Verde uma obra de proporções modestas obriga os Serviços: à organização do projeto com as indispensáveis peças escritas e desenhadas; às formalidades de ordem administrativa, até à sua aprovação e dotação de verba; à requisições de fundos, garantidos que estejam os meios de execução.”<sup>79</sup>*

Basicamente estas dificuldades contribuíram para uma intervenção permanente dos Serviços, dedicando inteiramente a todas as atividades e processos necessários para a execução de uma obra, nomeadamente, admissão de operários, aquisição de materiais de construção, transportes etc., obrigando assim o pessoal dos Serviços a dispensarem-lhes a sua atividade. Mesmo para o cumprimento de algumas destas tarefas, os Serviços enfrentam maiores dificuldades, como por exemplo, a aquisição de materiais de construção que é dificultada, porque o comércio não estava

---

<sup>79</sup> -ESTEVES, Tito (1951), “Uma entrevista por mês – Tem a palavra o Engenheiro Director das Obras Públicas”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 24, 1 de Setembro de 1951, p.25

habilitado para satisfazer um fornecimento vultoso e rápido, recorrendo á importação que por vezes era afetada também pelas condições periféricas do arquipélago.<sup>80</sup>

O diretor dos Serviços das Obras Públicas, Tito Esteves, chama atenção para mais uma dificuldade enfrentada pela Brigada:

*“Fatalmente, que se não referem aqui todos os trabalhos públicos, mas aqueles, que mesmo em épocas normais, de tao difícil execução em Cabo Verde são, por falta de mão de obra especializada [...]. E o que é mais interessante: em época de crise nas quais por virtude de verbas vultuosas disponíveis se exige essa mão de obra, é que tem saído o melhor pessoal operário de Cabo Verde, para ir trabalhar noutras territórios ultramarinos nossos e até estrangeiros.”<sup>81</sup>*

A solução encontrada para resolver este problema seria, a formação de alunos pela Escola Profissional, nas oficinas de Praia e de São Vicente. Operários de artes como a carpintaria, marcenaria e serralharia civil e mecânica, formados por mestres da Metrópole, cujo salário varia de acordo com o nível académico dos alunos:

*“Os alunos aprendizes recebem dois escudos por dias, conforme o que está fixado no orçamento geral da província. Os admitidos em regime de voluntariado, por ainda não terem 12 anos de idade, ou por falta de vagas, nada recebem, salvo se os trabalhos encomendados às oficinas, em que eles intervierem, puderem oferecer alguma gratificação para os estimular. Os alunos mais adiantados são pagos por conta dos trabalhos encomendados pelo Estado ou pelos particulares.[...].”<sup>82</sup>*

Contudo, são poucos os alunos que terminam em 5 anos a formação e se tornam operários qualificados, devido a falta de persistência e aplicação dos mesmos ou ainda pelas ofertas de

---

80 -Idem, p.26

81 -Idem, p.21

82 -Idem, p.24

trabalhos dos particulares, acabando por abandonarem a Escola, dificultando assim na obtenção de operários capazes e honestos.<sup>83</sup> Mas Tito Esteves defende que:

*"A mão de obra, pelo que já lhe disse, terá de ser melhorada não só por uma mais eficaz, mas ainda, permanente, fiscalização dos técnicos responsáveis pelas obras.*

*Quanto aos Serviços de Obras Públicas, se o seu numero for insuficiente, há que sacrificar outros trabalhos. O que não devemos é abandonar as obras[...]"<sup>84</sup>*

Na década de 1960 a anterior tendência *Art Deco* é substituída por edifícios de configuração “vernacular”, também desenhados por técnicos ao serviço da Brigada das Obras Publicas, como o Arquiteto Pedro Gregório Lopes que aplicava em projetos-tipo. Ingressa no organismo por volta de 1959, foi um dos primeiros arquitetos formado na Metrópole, e responsável por uma renovação do quadro estilístico acima referido.<sup>85</sup> Como técnico e diretor do departamento da habitação o arquiteto Gregório Lopes esteve envolvido em alguns projetos de escolas primarias, habitação unifamiliar e habitação coletiva como por exemplo, escola primaria de Salamansa (1960), algumas escolas na cidade da Praia designadas pelo Arquiteto de “capelinhas”, alguns prédios de habitação na Achada Santo António, centro escolar que é hoje o Liceu Amílcar Cabral em Santa Catarina, algumas moradias na Praia, algumas casas económicas, e ainda em 1962, participou no projeto do edifício Casa do Leão. Este projeto constitui uma das inúmeras produções que contaram com a colaboração do arquiteto, entre elas, a estrada da Prainha, laboratório no Hospital da Praia, algumas intervenções no Liceu Domingos Ramos, e no Seminário da Praia. E aquando da sua saída dos Serviços projetou algumas igrejas, como por exemplo, uma igreja em Pedra Badejo e algumas moradias no Tarrafal.<sup>86</sup>

Outro grupo de arquitetos enviados da Metrópole, também se destacaram em Cabo Verde, pela introdução de uma mudança significativa que se irá refletir nos novos planos destinados ao

---

83 -Idem

84 -Idem, p.25

85 - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 177 e 184

86 - “Entrevista com o arquiteto Pedro Gregório Lopes” – (Ver Anexo)

território, sendo poucos deles construídos, recorrendo muitas vezes a soluções experimentais. Deste grupo faz parte o José Luís Amorim, a Maria Emília Caria, Alfredo Silva e Castro e António Saragga Seabra.<sup>87</sup>



Fig.22 - Sede da SAGA - Serviços de Aquisição de Géneros Alimentares

---

<sup>87</sup> - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 184 e 185





# 3.0

---

CASO DE ESTUDO



Fig.23 - Vista Aérea cidade da Praia

## 3.0 – Caso de Estudo

### 3.1 – Bairro Craveiro Lopes

#### 3.1.1 – Enquadramento E Contextualização

O bairro está situado na cidade da Praia a Sul da ilha de Santiago, num planalto de pequena dimensão na Achadinha, a Nordeste de Plateau, está limitado a Norte pelo bairro de Eugénio Lima, a Sul pelo bairro da Várzea, e a Este pelo Bairro de Achadinha Baixo e conta com aproximadamente, 1519 habitantes<sup>88</sup>.

A cidade desenvolveu-se num território acidentado, atravessado por vários cursos de águas, fazendo com que a sua ocupação fosse ao longo de vales largos e planos ou em planaltos que definiam as margens destes vales e eram conhecidas por “achadas”. Portanto o bairro está inserido sobre um terraço fluvial ou numa pequena “achada” no interior do Vale da Várzea, a nordeste da “achada” principal denominada de Plateau, a primeira a ser ocupada.<sup>89</sup>

O núcleo urbano principal de plateau foi fundado no século XVI e apresentava uma estrutura urbana compacta, definida por quarteirões densos, edificados sobre uma matriz de composição ortogonal, possivelmente uma das referências para a elaboração do plano urbano do Bairro Craveiro Lopes.

---

<sup>88</sup> – Censo 2010, INE (Instituto Nacional Estatística de Cabo Verde)

<sup>89</sup> -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 40

*“Ao primeiro contacto com ela fica-nos a impressão de estarmos na presença de uma daquelas cidadezinhas coloniais paradas no tempo, com casarões de paredes espessas e grandes quintais.”<sup>90</sup>*

É constituída por quatro ruas longas e paralelas e outras mais transversais que cortam estas maiores.<sup>91</sup> A partir do traçado destas ruas e da malha ortogonal é possível identificar três espaços públicos fundamentais: a Praça Sá da Bandeira, a Praça Alexandre Albuquerque, a mais vasta, ambas de forma quadrangular situadas perto do extremo Sul; e a Praça Luís de Camões.<sup>92</sup>

No século XVIII, a vila da Praia (designação dada na altura), apresentava as principais habitações de forma alinhada que estavam ligadas através de uma linha e se desenvolvia para Norte.

Em 1808, o Governador António Lencastre definiu um primeiro plano para a cidade, onde propõe novos arruamentos, largos e praças, com o objetivo de tornar este núcleo um aglomerado urbano consolidado, baseado num traçado ortogonal. Em 1820, o então Governador João da Mata Chapuzet, prosseguiu com a expansão da cidade para Norte, ao longo do planalto, com o intuito de elevar a vila à condição de cidade. Em 1875, a cidade da Praia apresentava um caráter urbano com espaços públicos bem delineados e arborizados. Ainda no século XIX, o desenvolvimento urbano da cidade abrangia mais a parte Sul, onde se localizaram todos os edifícios públicos mais representativos da administração e as duas praças principais. No inicio do século XX, o núcleo organizava-se principalmente a partir da extensão de duas ruas existentes: a Rua Serpa Pinto, que é o eixo central no aglomerado, e articula as três praças principais da cidade, e na sua extremidade Norte foi rematada em 1960 por uma praça circular que enquadra a entrada do Liceu Domingos Ramos; e a Rua Sá da Bandeira.

---

<sup>90</sup> - AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 335

<sup>91</sup> - Idem

<sup>92</sup> -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), *Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974)*, Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 40

No final da década de 50, as poucas áreas livres do planalto começavam a ser ocupadas, como aconteceu por exemplo a Norte, com a construção do Liceu, e com habitações económicas que estavam programadas para essas áreas consideradas distantes e segregadas do núcleo central, como é o caso do Bairro Craveiro Lopes.

Na década de 60 as áreas envolventes do núcleo original foram sendo ocupadas sem qualquer plano base de ocupação, configurando assim problemas de desqualificação urbana, sem infraestruturas, sem abastecimento de agua ou de saneamento. Esses problemas foram amenizados ao longo dos anos através de planos de urbanização.<sup>93</sup>

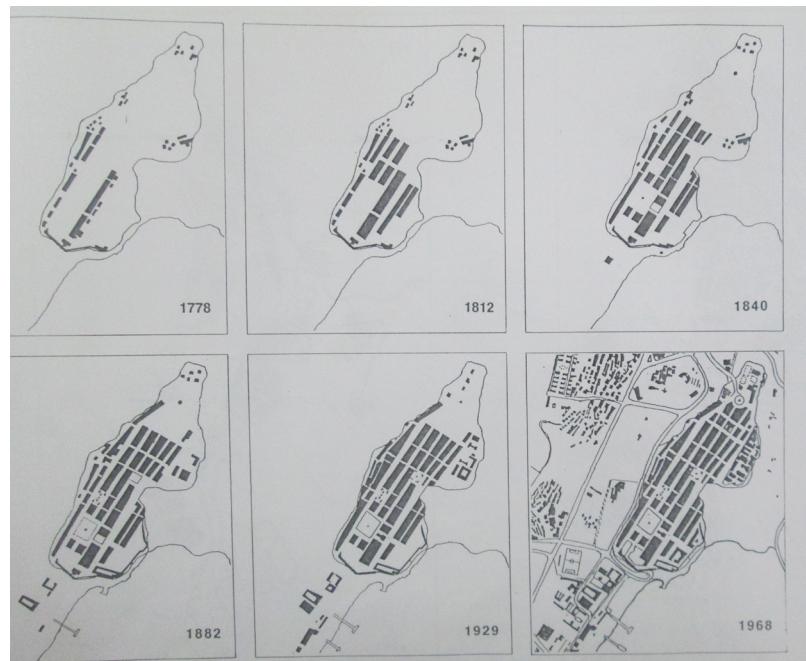


Fig.24 - Evolução de Plateau

<sup>93</sup> -FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 33-35

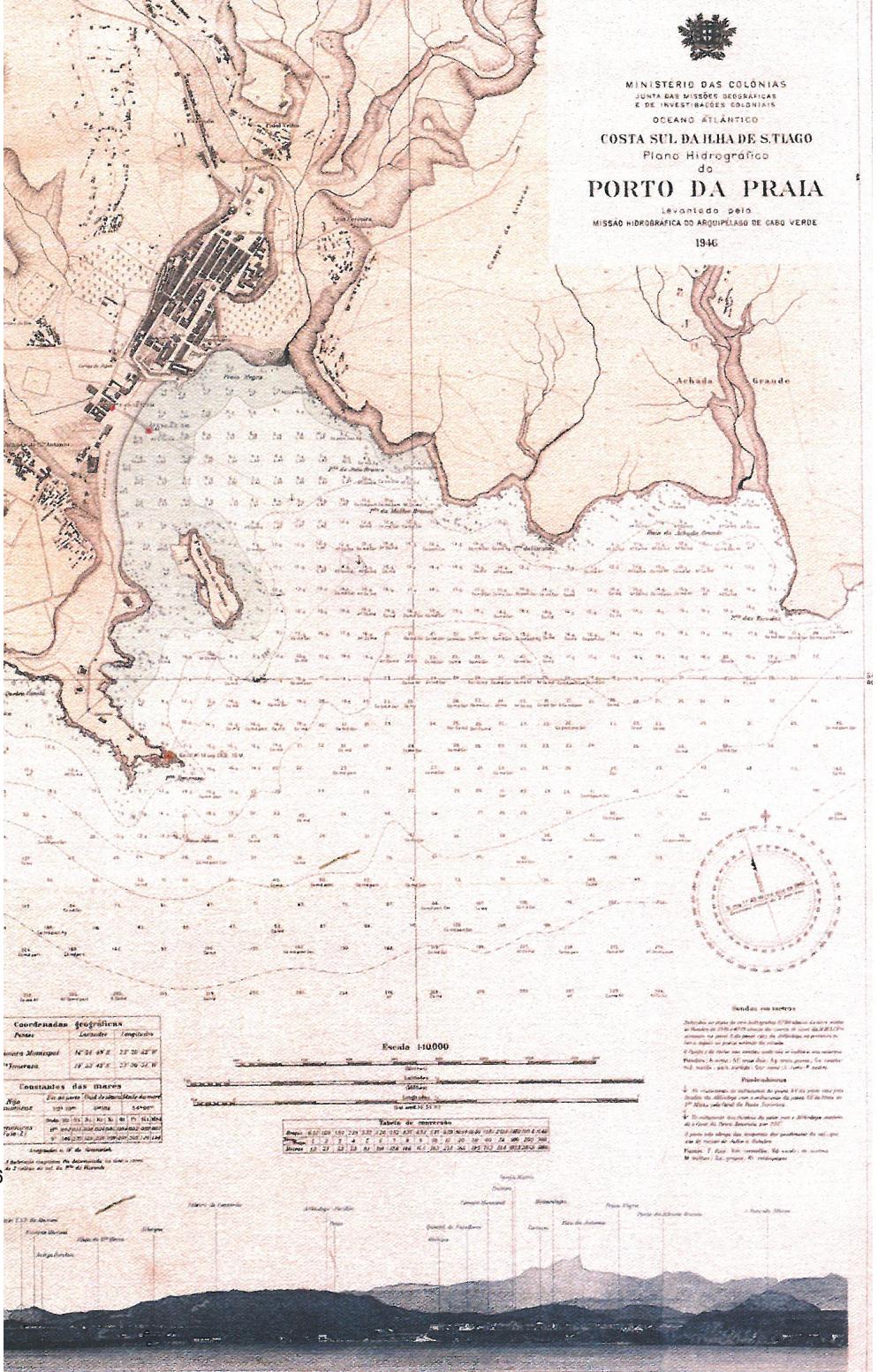


Fig.25 - Planta da cidade da Praia, 1946



Fig.26 - Planta da cidade da Praia, 1960



Fig.27 - Planta da cidade da Praia, 1968



Fig.28 - Planta da cidade da Praia, 1990





Fig.29 - Padrão Comemorativo  
no Bairro Presidente Craveiro Lopes

### 3.1.2 – Origem do Bairro

[1949 - 1953]

Na década de 40, a demográfica do país sofreu quedas brutais, causadas pela elevada mortalidade, durante o período devastador de seca e fome, e à cidade da Praia chegavam centenas de pessoas à procura de melhores condições para sobreviverem, sobretudo mulheres e crianças.<sup>94</sup> Enquanto isso, a Provedoria-Geral da Assistência Pública, fornecia aos afetados, refeições quentes diárias e donativos alimentares, na tentativa de combater a crise que abalava a capital do país. Este evento reunia milhares de pessoas que se encontravam numa situação de pobreza, tanto da cidade como outros que vinham de vários pontos da ilha.<sup>95</sup>

No entanto, no dia 20 de Fevereiro de 1949, uma tragédia atinge a cidade da Praia, provocando 232 mortos e 47 feridos, conta Dr. Bento Levy, um ano depois da tragédia no seu artigo “Já é tempo”, para o *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*: “O alpendre e o muro sob que se abrigava a maior parte dos indigentes que recebiam refeições diárias fornecidas pela Assistência, desabaram sobre eles, ocasionando mortos e feridos.”<sup>96</sup> O autor descreve o cenário com “Gemidos... sangue... corpos trucidados... mães que procuram os filhos... O calor sufoca... a caliça torna a atmosfera insuportável... Cada corpo que se desenterra dos escombros provoca cenas laciniantes... a população desorienta-se...”<sup>97</sup>

---

94 - ANDRADE, Elisa Silva (1996), *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à Independência Nacional*, Paris: L’Harmattan, p. 134

95 - LEVY, Dr. Bento (1950), “Já é tempo”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 6, 1 de Março de 1950, p.1

96 - Idem

97 - Idem

Depois do acontecido, surge um movimento para angariar fundos, que permitissem socorrer os mais afetados pela tragédia, pelo que conseguiram arrecadar umas centenas de contos vindos de todas as colónias portuguesas, porém um ano depois o dinheiro continuava imobilizado.<sup>98</sup> É neste sentido que Dr. Bento Levy faz um apelo, no seu artigo acima referido, de modo a chamar atenção á necessidade de dar utilidade a esse dinheiro: “*Já é tempo. Aquelas pedras lá em baixo amontoadas, devem desaparecer, ressurgindo, porventura, em qualquer coisa de útil para os que ficaram, atestando aos outros que somos realmente um só Povo.*”<sup>99</sup>

Sendo assim, que o dinheiro obtido para ajudar os mais afetados do trágico desastre de Fevereiro de 1949, foi entregue á Provedoria Geral da Assistência Pública, e segundo o relato do Dr. Carlos d’Almeida, o então Provedor Geral da Assistência, em entrevista ao *Cabo Verde: Boletim Propaganda e Informação*, o dinheiro seria utilizado para “*abrigar pessoas da miséria os velhos e mutilados e arranjar um refugio capaz dentro da moral, do trabalho e exigências cristãs, para os que ficaram sem pais, ou perderam na tragédia as modestas condições de vida limpa que o nosso estatuto social lhes deve.*”<sup>100</sup>

A Provedoria Geral de Assistência Pública, era na época, uma das instituições mais importantes da província de Cabo Verde, criada em Janeiro de 1942 aquando da visita do Sr. Ministro das Colónias á cidade da Praia. Tinha como principais objetivos: transformar a estrutura social abalada por sucessivas crises económicas; defender a dignidade das classes desfavorecidas; constituir lares em ambientes saudáveis e uma boa formação da juventude.<sup>101</sup>

Nos finais da década de 40 e inicio da década de 50, além da tragédia de 20 de Fevereiro, o país enfrenta uma serie de acontecimentos naturais, nomeadamente a seca, a fome e as erupções

---

98 - Idem

99 - Idem, p.2

100 - D’ALMEIDA, Dr. Carlos (1952), “Uma entrevista por mês – Ouvindo o Provedor Geral da Assistência”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 29, 1 de Fevereiro de 1952, p.18

101 - JUNIOR, Sr. José Soares de Brito (1955), “Actividades da Provedoria-Geral da Assistência Pública”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 73, 1 de Outubro de 1955, p.19

na ilha do Fogo, e a cidade da Praia enfrenta inúmeros problemas urbanos, nomeadamente, o saneamento básico e as habitações clandestinas, que determinam as condições precárias em que habita a maioria da população da cidade, parte dela recém-chegada de outros pontos da ilha. Joaquim Arnaldo Rogado Quintino, então Presidente da Câmara Municipal da Praia, também em entrevista ao *Cabo Verde: Boletim Propaganda e Informação*, chama atenção para algumas situações precárias vividas na capital, de construções concebidas em locais que o município não está em condições de assegurar o fornecimento de agua e de energia elétrica, nem mesmo de mínima assistência sanitária, e sugere alguns projetos que ditam uma maior urgência na definição de novas regras de planeamento e na intervenção técnica por parte do GUC.

*"Intimamente ligado ao projecto de abastecimento de água está o plano de urbanização da cidade. [...] Nos sítios denominados de «Fazenda» e «Paiol» e seus arredores, nunca se deveria ter consentido construções urbanas. Note-se que muitas dessas construções são clandestinas, feitas sem licença camarária e ocupadas sem licença de habitação. [...] Não há, segundo a minha modesta opinião, obras de protecção das cheias, que sejam economicamente possíveis de fazer na Fazenda e no Paiol. A maioria das casas construídas nesses sítios são pardieiros que mais facilmente se substituem por moradias económicas a erigir em sítios altos, que a Câmara venha a reservar para tal fim dentro do novo plano de urbanização. Este plano também deve ser recebido do Gabinete de Urbanização Colonial muito brevemente. Ainda em obediência ao mesmo plano, o velho e insalubre bairro da Ponta Belém terá de desaparecer, transportando-se a sua população para o novo bairro de casas económicas que o município deseja construir nos seus terrenos da «Achadinha». "<sup>102</sup>*

---

102 - QUINTINO, Rogado (1951), "Uma entrevista por mês – Depõe o Presidente da Câmara Municipal da Praia", *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 22, 1 de Junho de 1951, p.21

É neste contexto que a GUC vê-se obrigado a intervir, dando especial atenção á construção de infraestruturas básicas, incluídas no novo plano de urbanização da cidade da praia, proporcionando assim melhores condições, no que diz respeito ao fornecimento de água, energia e mínima assistência sanitária á população recém chegada á cidade, que viviam nos arredores de plateau.<sup>103</sup> É também neste contexto que a Provedoria - na altura dirigida pelo Dr. Carlos d'Almeida e posteriormente pelo Sr. José Soares Brito - em parceria com Câmara Municipal avança com uma proposta para a construção de um novo bairro de casas económicas nos terrenos pertencentes a Câmara na Achadinha, subúrbio da Praia. O plano urbano deste bairro foi igualmente elaborado pelo GUU, cujos primeiros esboços terão chegado a Praia em 1951, e a obra foi executada pela Brigada das Obras Públicas na época dirigida pelo Engenheiro Tito Esteves.

A proposta do Bairro está inserida num Plano de Ação traçado pela Provedoria Geral de Assistência Pública, aquando da presidência do Dr. Carlos d'Almeida, que posteriormente com a sua morte seria substituído pelo Provedor Adjunto, Sr. José Soares Brito também Presidente da Câmara na altura, a quem ficou encarregue a execução da obra. Neste Plano de Ação estavam também inseridos outros projetos para a província como por exemplo, um Aprendizado Agropecuário e uma Escola de Artes e Ofícios em São Vicente, uma Escola de Costura e Bordados para raparigas, um Orfanato e uma Escola de Pesca na Praia.<sup>104</sup>

Portanto, a Provedoria disponibiliza parte do seu orçamento para a construção de um “bairro novo, com casas higiénica, coberturas a telhas cimentadas, com cosinha retretes privativas, páteo etc.”.<sup>105</sup> As primeiras 12 moradias começaram a ser construídas em Julho de 1952 e eram destinadas aos sinistrados da tragédia de 1949, famílias pobres que viviam no plateau da cidade e nos seus

---

103 - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 175

104 - LOBO, Pedro (1959), “Cronica”, Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº119, 1 de Agosto de 1959, p.29.

105 - “Documentário”, Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 39, 1 de Dezembro de 1952, p.14

arredores em péssimas condições, podendo assim encontrar o conforto que tanto precisavam. A realização do Bairro e principalmente as características das moradias, estava despertando interesse em todas as camadas sociais da capital, fazendo com que obra fosse visitada por várias figuras importantes da cidade.<sup>106</sup>

---

106 - “Documentário”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 36, 1 de Setembro de 1952, p.26

Em construção

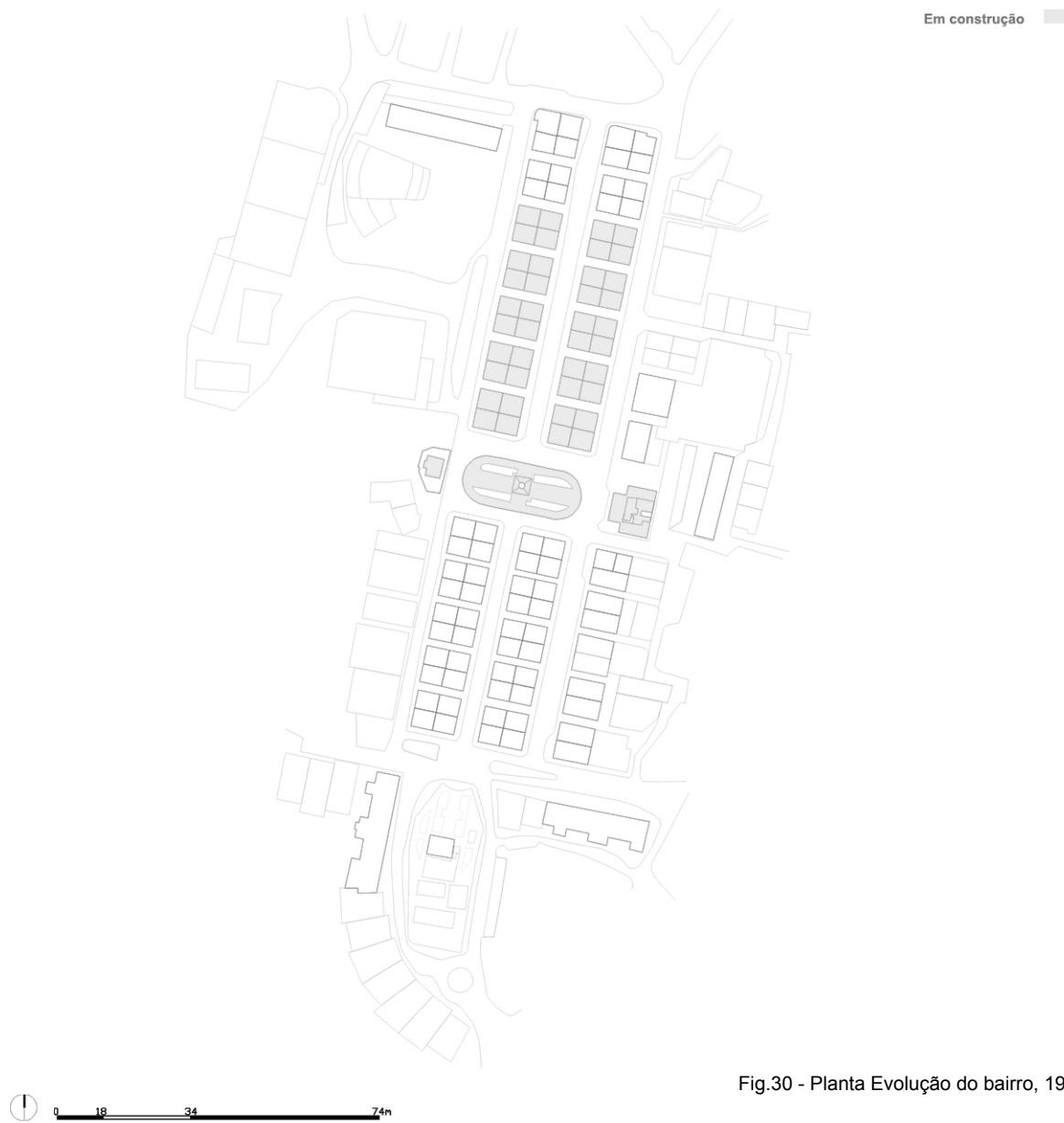


Fig.30 - Planta Evolução do bairro, 1952

## [1954] – Bairro Santa Filomena

Durante as festas de comemoração do Aniversário da Revolução Nacional a 28 de Maio de 1954, seria inaugurado o primeiro bairro económico de Cabo Verde, na Achadinha, o Bairro Santa Filomena, assistida por varias pessoas entre elas algumas personalidades importantes da Capital, como por exemplo o Provedor da Assistência Pública Sr. José Soares de Brito e Júnior, o Governador Dr. Manuel Marques de Abrantes Amaral e a sua esposa Sr.<sup>a</sup> D. Dina Flores Amaral, sendo esta última considerada a madrinha da inauguração.

Primeiramente foi feita a sagrada da pequena capela de Santa Filomena, uma capela modesta sem um estilo definido, mas com um traçado de linhas razoavelmente moderna, com vitrais suavemente coloridas, produzindo uma tonalidade de luz que não se encontrava nem nas maiores, nem mais ricas igrejas do arquipélago. A seguir foi inaugurada a praça, composta por bancos de cimento, rodeada de canteiros de plantas, com um fontanário ao centro que no momento não brotava água. Foi inaugurada também dois blocos de casas cada um com vinte moradias, fazendo o total de 40 moradias, todas de fachada branca, dois compartimentos, a cozinha, o quintal e a casa de banho, cujas chaves foram entregues aos primeiros inquilinos pela Sr.<sup>a</sup> de Abrantes e Amaral. Por fim foi inaugurado o posto sanitário pelo Governador, construção pequena e modesta como todo bairro, mas com linhas modernas, com mobiliário apropriado para assistir à população.

*"Minha mãe foi das primeiras pessoas a morar aqui, ela veio no dia 3 de Maio, e a inauguração aconteceu no dia 28 de Maio de 1954, já 4 ou 5 pessoas moravam aqui quando ela veio. A primeira pessoa a morar no Bairro foi a Dona Né e minha mãe foi a 3<sup>a</sup> ou 4<sup>a</sup>. Eu fui a primeira criança a nascer aqui no bairro, pois nasci alguns meses depois, em Setembro de 1954 (...)" (Adelaide Silva, 63 anos)*

*“Todos os bairros quando começam a se formar, juntamente com as primeiras casas nasce uma capela e um posto de saúde, e aqui no bairro naquela altura, o posto funcionava a cargo de uma pessoa que não era enfermeiro, era considerado um curioso que prestava serviços básicos, como curativos, atendimentos básicos etc. depois ao passar do tempo mandaram um enfermeiro, e muito tempo depois um medico, e eram todos cabo-verdianos (...)”* (Adelaide Silva, 63 anos)

Durante a cerimonia o Provedor da Assistência Pública, Sr. José Soares de Brito e Júnior, disse algumas palavras apresentando a obra e o balanço das receitas e despesas:

“Da verba dos sinistrados ..... 545 contos  
Da verba da Assistência – 1953 .... 350  
Da verba da Assistência – 1954 .... 300  
Da verba da Câmara ..... 200  
Total ..... 1.415 contos

Assim distribuídos:

10 grupos de 4 moradias – 40 casas a 25 contos .....	1.000 contos
Capela .....	74
Posto sanitário .....	48
Instalações sanitárias .....	75
Deposito de água e respetiva canalização .....	34
Fossa para 300 pessoas .....	85
Praça e marco fontenário .....	25
6000 m <sup>2</sup> de calcetamento, aterro e desterro .....	65
Expropriações .....	3.500
Projectos e plantas .....	3.500
A despesa com materiais adquiridos no comercio	
foi de .....	815
Pagou-se em salários durante 21 meses .....	600”

E no fim o Governador Dr. Manuel Marques de Abrantes e Amaral, proferiu um discurso felicitando todos os envolvidos na obra e os moradores, afirmando que “é o primeiro bairro económico que inauguramos em Cabo Verde. Desejamos que o exemplo frutifique e que outros se lhe sigam em execução noutras aglomerados urbanos da província, onde são bem necessários.”<sup>107</sup>

“Moramos aqui sem água, e sem luz, água íamos abastecer no plateau em Monte Agarro (... )” (Maria do Livramento Silva Cardoso)

Passado um mês da inauguração, em Junho, o *Boletim de Propaganda e Informação* fez uma publicação afirmando que “o bairro de Santa Filomena é mais do que um melhoramento no sentido do conforto material: Se é certo que o homem é um produto do meio, os homens que vivem num ambiente daqueles – claro, alegre, saudável e genuinamente português – não podem deixar de ser sadios, corajosos e honestos.”<sup>108</sup> Esta afirmação mostra que o objetivo do Estado colonial era essencialmente promover o estilo de vida da Metrópole, o que acabou refletindo na seleção dos moradores dos bairros, pois o bairro acabou por não beneficiar os mais pobres mas sim os funcionários do Estado que pagavam uma renda mensal de 50\$, como conta a jornalista Maria Helena no seu artigo “Como se dá na sua nova casa?” para o *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, onde a mesma expõe uma série de reações dos habitantes do bairro para saber como se sentiam em relação ao conforto que as suas novas casas lhes proporcionaram.

Portanto, a jornalista foi até o bairro conversar com alguns dos moradores, que exerciam as mais variadas profissões como: músico, capataz da Brigada de Saúde, servente de correio, empregado da Rádio, da Repartição de Fazenda, etc., e que se transportaram de diferentes pontos da capital para viverem no Bairro de Santa Filomena, como por exemplo, alguns moravam na Ponta de Água, Paiol, Plateau, Ponta Belém, etc.

---

107 - “O 28 de Maio foi largamente comemorado em toda a província”, *Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 57, 1 de Junho de 1954, p.13

108 - Idem

*“A renda inicial era de 50\$, e depois da independência subiam para 200\$, o que prova que as casas foram destinadas a funcionários públicos, todos os homens eram funcionários públicos”* (Adelaide Silva, 63 anos)

As reações registradas na entrevista, tendem tanto pela positiva como pela negativa devido a falta de água e de eletricidade. Resumindo:

*“- Oh! Muito, muito contentes!”* – (António Izidoro Varela, 2º sargento músico)

*“- Só luz e água, não... Se houvesse um padre! Faz tanta pena ver a nossa capelinha tão linda e sempre fechada!”* – (Diniz de Pina, capataz da Brigada de Saúde)

*“- Esta casa é mil vezes melhor e pode ter-se sempre limpa. Só tenho pena que não haja água mais perto. [...]”* (Albertina Monteiro, esposa de servente do correio)

*“- A casa é boa, gosto dela, mas... [...]. Quando anoitece, como agora, olho para a cidade onde sempre vivi, cheia de luzes... e não posso deixar de estar triste. Olhe para esta escuridão.”* (Dulce Tavares, esposa de empregado da Rádio)

*“- Gosta, sim, gosta muito da casa. Antes morava na Ponta Belém, mas aqui está mais à vontade: se houvesse água...”* (Maria do Livramento Cardoso, esposa do fiscal de aguardente Ludgero Correia)

Todos os moradores mostravam-se satisfeitos com o conforto das casas e do ambiente agradável que o bairro proporcionava, mas por outro lado queixavam-se da falta de agua e de eletricidade. Apesar da circunstância da origem do bairro tenha sido por um motivo trágico, era gratificante para a população em geral ver a concretização e o sucesso deste projeto colonial, por isso a jornalista Maria Helena, conclui a entrevista afirmando:

*“Agora há apenas um pequenino bairro de casinhas brancas onde as mulheres são felizes e os homens perdem a sensação de inferioridade que lhes vinha da palhota onde viviam, a meias com animais, crianças sujas e mulheres mal-humoradas.”<sup>109</sup>*

---

<sup>109</sup> - HELENA, Maria (1954), “Como se dá na sua nova casa?”, Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº58, 1 de Junho de 1954, p.3

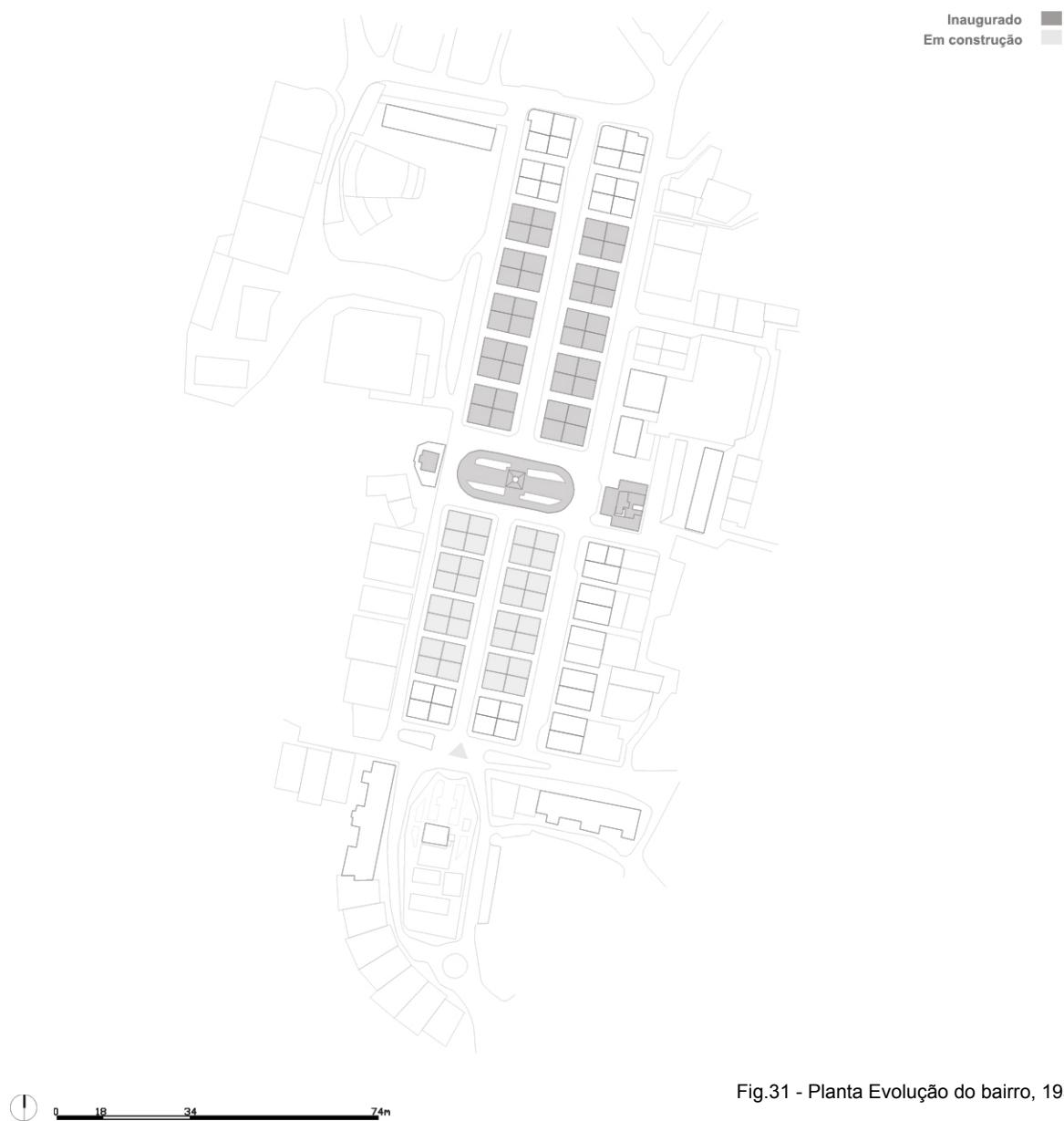


Fig.31 - Planta Evolução do bairro, 1954



Fig.32 - Bairro Santa Filomena, 1954



Fig.33 - Moradias Inauguradas no Bairro Santa Filomena, 1954



Fig.34 - Moradias Inauguradas no Bairro Santa Filomena, 1954



Fig.35 -Igreja Santa Filomena , 1954



Fig.36 - Posto Sanitário no Bairro Santa Filomena, 1954

## [1955] – Bairro Craveiro Lopes

Na publicação de 1 de Fevereiro de 1955 no “*Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*”, a jornalista Maria Helena Spencer relata sobre uma visita realizada na companhia do então Provedor Geral da Assistência Pública, Sr. José Soares de Brito e Júnior, no qual a mesma refere sobre dois blocos de casas em construção, com uma composição diferente das que foram inauguradas anteriormente, e segundo o Provedor Geral essas diferenças “*dava uma certa graça ao bairro quebrar-lhe um pouco a monotonia.*” Esses blocos não se limitavam á fachada branca e lisa, tinham um desenho a imitar tijolo e as janelas pequeninas que posteriormente iriam ter vidraças, entretanto o interior mantivera igual.<sup>110</sup>

Em Março de 1955, “*a população do bairro viu jorrar das 4 torneiras do chafariz do jardim Dr. Carlos de Almeida, a água das Águas Verdes (...)*”<sup>111</sup>

“*Vinharam pessoas de muitas áreas, praticamente de todo o subúrbio da cidade para abastecerem aqui no bairro, no chafariz que foi inaugurado em 1955*” (Adelaide Silva, 63 anos)

A 15 de Maio de 1955, desembarca no Porto da cidade da Praia, na ilha de Santiago, o Presidente da Republica, General Francisco Higino Craveiro Lopes para uma visita ás ilhas do arquipélago. É neste contexto que um dia depois da sua chegada, o Chefe do Estado segue para o antigo Bairro Santa Filomena, pois passara a denominar-se de Bairro “Presidente Craveiro Lopes”. Portanto a 16 de Maio, decorre a cerimonia de inauguração no Bairro, contando com a presença, do

---

110 - *Actividades da Assistência Pública em Cabo Verde – Uma entrevista de Maria Helena Spencer com o Provedor Geral da Assistência Pública - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº65, 1 de Fevereiro de 1955, p.23 e 24

111 - *Documentário - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº66, 1 de Março de 1955, p.14

Ministro do Ultramar Comandante Manuel Maria Sarmento, o Governador da Província Dr. Manuel Marques de Abrantes Amaral, algumas autoridades civis, militares, eclesiásticas e povo da cidade.<sup>112</sup>

Neste dia às 9 horas, o Chefe de Estado inaugura o segundo bloco de casas económicas no Bairro, desta vez no “Bairro Baixo” e o padrão comemorativo, construído pela Provedoria Geral de Assistência Pública, para comemorar o ano XXIX da Revolução Nacional.<sup>113</sup>

*“Primeiro nome dado ao Bairro Craveiro Lopes foi de Santa Filomena, isto pelo facto de a Capela ter o nome de Santa Filomena, depois que a segunda parte do Bairro foi construída, ou seja, Bairro “baixo” e que foi inaugurada pelo Presidente da República portuguesa Craveiro Lopes, passando então ser chamado Bairro Craveiro Lopes, por terem decidido unificar as duas partes do Bairro sendo dado as duas partes o nome de Bairro Craveiro Lopes”* (Adelaide Silva, 63 anos)

*“Bairro “Baixo” foi inaugurada em 1955, os chalés foram inaugurados bem mais tarde, porque inicialmente eram apenas às casas ditas normais.”* (Adelaide Silva, 63 anos)

---

<sup>112</sup> - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº80, 1 de Maio de 1956, p.3

<sup>113</sup> - “Programa da visita Presidencial” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº68, 1 de Maio de 1955, p.7





Fig.38 - Presidente da República  
General Craveiro Lopes

*Sua Excelência o Presidente da República  
General Craveiro Lopes*

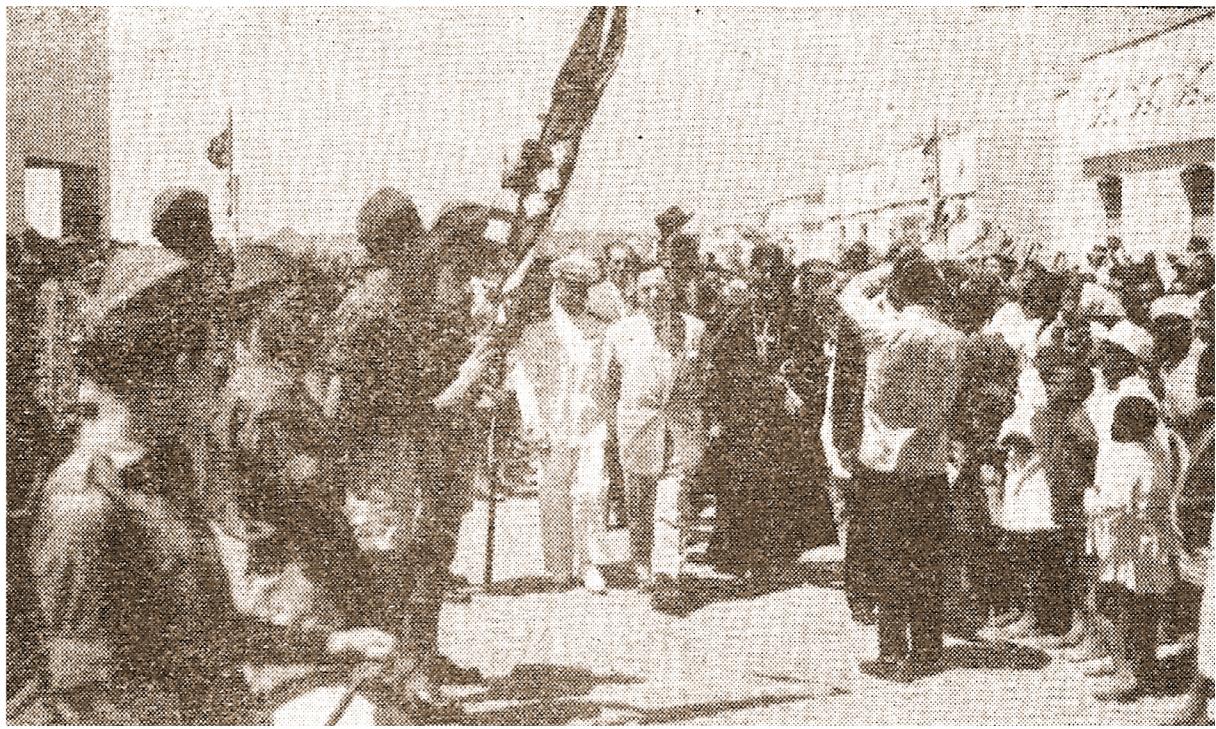


Fig.39 - Inauguração do Bairro Craveiro Lopes, pelo Presidente General Craveiro Lopes, 1955

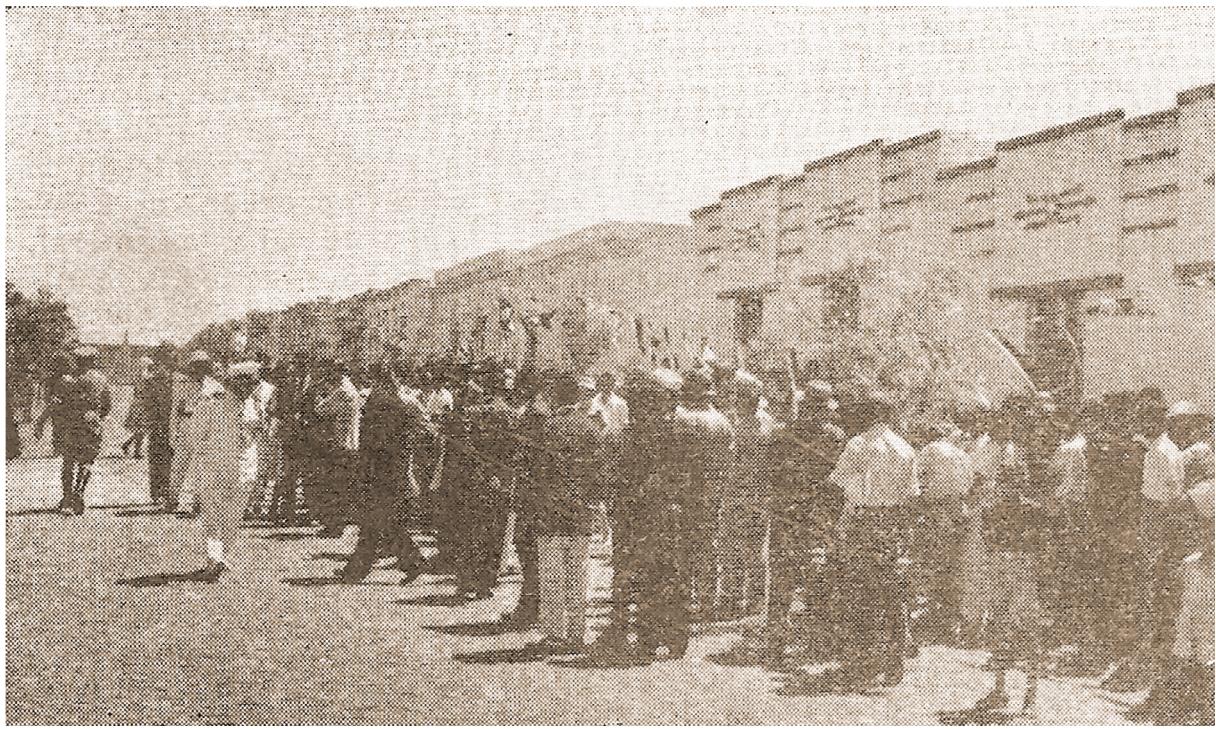


Fig.40 - Inauguração do Bairro Craveiro Lopes, pelo Presidente General Craveiro Lopes, 1955

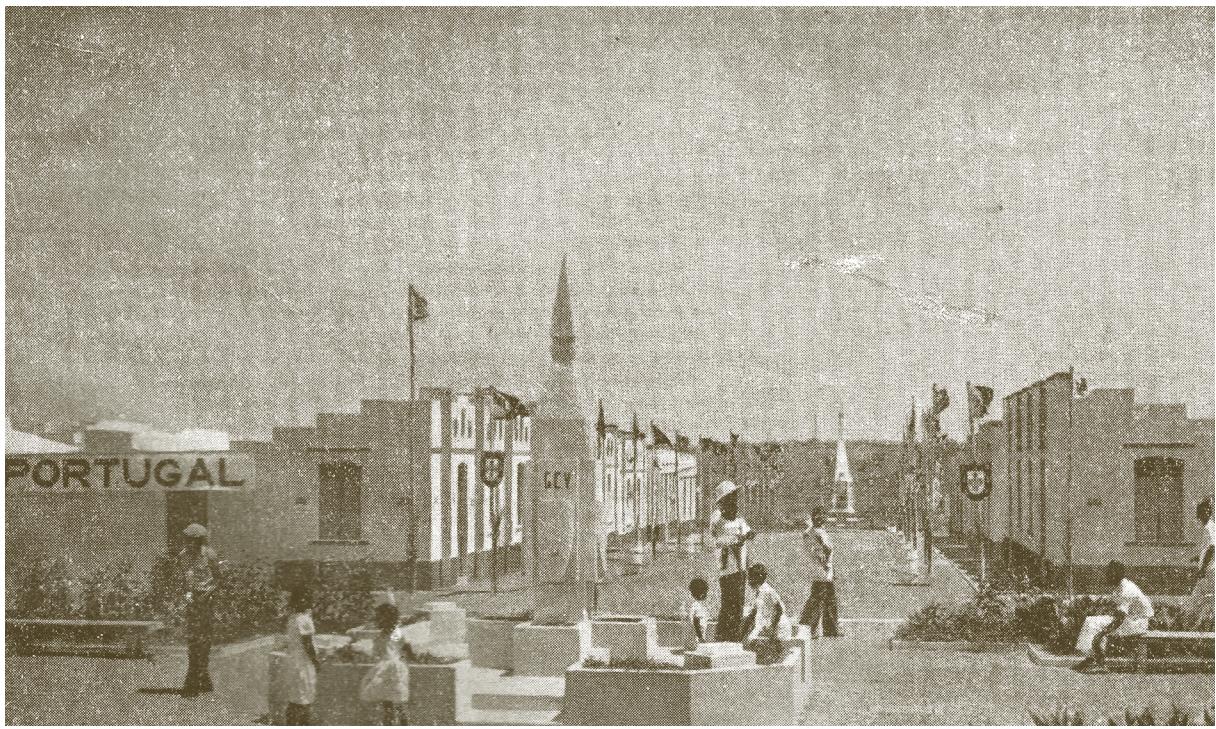


Fig.41 - A Praça e o “Bairro de Baixo” no dia da Inauguração, 1955



Fig.42 - O Chefe do Estado Inaugurando o Padrão Comemorativo no bairro, 1955

## [1956]

Em Fevereiro de 1956, a Provedoria Geral da Assistência Pública deu inicio à construção de mais casas económicas e do posto escolar.<sup>114</sup>Alguns meses depois, a 28 de Maio do mesmo ano, durante as comemorações da Revolução Nacional, a Sr.<sup>a</sup> D. Dina Flores Amaral, acompanhada do Sr. Governador Abrantes Amaral, inaugurou o edifício destinado ao posto escolar, com um pequeno pátio e dois sanitários: “*encantadora construção, pequenina, mas dum lindo desenho, tendo à frente um jardinzinho que por si só sugere a alegria infantil*”, desenhado e executado pelo Sr. Leonel Pinto.<sup>115</sup>

*“No posto escolar só existia uma sala de aula, eramos poucas crianças, os alunos deviam começar a frequentar a escola com 7 anos e eramos muito poucas crianças com 7 anos no bairro e várias pessoas não punham os seus filhos a estudar, e as salas tinham de estar cheias, por isso eu tinha colegas de São Filipe, Várzea e da Achada Santo António por exemplo era porque as salas lotavam, então enviavam para o bairro, só existiam 3 escolas, uma na Praia, outra no Bairro Craveiro Lopes e outra na Achada Santo António, estudávamos até a 3<sup>a</sup> classe depois eramos enviados para a escola de Praia (...)”* (Adelaide Silva, 63 anos)

---

114 - Documentário - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº77, 1 de Fevereiro de 1956, p.31

115 - “Comemorações do 28 de Maio” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº81, 1 de Junho de 1956, p.6



Fig.43 - Planta Evolução do bairro, 1956

# Comemorações do 28 de Maio

Foram celebradas este ano com extraordinário brilho e entusiasmo as comemorações do dia 28 de Maio.

Toda a cidade se encontrava engalanada, fecharam repartições e casas de comércio e a população, com ar festivo, acorreu às cerimónias, manifestando uma alegria espontânea e bastante significativa.

Logo às 8 da manhã, foi celebrada Missa por S. Ex.<sup>a</sup> o Administrador Apostólico que, ao Evangelho fez um curto mas eloquente Sermão em que fôou a união que desde o princípio da nossa Nacionalidade, tem havido entre Portugal e a Igreja. *Riscar o nome Sacrossano de Deus da nossa História é enlutar Portugal — afirmou.*

Fez depois a evocação de factos que bem mostram a protecção de Deus aos portugueses — o Cristo de Ourique, Nossa Senhora de Fátima — e terminou inclinando a orar pelos actuais governantes que conseguiram salvar a Nação do caos em que muitos outros povos têm sossobrado.

À missa assistiram Sua Exceléncia o Governador, seu secretário e ajudante, as senhoras de Abrantes Amaral e Amaral Lopes, altos funcionários civis e militares, representantes da Imprensa e particulares.

## Inaugurações no bairro «Craveiro Lopes»

Após a missa, dirigiu-se S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, bem como as demais pessoas já mencionadas ao bairro «Craveiro Lopes» onde se ia proceder à inauguração do edifício destinado ao posto escolar do local e ao posto de puericultura.

No Posto Escolar, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Dina Flores Amaral desatou a fita que prendia os dois batentes da porta, após o que, S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, tomando a chave a abriu, dando entrada no edifício entre as palmas dos assistentes que admiravam a encantadora construção, pequenina, mas dum lindo desenho, tendo à frente um jardinzinho que por si só sugere a alegria infantil.

Faziam a guarda de honra a S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, dentro e fora do edifício, filiados da Mocidade Portuguesa.

O Provedor Geral de Assistência, Sr. José Soares de Brito Júnior, fez em poucas palavras a apresentação da obra.

«Os habitantes do bairro podem agora educar os filhos num meio compatível com a dignidade humana» — disse. Depois agradeceu a todos que colaboraram

## Inauguração do Cine-Theatro Municipal

Eram 10 horas. À entrada do edifício acabado de construir, postava-se uma formação da «Mocidade Portuguesa» fazendo a guarda de honra. A porta, o Engenheiro Brandão Calhau e a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Vitoria Calhau, bem como muitas outras pessoas a guardam Sua Exceléncia o Governador que chegou quase logo.

Então, após ter sido cumprimentado pelos presentes, Sua Ex.<sup>a</sup>, acompanhado pela sua comitiva e pela S<sup>ra</sup> de Abrantes Amaral, bem como pelo presidente da Câmara Sr. Soares de Brito, Júnior penetra no átrio do cinema e dirige-se ao primeiro andar.

Ali, é saudado pelo Sr. Soares de Brito em breves palavras, após o que, o Sr. Engenheiro Brandão Calhau disse, em apresentação da obra, cujos planos e construção são da sua autoria:

nela, em especial ao Sr. Leonel Pinto que a delineou e dirigiu a sua execução.

Seguiu-se no uso da palavra o inspector escolar, Sr. Arcádio Henriques Fernandes, numa entecedora alocução em que recordando uns versos da sua meninice, definiu assim as crianças das escolas

«É a escola que há-de erguer-nos  
à vida, à glória imortal;  
Nós somos a carne e os nervos  
E o sangue de Portugal».

Falou dos pequenitos que ali iam receber a instrução e da alegria que os pais e em geral os encarregados da Educação, teriam com a facilidade de lhes poderem dar instrução perto das suas casas.

Finalmente, agradeceu a S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, ao Sr. Provedor Geral e ao Sr. Leonel Pinto a sua colaboração em tão notável benefício para a instrução.

A seguir, S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, depois de felicitar a Inspeção Escolar pelo útil melhoramento e o Sr. Provedor pela grande obra de Assistência que está levando a efeito, fez o paralelo entre o Portugal do passado onde o trabalhador, entregue a si próprio, vivia no desconforto e na miséria e o Portugal de hoje onde nada nem ninguém é esquecido, tendo todos, na medida do possível, o seu quinhão de bem estar e felicidade.

Após os discursos, S. Ex.<sup>a</sup>, seguido dos presentes visitou o edifício que conta além do jardinzinho, um pequeno pátio e dois sanitários, tudo pequenino e alegre como aqueles a quem é destinado.

Dali seguiu S. Ex.<sup>a</sup> o Governador para o posto de puericultura onde, a convite do Sr. Dr. Costa Monteiro, a Sr.<sup>a</sup> de Abrantes Amaral cortou também a fita simbólica que impedia a entrada.

Após apresentação, pelo Chefe dos Serviços de Saúde, Sr. Dr. Costa Monteiro, S. Ex.<sup>a</sup> falou, elogiando a obra e declarando que a população passava a conta com «um organismo especializado, tão necessário à infância de que se geram as colectividades» e que desejaria que aquela inauguração fosse o ponto de partida para outras que viesssem a realizar-se na província.

O Posto fica a cargo da Irmã Clementina.

Às inaugurações do bairro «Craveiro Lopes» seguir-se a do chafariz da «Fazenda» onde o Sr. Presidente da Câmara, após o corte pela Sr.<sup>a</sup> de Abrantes Amaral, da fita que prendia a torneira, fez uma brevíssima apresentação a que S. Ex.<sup>a</sup> o Governador respondeu também, em breves termos, mostrando o valor d<sup>r</sup>, melhoramento que se inaugura.

Fig.44 - Publicação no Boletim de Propaganda e Informação



Fig.45 - Inauguração do Posto Escolar pelo Governador Abrantes Amaral, 1956

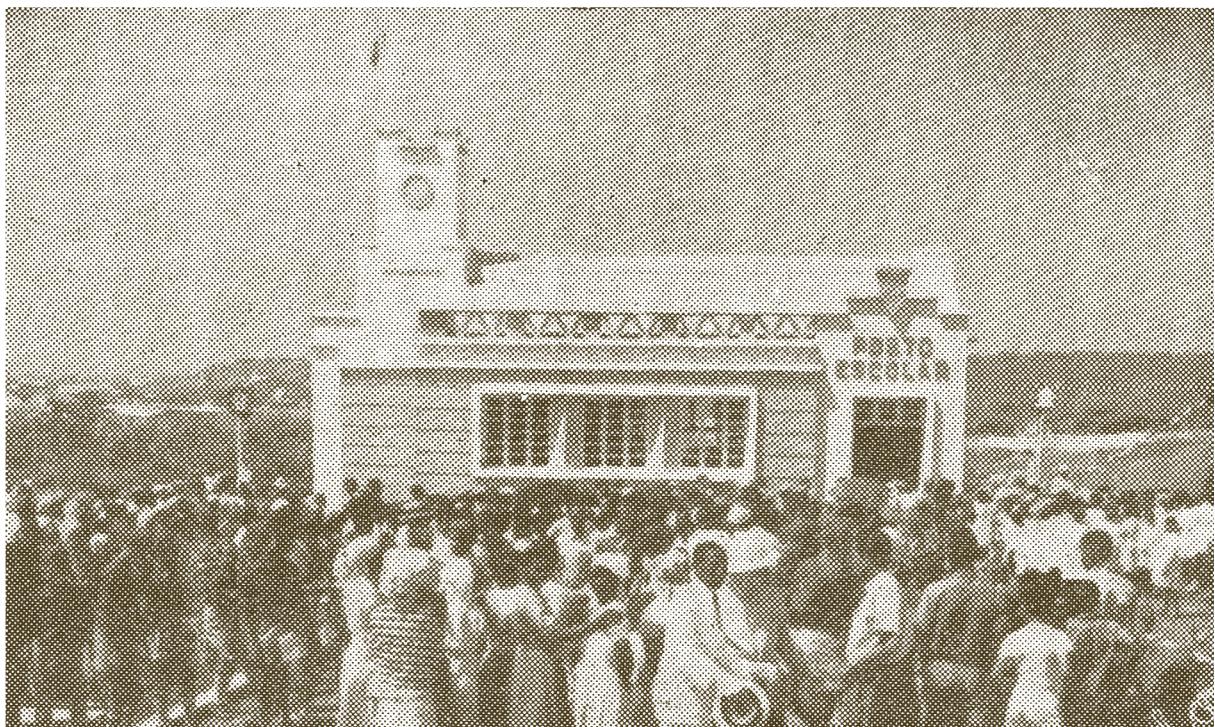


Fig.46 - Inauguração do Posto Escolar no bairro, 1956

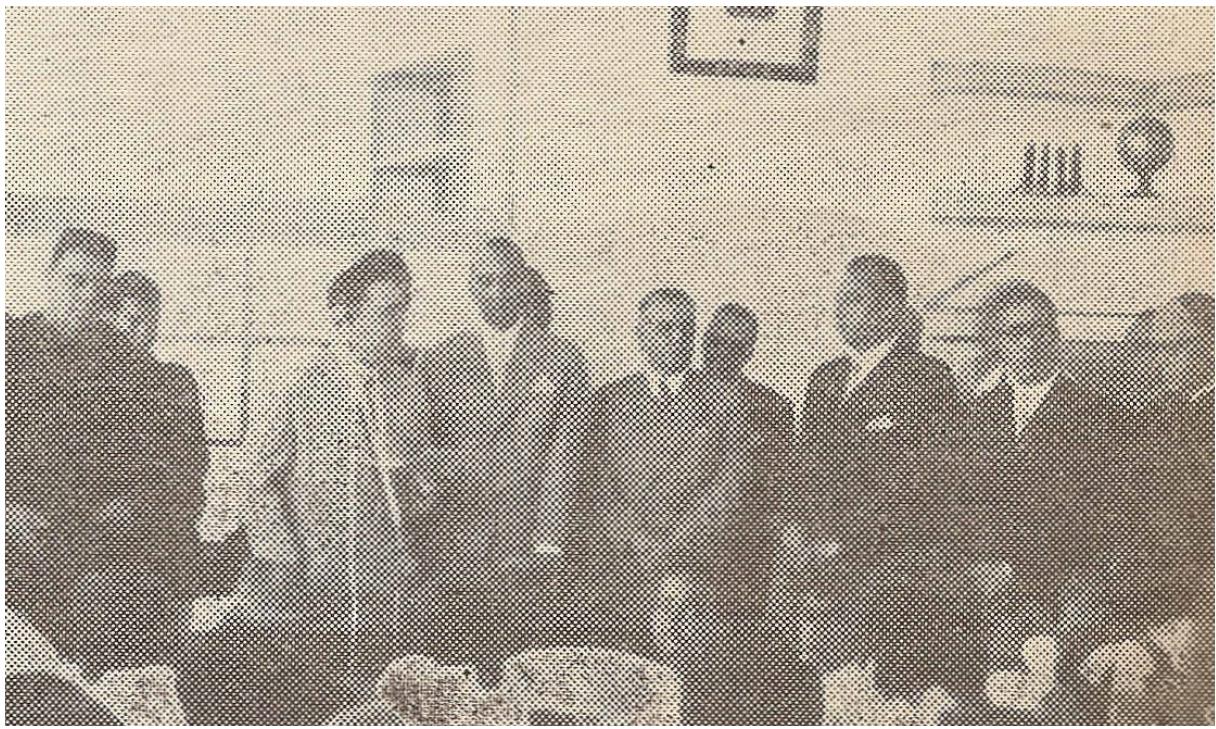


Fig.47 - O Governador Abrantes Amaral discursando na inauguração do Posto Escolar do Bairro Craveiro Lopes , 1956

## [1957]

Como já era tradicional na cidade da Praia, a data da Revolução Nacional era comemorada com diversas inaugurações principalmente no Bairro Craveiro Lopes de obras em que colaboraram a Câmara Municipal, a Provedoria de Assistência Pública, os Serviços de Obras Públicas e a Mocidade Portuguesa, a 28 de Maio de 1957, as comemorações desta data não foi diferente, dirigiram-se ao Bairro muitas pessoas de destaque, nomeadamente, o Governador acompanhado da sua esposa e seu ajudante de campo, o S. Bispo de Cabo Verde, o Comandante Militar, Drs. Juiz e Delegado da Comarca, Provedor geral da Assistência Pública, membros da União Nacional, entre outros, onde participaram da inauguração de mais 12 moradias acabadas de construir.

Portanto, 8 destas moradias eram do tipo habitual (dois compartimentos, uma cozinha, casa de banho e quintal), já as outras 4 eram maiores “*encantadores chalésinhos, com as suas janelas rasgadas, de canteiros floridos, as suas varandas...*”. Estas casas eram destinadas a funcionários do Estado por isso “*não foi esquecida a necessidade de beleza que todas as criaturas sentem: as paredes dos dois quartos principais são pintadas a óleo até certa altura, os tectos são bem acabados e o cimento no chão, dum vermelho vivo (...) Nos quartos de banho e nas cozinhas encontra-se todo o indispensável a uma vida decente*”.<sup>116</sup>

Em Agosto do mesmo ano, o antigo professor do posto escolar e representante dos moradores do bairro, solicitou ao Sr. Governador autorização para abertura de um curso destinado aos adultos, que funcionara gratuitamente durante duas horas por dia.<sup>117</sup>

---

116 - “Comemorações do 28 de Maio” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº93, 1 de Junho de 1957, p.13 e 14.

117 - “Documentário” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº95, 1 de Agosto de 1957, p.30



Fig.48 - Planta Evolução do bairro, 1957

# Comemorações do 28 de Maio

Como já é tradicional na Praia, a data da Revolução Nacional foi comemorada pela Comissão Concelhia da União Nacional com diversas solenidades e inauguração de obras em que colaboraram a Câmara Municipal, a Provedoria Geral de Assistência, os Serviços de Obras Públicas e a Mocidade Portuguesa, tendo-se iniciado essas comemorações com uma Missa solene rezada por Sua Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima o Bispo da Diocese, D. José Colaço.

Damos a seguir a reportagem das solenidades levadas a efecto e que bem revelam o ritmo de trabalho e a capacidade realizadora dos que, à frente dos Serviços respectivos, contribuiram para mais um passo largo no progresso do Arquipélago.

## Inauguração de uma Escola na Achada de Santo António

Às 9 horas estando formada a guarda de honra constituída por filiados da «Mocidade Portuguesa», S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, que se encontrava acompanhado pelo Meritíssimo Dr. Juiz de Direito da Comarca, Comandante Militar de Cabo Verde, Provedor Geral de Assistência, Inspector Escolar e muitas pessoas de categoria, inaugurou a escola construída pelos Serviços de Assistência na Achada de Santo António.

Iniciou a inauguração a Sr.<sup>a</sup> de Abrantes Amaral deserrando uma lápide comemorativa, entre salvas de palmas das pessoas presentes.

A seguir, S. Ex.<sup>a</sup> o Governador recebendo das mãos de uma pequena estudante as chaves da Escola ligadas por uma fita com as cores correspondentes ao distintivo pedagógico — negro e amarelo — abriu a porta e entrou no edifício.

Trata-se de uma bela escola clara e espaçosa, com tudo quanto é necessário às crianças tendo até armários para guardar as batas regulamentares, sanitários no pátio e um pequeno mas bem traçado jardim com um higiênico bebedouro em que as crianças podem beber à vontade sem o perigo de possíveis contágios.

A assistência não regateou merecidos louvores a tão útil melhoramento, cuja necessidade há muito se fazia sentir.

Acabada a visita ao edifício, S. Ex.<sup>a</sup> o Governador presidiu a uma sessão em que o Sr Inspector Escolar, num patriótico discurso, começou por se referir à gloriosa data do 28 de Maio e ao seu significado, falou dos grandes monumentos que se ergueram para comemorar feitos e que o tempo não poupa e de outros,

mais modestos, que o próprio tempo é obrigado a respeitar porque a sua ação não passa. E, referindo-se à escola inaugurada, disse :

E porque esta casa é obra da Caridade, ela não desaparecerá nunca ; resistirá ao tempo e ao poder distruidor do homem porque ela tem vida, tem espírito, tem esta ciência pedagógica nela ministrada, e os seus efeitos viverão sempre, aqui ou acolá, não importa, porque a escola, a sua essência não pertence a esta ou aquela terra, é de todo o mundo. E por isso pode desaparecer a matéria, o monumento que o homem fez, mas o seu poder espiritual ali concebido, esse val, caminha, caminha sempre, na ânsia, na sede de mais elevar e rejuvenescer o mundo.

Mais adiante :

A obra dos pais é bela como colaboradores de Deus na criação dos filhos. A do professor, colaborador do mesmo Deus, não é menos bela na sua educação, como também a de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Governador, em proporcionar um ambiente que facilite a obra dos pais, e professores, o desabrochar da personalidade o progresso, o esforço que molda profundamente a alma das crianças, também é bela.

Terminou por um agradecimento a S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, a Salazar e ao Governo da Nação.

Seguidamente, falou S. Ex.<sup>a</sup> o Governador que agradceu a colaboração do Sr. Provedor Geral de Assistência Pública e felicitou os Serviços de Instrução pela bela escola que lhes estava sendo entregue.

## Inauguração de 12 moradias do Bairro «Presidente Craveiro Lopes»

As 10 horas, dirigiu-se S. Ex.<sup>a</sup> o Governador, acompanhado da Sr.<sup>a</sup> de Abrantes Amaral, do seu Adjunto de Campo, S. Ex.<sup>a</sup> Rev<sup>ma</sup> o Bispo de Cabo Verde, o Sr. Comandante Militar, Dr. Juiz e Delegado da Comarca, Sr. Provedor Geral de Assistência Pública, membros da União Nacional e muitas pessoas de destaque no meio, para o bairro «Presidente Craveiro Lopes» onde ia ter lugar a inauguração das doze moradias acabadas de construir. Já ali se encon-

travam então muitas pessoas que, da cidade se tinham deslocado para assistir ao acto. Formava a guarda de honra a «Mocidade Portuguesa».

S. Ex.<sup>a</sup> começou por visitar as casas, das quais oito eram do tipo habitual, constando de dois quartos, cozinha, quarlö de banho e quintal e quatro maiores, constituindo encantadores chaléshinhos, com as suas janelas rasgadas, de canteiros floridos, as suas varandas, todo o conforto dos seus interiores onde nada foi

[1958]

Na entrevista para “Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação” de Abril de 1958, o Provedor Geral da Assistência Pública, informa que duas classes do curso para adultos já estavam em funcionamento, sendo uma delas no Bairro Craveiro Lopes e a outra na Achada de Santo António. No fim desta entrevista o Provedor Sr. Soares de Brito acompanha a jornalista Maria Helena Spencer numa visita até o bairro, descrevendo-a da seguinte forma:

*“Bairro Craveiro Lopes, sempre em aumento, com os seus chalets de varandas e janelas floridas, alguns já habitadas por famílias que vivem felizes na tranquilidade dum lar confortável e acessível às suas possibilidades, outros em acelerado ritmo de construção; as suas casas pequeninas onde o povo vive com dignidade e aceito; a escola onde agora funciona, alem de um posto de ensino para crianças, um curso de educação de adultos generosamente regido pelo professor Clarimundo Delgado que aos Serviços de Assistência ofereceu graciosamente os seus préstimos; os postos de puericultura e enfermagem, onde são atendidas, por dia, dezenas de pessoas; a Capela de Santa Filomena onde durante o todo o dia acorrem os fieis e, finalmente o pomar ao lado leste do Bairro e onde de há dois anos para cá, as plantas parecem ter crescido milagrosamente, vendo-se frutos de tamanho e beleza incríveis num terreno que sempre foi árido e estéril.”<sup>118</sup>*

---

<sup>118</sup> - “O que nos diz o Sr. Provedor-Geral da Assistência Pública” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº103, 1 de Abril de 1958, p.24 – 28.

Por proposta do Provedor Geral, o Sr. Governador mandou disponibilizar 145.000\$00 das verbas da gerência de 1957, para a conclusão de três blocos de moradias, com 6 residências para famílias numerosas, no Bairro Craveiro Lopes.<sup>119</sup>

Durante as comemorações do XXXII aniversário da Revolução Nacional a 28 de Maio de 1958, inauguraram-se no Bairro Craveiro Lopes, 3 blocos de casas de rendas económicas, constituídos por 6 moradias. Contando com a presença do então Provedor Geral da Assistência Pública Sr. José Soares de Brito Júnior e do S. Governador Comandante Peixoto Correia, que destacaram a importância dessas moradias e consequentemente do bairro, na solução do problema habitacional da cidade da Praia.<sup>120</sup>

*"Numa primeira fase fizeram as casas para os funcionários públicos, estas casas foram feitas numa fase posterior, já com água e com casas de banho, e eram destinadas aos polícias (...) depois de algum tempo as casas foram cedidas pelo governo após muito tempo a pagar a renda mensal (...)" (Irlando Costa)*

---

119 - "Documentário" - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº104, 1 de Maio de 1958, p.43

120 - "Comemorações do 28 de Maio" - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº105, 1 de Junho de 1958, p.10



— *Já viu o «Bairro Craveiro Lopes»?*

— O «Bairro Craveiro Lopes», de linhas modernas, foi para mim uma autêntica revelação: casas elegantes e confortáveis, que foram recentemente inauguradas, constituindo a actual etapa das obras projectadas.

A exuberante plantaçao que envolve o Bairro, e as flores, de variados matizes, nos canteiros dos jardins, emprestam um ar de calma frescura, num ambiente de sonho, a sair do vulgar das coisas de Cabo Verde...

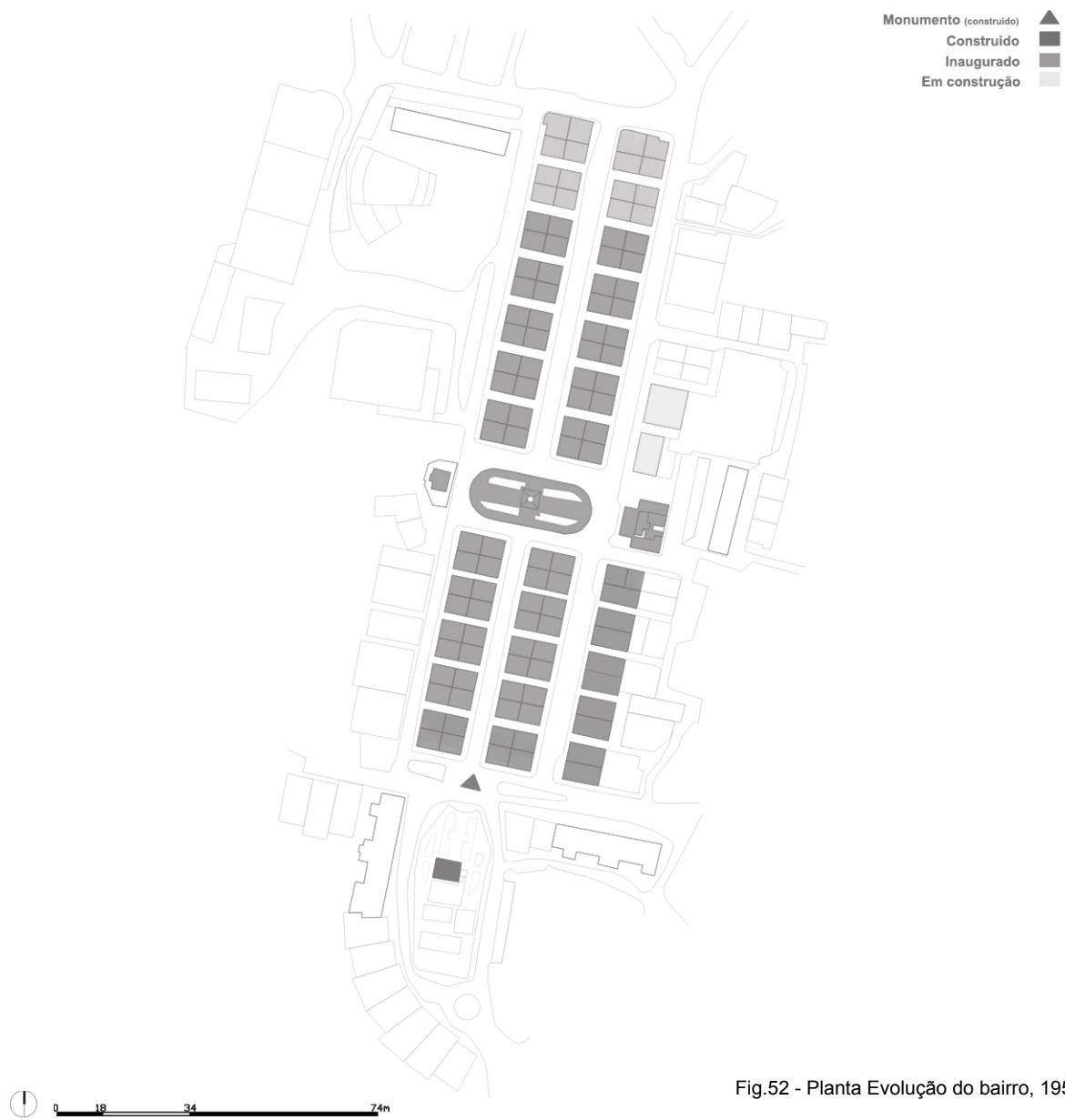
Fig.51 - Publicação no Boletim de Propaganda e Informação, Entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, 1958

[1959]

Desde 1954 aquando da inauguração das primeiras moradias, todos os anos até 1960 durante as comemorações de 28 de Maio inaugurava-se novas moradias destinadas a funcionários do Estado, que aos poucos foi formando o bairro. Portanto em Maio de 1959 não podia ser diferente: pelas 16 horas foi inaugurado mais quatro blocos com 16 moradias económicas, durante uma cerimónia que contou com a presença do Sr. Governador e o Provedor-Adjunto da Assistência Pública, Sr. António de Sousa Lobo, cujos discursos foram de satisfação e prestígio tanto para o Governo como pelos Serviços de Assistência Pública pela formação daquele que foi o primeiro bairro de casas económicas de Cabo Verde.<sup>121</sup>

---

121 - “Comemorações do 28 de Maio” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº117, 1 de Junho de 1959, p.23



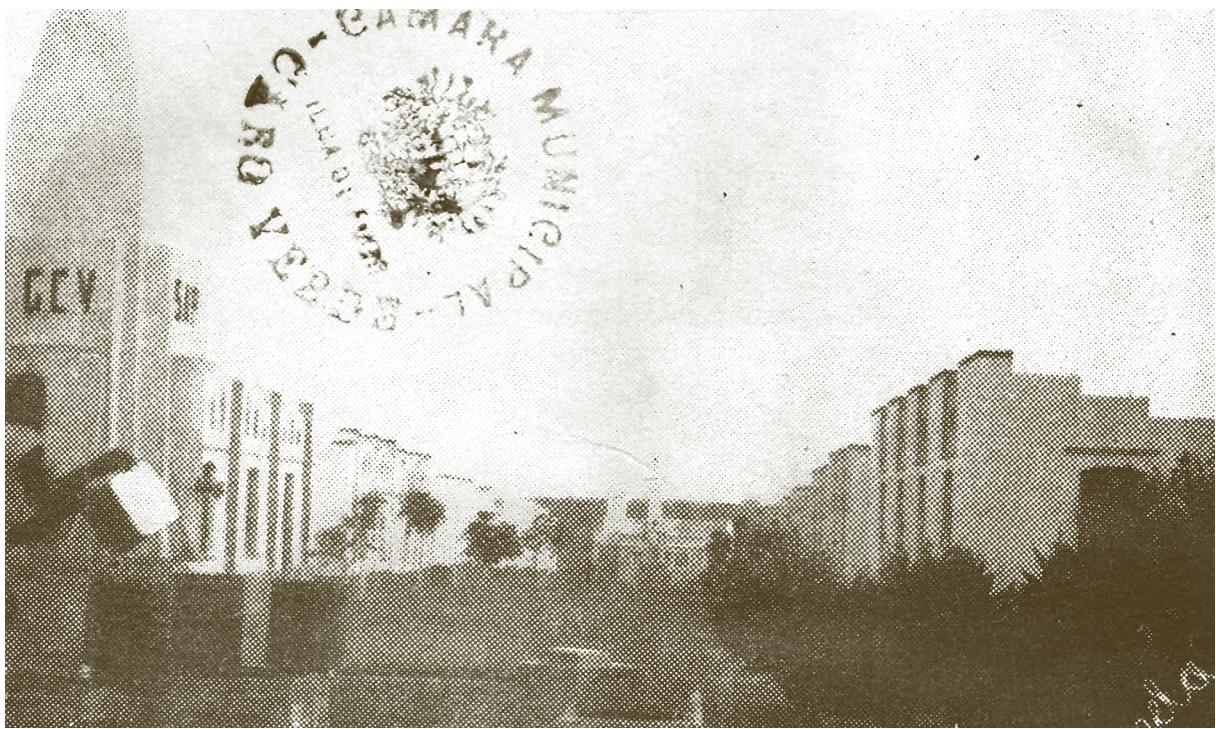


Fig.53 - Aspetto do Bairro Craveiro Lopes, 1959

## [1960 - 1990]

As ultimas casas que constituem o aglomerado urbano do bairro foram inauguradas nos anos de 1960, bem como 4 prédios de habitação no final dos anos de 1960 e inicio dos anos 1970. Os 4 prédios de habitação, implantados nos limites do bairro, 2 deles situados no “Bairro Cima” e os outros 2 no “Bairro Baixo”, constituídos por 3 pisos de aproximadamente 18 apartamentos T2, construídos pelo Ministério de Obras Públicas. Segundo o Arq.<sup>º</sup> Pedro Gregório Lopes, um dos autores, estes prédios de habitação económicas foram construídos *“na tentativa de conseguir uma moradia económica, mas com qualidades para que uma pessoa vivesse bem, pois os quartos não são grandes, mas tem o número de quarto suficiente para habitar as famílias que antigamente eram numerosas.”*<sup>122</sup>

Em Agosto do ano de 1969, foi apresentado ao Sr. Governador uma proposta para a execução de obras de reparações no posto escolar do bairro, nomeadamente, novos rebocos de paredes, algumas reparações na cobertura, arranjos de portas e caixilhos de janelas, substituição de vidros, reparações na fossa séptica e esgotos, pinturas a tinta de óleos e algumas reparações nas instalações sanitárias.<sup>123</sup>

Nos anos de 1970, após a Independência Nacional o Bairro Craveiro Lopes, passara a ser chamado de Bairro *Kwame N’Krumah*, nome do líder político ganês, defensor e um dos fundadores do Pan-Africanismo. Nesta altura foi demolido o Monumento Comemorativo inaugurado pelo Chefe de Estado Português, General Craveiro Lopes, causando assim uma certa revolta por parte dos moradores do bairro.<sup>124</sup>

---

122 - “Entrevista com o arquiteto Pedro Gregório Lopes” – (Ver Anexo)

123 - “Reparações no Bairro Craveiro Lopes, Setembro 1968 – Agosto 1969” - Arquivo Histórico Nacional, MIT, RPSOPT, caixa nº 2208

124 - FURTADO, Carmem Liliana Teixeira Barros (2009), *BAIRRO DE PERTENÇA, BAIRRO DE MÚSICA: Espaços, Sociabilidades e trajectórias de músicos n(d)o meio urbano caboverdiano*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p.39

*“Após a Independência de Cabo Verde resolveram renomear o Bairro Craveiro Lopes de Bairro Kwame Nkruma, isso de forma a homenagear e valorizar os combates para luta da libertação. Depois em 1991 devido a muitas reclamações feita pelos moradores por habituados com o nome Bairro Craveiro Lopes, e com a abertura partidária em 1991, voltou a ser chamado de Bairro Craveiro Lopes. A única coisa que eu não concordei foi a demolição do monumento, isso porque o ministro José Araújo naquele momento decidiu demolir o monumento que para nos era considerado bonito”* (Adelaide Silva, 63 anos)

Em 1977, foi apresentado também um projeto de remodelação e ampliação do posto sanitário do bairro pelo MOP.

Nos anos de 1980, o bairro começava a receber algumas construções novas, por iniciativa e participação dos moradores, nomeadamente, um cinema e um pavilhão desportivo. Alguns anos depois, durante os anos de 1990, com a mudança do regime político em Cabo Verde, o bairro recuperaria o seu antigo nome de Craveiro Lopes, facto que trouxe alguma satisfação aos moradores.<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> - FURTADO, Carmem Liliana Teixeira Barros (2009), *BAIRRO DE PERTENÇA, BAIRRO DE MÚSICA: Espaços, Sociabilidades e trajectórias de músicos n(d)o meio urbano caboverdiano*, Praia, Universidade de Cabo Verde, p.41



Fig.54 - Planta Evolução do bairro, anos de 1960



Fig.55 - Planta Evolução do bairro, anos de 1970



Fig.56 - Planta Evolução do bairro, anos de 1980

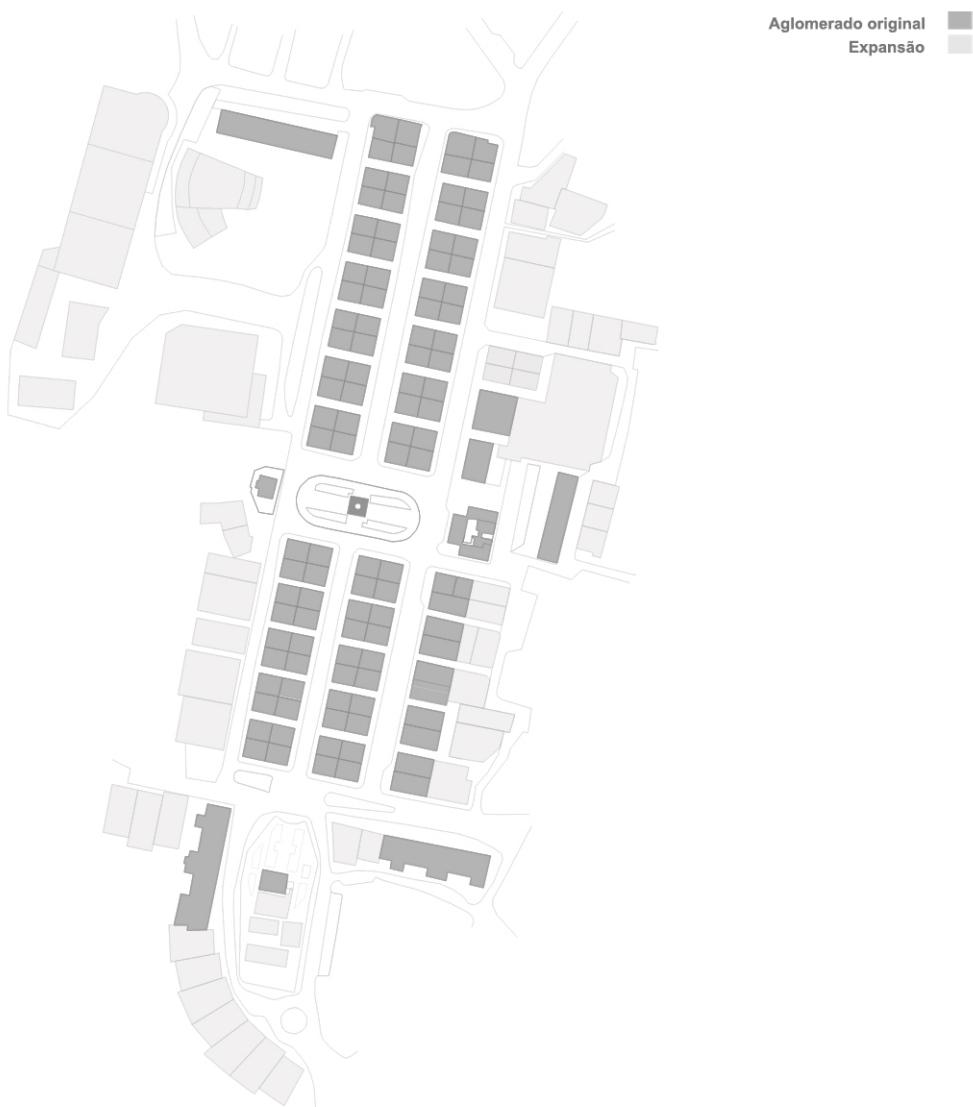


Fig.57 - Planta da Expansão do bairro



0 18 34 74m

### **3.1.3 – Conjunto Residencial**

#### **3.1.3.1 – Morfologia urbana: Elementos estruturantes e desenho urbano**

A malha urbana do bairro é definida por dois eixos, um longitudinal (Nascente/Poente) e transversal, e a sua interseção forma o centro onde está situada a praça, e divide a malha em quatro quarteirões retangulares, compostos por moradias de baixa densidade e dispostas de forma simétrica. O eixo longitudinal passa pelas duas ruas principais do bairro, a Rua Reinalda Fernandes e a Rua Diniz de Pina, e é rematado na extremidade sul pela Escola primária, e na extremidade Norte é encerrado pela urbanização adjacente. O eixo transversal é rematado a Este pelo posto sanitário e a Oeste pela Capela.

O bairro está situado num planalto a Oeste de Plateau, é implantado sobre uma malha ortogonal, que permite identificar um espaço de natureza excepcional e subdividir os quatro quarteirões em conjuntos de quatro moradias geminadas, separadas entre si por “corredores” e unidas por uma superfície comum de lazer e onde é efetuada a circulação pedonal.

Os quarteirões situados a Norte designado pelos habitantes de “*Bairro Riba*” que significa “Bairro de Cima”, são formados por sete conjuntos de moradias limitadas por três arruamentos: Rua Pedro Azancot, Rua Diniz Pina e Rua Constantino Costa. E os quarteiros situados a Sul, “*Bairro Baxo*”, que significa “Bairro de Baixo”, são formados por cinco conjuntos de moradias limitados também por três arruamentos: Rua Diniz Rodrigues, Rua Reinalda Fernandes e a Rua Manuel Lopes. Portanto este conjunto de elementos urbanos contribuíram para uma composição homogénea e regular do bairro.

O bairro é composto no seu todo pelas por um total de 114 moradias unifamiliares que estão devidamente inseridas nos quarteirões e 4 prédios de habitação coletiva, implantados no perímetro do bairro.

A circulação viária é feita em todos os arruamentos dos quarteiros e em torno da praça, existindo assim espaços de estacionamento somente em á volta dos prédios de habitação coletiva, o que não impede os habitantes de estacionarem ao longo das ruas.

Portanto podemos dizer que delimitar o bairro é uma tarefa difícil, pois trata-se de um território que foi se expandindo ao longo dos anos, mesmo que a partir de um núcleo central bem organizado e consolidado, possui hoje uma envolvente densa de construções desenvolvidas aparentemente sem o recurso a qualquer plano urbano, á exceção da zona Nordeste da Achadinha a qual foi desenvolvida um plano parcelar da Célula Habitacional, coordenado pelo arquiteto José Luís Amorim ao serviço da DSH-DGOPC/UM, deste plano só uma parte foi concebida devido a uma serie de dificuldades encontradas.

Por outro lado, podemos basear nas imagens construídas pelos moradores para tentar delimitar o bairro. A partir das barreiras por eles definidas de acordo com a forma como se formou o aglomerado urbano, resultado de um projeto urbanístico, é possível identificar elementos delimitadores através do espaço construído de acordo com o plano, ou que tenha desenvolvido baseando nas regras inicialmente estabelecidas.



Fig.58 - Morfologia Urbana do bairro



Fig.59 - [1] Rampa Orlando Barreto



Fig.60 - [2] Rua Manuel Lopes



Fig.61- [3] Rua Reinalda Rodrigues



Fig.62 - [4] Rua Diniz Rodrigues



Fig.63 - [5] Rua Pedro Azancot



Fig.64 - [6] Rua Diniz Pina



Fig.65 - [7] Rua Constantino da Costa



Fig.66 - Praça do Bairro, 2017



### **3.1.3.1.1– Usos**

O bairro é composto ainda por uma serie de equipamentos nomeadamente, o porto sanitário a Este, a capela a Oeste, denominada atualmente de “Nossa Senhora da Imaculada Conceição”, uma praça com um fontanário ao centro, uma escola primária no limite Sul, uma placa desportiva a Este, um Centro de Saúde construída recentemente que serve tanto a população do bairro, como também a da Achadinha Baixo, supermercado e um cinema, situados nos “limites” do bairro.

As restantes construções são as moradias que estão inseridas nos quarteirões e prédios de habitação coletivas, sendo que algumas destas moradias possuem espaços de comercio, pequenas lojas ou mercearias.



Pavilhão Desportivo	Light pink
Posto Escolar	Tan
Capela Imaculada Conceição	Light green
Antigo Posto Sanitário	Light blue
Centro de Saúde	Teal
Supermercado	Brown
Chafariz	Red
Cinema	Light purple
Habitação Unifamiliar	Dark grey
Habitação Coletiva	Light grey



0 18 34 74m

Fig.67 - Planta de Usos



Fig.68 - Posto Escolar



Fig.69 - Antigo Posto Sanitário Escolar



Fig.70 - Igreja Imaculada Conceição



Fig.71 - Habitação Unifamiliar



Fig.72 - Habitação Coletiva



Fig.73 - Centro de Saúde da Achadinha



Fig.74 - Pavilhão Desportivo



Fig.75 - Supermercado

### **3.1.3.1.2 – Espaços Verde e Circulação Pedonal**

A circulação viária é feita através das ruas em torno dos quarteirões e da praça e os peões circulam nos passeios, na superfície comum de lazer inserida nos quarteirões e na praça.

Ao longo das ruas existe alguma arborização, sendo cada arvore para uma habitação, o que atualmente tem se reduzido. Ainda podemos observar a presença pontual de espaços verdes qualificados principalmente na escola primaria e nas vias.



Fig.76 - Planta de Espaços verdes e circulação pedonal

### **3.1.3.2 - Caraterização das fachadas**

Todos os elementos construídos inicialmente no bairro são caracterizados pela arquitetura *deco*, em que os elementos ornamentais tendem a seguir um certo rigor geométrico, onde é predominante a utilização de linhas retas, da cor, e a volumetria apresenta uma configuração escalonada. O bairro surge numa fase final da prática da arquitetura *deco* pelo Serviço das Obras Públicas quando começavam a abandonar algumas dessas expressões que a caracterizam, assim como no bairro algumas escolas primárias e postos sanitários mantiveram este traço, que era considerado uma expressão arquitetónica de representação, por excelência.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> – FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014) - Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 179



Fig.77 - Fachada Frontal e Lateral de um dos “chalets”

### **3.1.3.2.1 – Estado de Conservação**

Para este estudo foi adotado como critério o estado de conservação da fachada principal, bem como da fachada lateral, classificando-as da seguinte forma: bom, médio e degradado. Esta classificação aplica-se a cada habitação e não ao nível do quarteirão, logo podemos observar que: 3 moradias se encontram em estado degradado, a nível de construção, revestimento e acabamento; 61 moradias no estado médio a nível de revestimento e acabamento; e 52 moradias encontram-se num bom estado de conservação a nível de acabamento.



Fig.78 - Planta de Levantamento do estado de conservação das fachadas



0 18 34 74m



Fig.79 - Bom estado de conservação



Fig.80 -Estado médio de conservação



Fig.81 - Estado Degradado

### **3.1.3.2.2 – Estado de Preservação**

Para este estudo foi essencial as imagens antigas do bairro e as declarações dos moradores, pois permitiu observar quais fachadas foram alteradas e quais foram preservadas. Assim podemos considerar que 40 fachadas foram alteradas e 74 foram preservadas. De um modo geral as alterações verificadas consistem em acréscimos de pisos, colocação de novos elementos ornamentais, ou ainda na demolição total da habitação, optando por uma construção nova, de raiz com uma configuração moderna.



Fig.82 - Planta de Levantamento do estado de preservação das fachadas



0 18 34 74m



Fig.83 - Fachadas Preservadas



Fig.84 -Fachada alterada



Fig.85 - Volume alterado, Fachada preservada



Fig.86 - Volume alterado, Fachada preservada

### **3.1.3.2.3 – Numero de pisos**

No geral as habitações originais possuem apenas o rés-do-chão exceto os prédios que possuem 4 pisos. Portanto das moradias analisadas, 80 mantiveram apenas com o rés-do-chão, 19 possuem 2 pisos e as restantes 11 possuem 3 pisos. Assim podemos observar que maior numero de moradias mantiveram a sua configuração inicial.



Fig.87 - Planta de Levantamento do numero de pisos

0 18 34 74m

### 3.1.3.2.4 – Tipologias das fachadas

Para esta análise, foi necessário recorrer ao levantamento do estado de preservação das fachadas do bairro, anteriormente apresentado, pois um considerável número de fachadas foram alteradas, um total de 40 habitações. Portanto este estudo foi realizado, a partir das restantes 68 moradias e 4 prédios dispostos em banda situados nos limites do bairro, cujas fachadas mantiveram originais.

Foram identificadas oito tipologias de fachadas, denominadas de: “Tipo 1”, “Tipo 2”, “Tipo 3”, “Tipo 4”, “Tipo 5”, “Tipo 6”, “Tipo 7” e “Tipo 8”. Para a realização deste estudo e a caracterização destas tipologias foram abordados alguns fatores importantes, que permitiram distinguir as fachadas destas moradias, nomeadamente, a composição das fachadas através dos elementos ornamentais e a volumetria. Através destes fatores foi possível subdividir algumas das tipologias identificadas em variáveis, de acordo a localização dos elementos estéticos e a composição da fachada, é o caso das variáveis da tipologia “Tipo 3” denominadas, “Tipo 3.1”, “Tipo 3.2” e “Tipo 3.3”, bem como a tipologia “Tipo 8” com a variável, “Tipo 8.1”.

De acordo com alguns critérios estabelecidos, nomeadamente, a localização, a época de inauguração, o sistema construtivo utilizado, o tipo de cobertura e a característica da fachada, segue-se a caracterização das tipologias identificadas no Bairro Craveiro Lopes:



Fig.88 - Planta de Levantamento das tipologias de fachadas



## [Tipo 1]

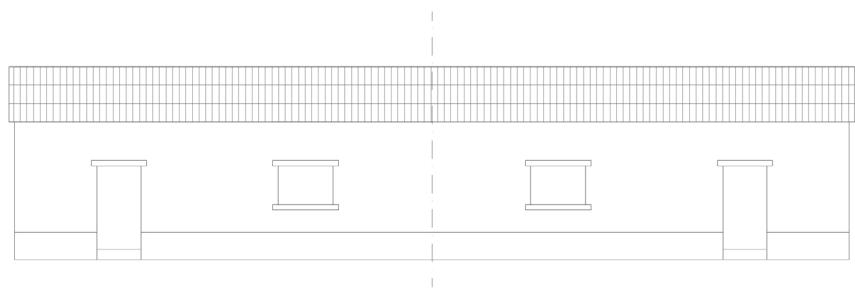
Localização: Localizada no “Bairro de Cima”, nos cinco primeiros quarteirões, entre as ruas Diniz de Pina e Pedro Azancot, esta tipologia é identificada num total de 11 habitações.

Época: Uma das primeiras tipologias a ser construída, estas habitações foram inauguradas a 28 de Maio de 1954, mesmo ano que foi inaugurado o Bairro Craveiro Lopes.

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é alvenaria de pedra basáltica.

Tipo de cobertura: possui uma cobertura de duas águas, que está presente somente no corpo frontal que forma a fachada principal, e os corpos posteriores (os anexos) possuem uma cobertura plana, como podemos observar na imagem abaixo, no alçado lateral. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: as fachadas são constituídas por uma porta e uma janela. Na fachada principal a porta está situada na extremidade do quarteirão e as janelas próximas do centro, e na fachada lateral acontece o oposto as janelas estão inseridas nas extremidades e as portas próximas do centro. Esta tipologia é ornamentada através do embasamento e dos frisos na parte superior dos vãos.



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.89 - Fachada "Tipo 1"

## [Tipo 2]

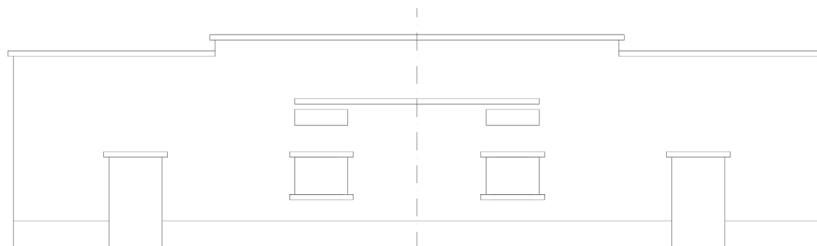
Localização: Localizada no “Bairro de Cima”, nos seis primeiros quarteirões, entre as ruas Diniz de Pina e Constantino da Costa, esta tipologia é identificada num total de 18 habitações.

Época: construída em simultâneo com a tipologia “Tipo 1”, também foi inaugurada a 28 de Maio de 1954.

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma água, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: as fachadas são constituídas por uma porta e uma janela. Na fachada principal a porta está situada na extremidade do quarteirão e as janelas próximas do centro, e na fachada lateral acontece o oposto as janelas estão inseridas nas extremidades e as portas próximas do centro. Esta tipologia é ornamentada através do embasamento e dos frisos na parte superior dos vãos.



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.90 - Fachada "Tipo 2"

### [Tipo 3]

Localização: Localizada no “Bairro de Baixo”, nos cinco primeiros quarteirões, entre as ruas Diniz Rodrigues, Reinalda Fernandes e Manuel Lopes, esta tipologia é identificada num total de 16 habitações.

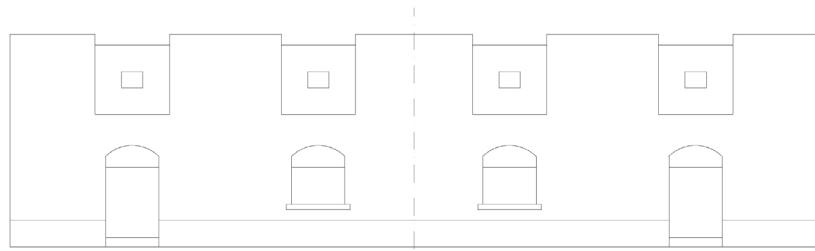
Época: inauguradas em 1955

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

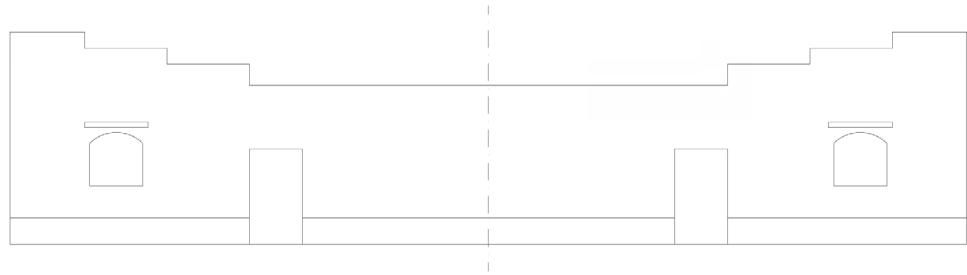
Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma água, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: constitui a tipologia que possui mais elementos ornamentais na fachada, pois além do embasamento, a platibanda e os frisos pode-se observar um elemento estético por cima de cada vão. Ainda é possível observar que os lintéis das portas e janelas são em forma de um arco.

OBS: baseando neste critério, dos elementos ornamentais, foi possível identificar 3 vertentes da tipologia “Tipo 3”: “Tipo 3.1”, também possui lintéis em forma de arco, mas a nível ornamental, esta tipologia possui ao invés de 1, 3 elementos estéticos por cima de cada vão ao longo da platibanda; “Tipo 3.2”, também possui lintéis em forma de arco, mas com elementos ornamentais muito presentes a marcar os vãos, e ao invés de elementos estéticos presentes por cima de cada vão, eles estão dispostos ao longo da platibanda; e por fim “Tipo 3.3”, não possui lintéis em forma de arco, mas a nível estético, também tem os elementos estéticos muito presentes a marcar os vãos e ainda conta com um elemento decorativo por cima de cada vão.



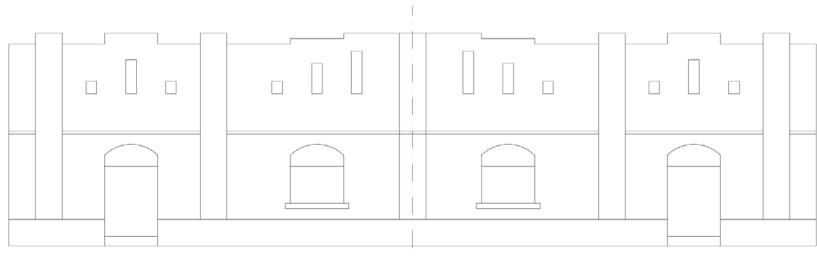
Alçado Frontal



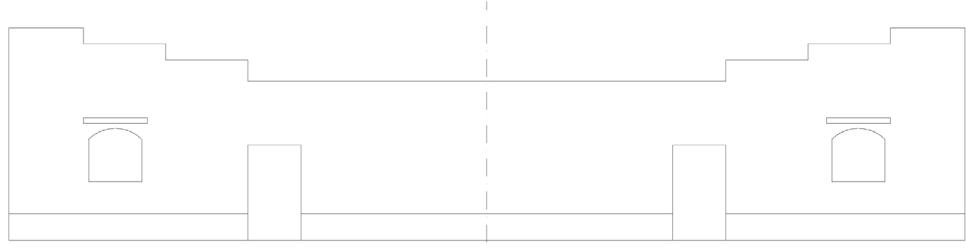
Alçado Lateral



Fig.91 - Fachada “Tipo 3”



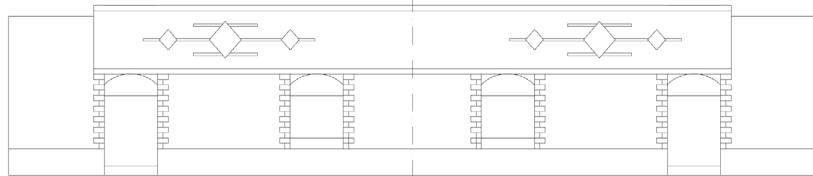
Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.92 - Fachada "Tipo 3.1"



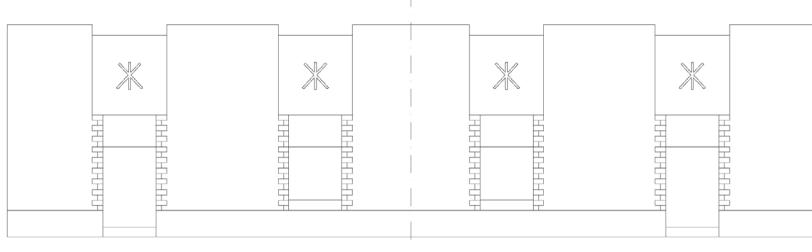
Alçado Frontal



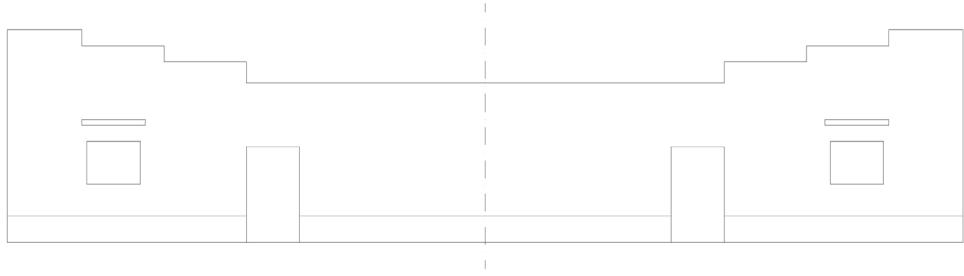
Alçado Lateral



Fig.93 - Fachada "Tipo 3.2"



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.94 - Fachada "Tipo 3.3"



#### [Tipo 4]

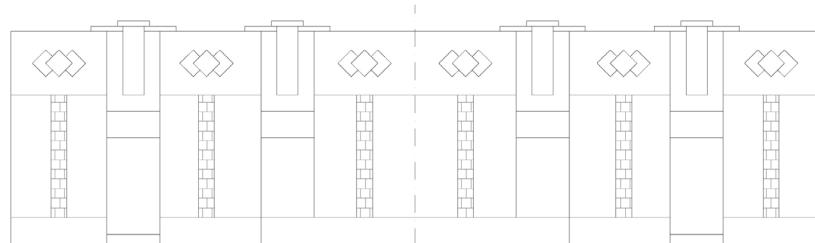
Localização: Localizada no “Bairro de Baixo”, no terceiro quarteirão, entre as ruas Reinalda Fernandes e Manuel Lopes, esta tipologia é identificada num total de 4 habitações

Época: inauguradas em 1955

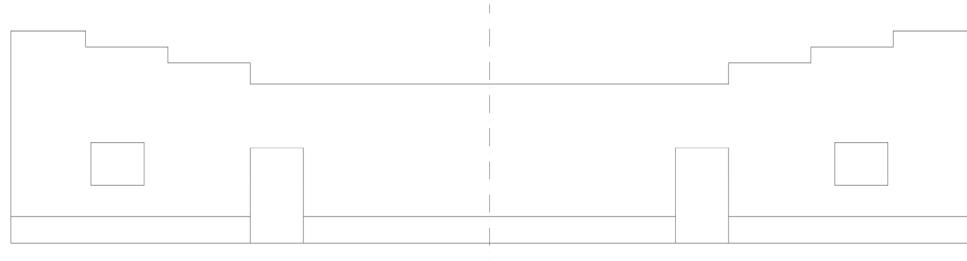
Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma águia, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: nesta tipologia pode-se observar o embasamento, a ausência de frisos e elementos ornamentais entre os vãos ao longo das fachadas na vertical e da platibanda e por cima de cada um dos vãos. E ainda foi identificado elementos que sobressaem das platibandas por cima de cada vão criando assim, um ritmo ornamental diferente das tipologias anteriormente analisadas.



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.95 - Fachada "Tipo 4"

## [Tipo 5]

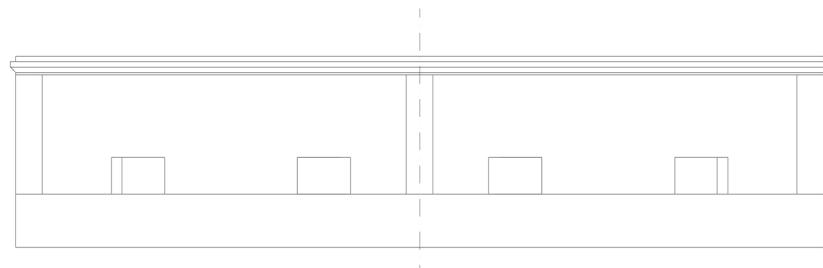
Localização: Localizada no “Bairro de Cima”, nos três últimos quarteirões, entre as ruas Pedro Azancot, Diniz de Pina e Constantino da Costa, esta tipologia é identificada num total de 8 habitações

Época: das ultimas a serem inauguradas, em 1955

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma água, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: pode-se observar a presença de frisos ao longo da platibanda e de embasamento, constitui das tipologias com a configuração da fachada mais simplificada



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.96 - Fachada "Tipo 5"

## [Tipo 6]

Localização: Localizada no “Bairro de Baixo”, ao longo da fileira situada no lado direito da rua Manuel Lopes e da rua Constantino da costa, esta tipologia é identificada num total de 12 habitações.

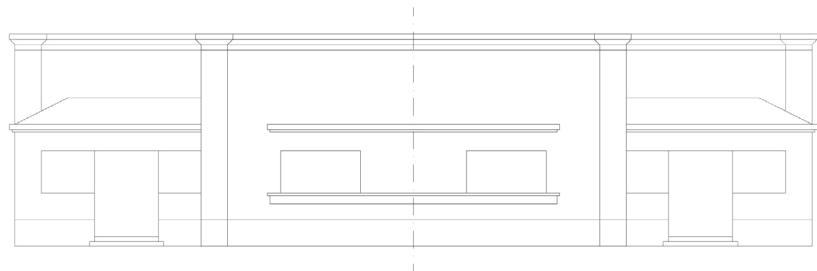
Época: construídas entre 1958 e 1960

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

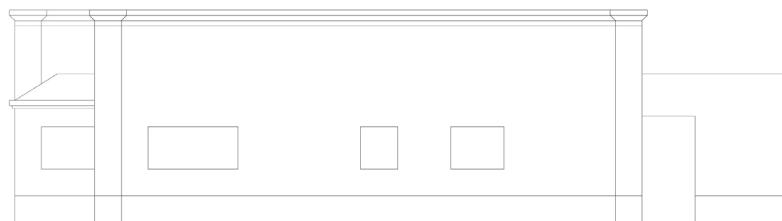
Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma água, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda, exceto a cobertura do pequeno volume inserido na fachada frontal que possui uma cobertura de duas águas. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: a fachada é composta por dois volumes, um maior que avança sobre o passeio e em relação ao volume menor com um pé direito inferior. E ainda pode-se observar os elementos ornamentais, nomeadamente, frisos, embasamento, platibandas ao longo de toda a fachada e pilares na fachada principal.

OBS: baseando neste critério, dos elementos ornamentais, foi possível identificar uma vertente da tipologia “Tipo 6”: “Tipo 6.1”, em que a única diferença observada foi a introdução de elementos estéticos por cima de cada vão ao longo da platibanda e a ausência do volume com menor pé direito.



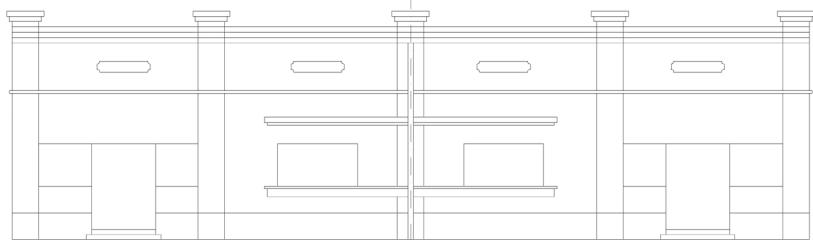
Alçado Frontal



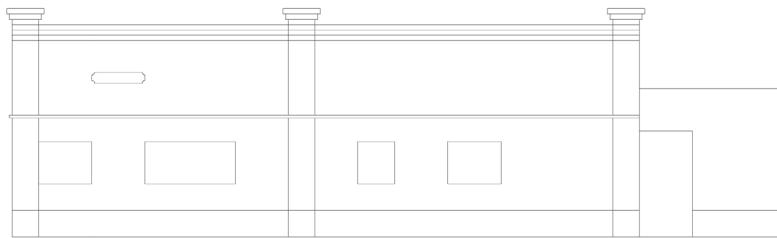
Alçado Lateral



Fig.97 - Fachada "Tipo 6"



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.98 - Fachada "Tipo 6.1"



## [Tipo 7]

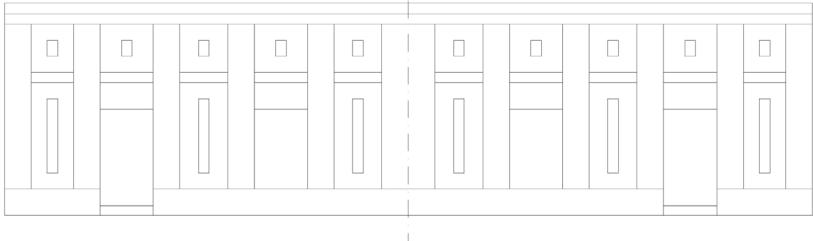
Localização: Localizada no “Bairro de Baixo”, nos 4 últimos quarteirões entre as ruas Diniz Rodrigues, Reinalda Fernandes e Manuel Lopes, esta tipologia é identificada num total de 8 habitações.

Época: construídas entre 1955 e 1957

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema construtivo tradicional, cuja estrutura é de alvenaria de pedra basáltica.

Tipo de cobertura: possui uma cobertura de uma água, que não é visível, nem na fachada principal e nem na fachada lateral devido ao desenho da platibanda. E é utilizada a telha de fibrocimento na cobertura.

Características da fachada: nesta tipologia pode-se observar o embasamento, frisos e elementos ornamentais entre os vãos ao longo das fachadas na vertical e da platibanda e por cima de cada um dos vãos



Alçado Frontal



Alçado Lateral



Fig.99 - Fachada "Tipo 7"

[Tipo 8]

Localização: localizada no perímetro do bairro, trata-se de 4 blocos de habitação coletiva dispostas em bandas, com galerias de circulação

Época: construída nos anos de 1970

Sistema construtivo: para esta tipologia é aplicado o sistema de estruturas em betão armado

Tipo de cobertura: nesta tipologia a cobertura é plana, com uma caixa de escada situada no centro do bloco.

Características da fachada: os edifícios possuem 4 pisos e cada piso cerca de 6 habitações, e o acesso é feito a uma cota superior a partir de umas escadas que marcam a entrada principal do bloco, e está situada no centro da fachada. Esta tipologia possui embasamento, frisos ao longo da fachada e varandas na galeria de circulação. E ainda é possível observar as escadas de acessos aos pisos na fachada.

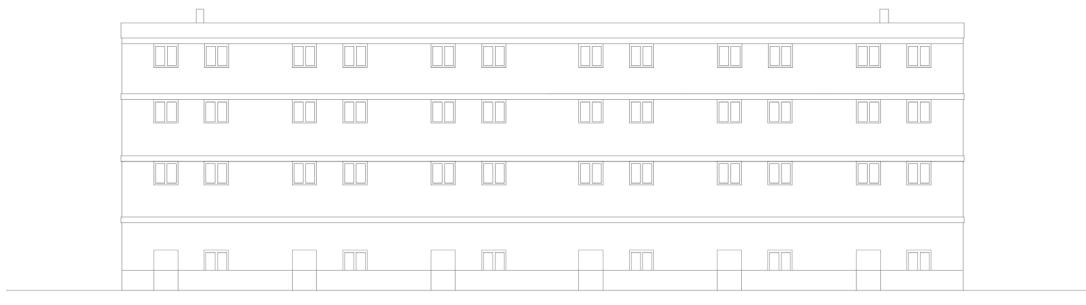
OBS: foi possível identificar uma vertente da tipologia “Tipo 8”, denominada de “Tipo 8.1”, onde pode-se observar a ausência da galeria de circulação e consequentemente das varandas. O acesso às habitações é feito a uma cota inferior através de várias escadas que marcam a entrada para cada habitação. Possui uma cobertura de duas águas.



Alçado Frontal



Fig.100 - Fachada "Tipo 8"



Alçado Frontal



Fig.101 - Fachada "Tipo 8.1"



### 3.1.3.3 – Tipologias habitacionais - Organização, estrutura, funcionalidade dos e Características construtivas dos fogos

Originalmente, as tipologias das habitações presentes no conjunto residencial do bairro variavam entre T1 e T2. A maioria, no entanto são T1, e denominadas como as ditas “casas normais”, constituídas por uma sala, um quarto, uma cozinha, uma casa de banho. De planta quadrangular, com aproximadamente 67.5 m<sup>2</sup> de área. Estas habitações possuem dois acessos, um que é a entrada principal que é feita pela sala e outra secundaria, que dá acesso ao quintal. No alinhamento da entrada principal dá-se o acesso ao quintal, onde estão inseridos a cozinha e a casa de banho.

A sala fica diretamente ligada com o quarto, ambas ventiladas por janelas. A cozinha, apesar de ter proporções e escala reduzida possuía elementos fundamentais para um funcionamento adequado, nomeadamente, um balcão e um “forno”, denominação atribuída pelos moradores a um equipamento utilizado para cozinhar. Nem todos os T1 tinham as mesmas configurações, pois algumas moradias possuíam uma sala e um quarto com dimensões maiores, reduzindo assim as dimensões do quintal.

As restantes habitações são T2, e são denominadas de “chalets”, destinadas a famílias numerosas, pois possuem dois quartos, uma sala, uma sala de jantar, uma casa de banho, uma arrecadação e um quintal. De planta retangular, com aproximadamente 78.75 m<sup>2</sup>. Assim como as moradias de tipologia T1, estas também possuem dois acessos, uma entrada principal feita através de uma varanda, com ligação direta para a sala e esta por sua vez esta ligada ao quintal, através de um hall e uma sala de jantar. A presença do hall na habitação, é de extrema importância, pois ajuda na ventilação e na iluminação dos compartimentos.

A nível construtivo, a estrutura do edifício é constituída por um sistema tradicional de alvenaria de pedra basáltica, montada com uma mistura de cal, com paredes de aproximadamente

50 cm de espessura. Com o acabamento tanto no exterior como no interior em reboco pintado. Nos pavimentos optaram por um acabamento em reboco de cimento. A materialidade dos vãos é em madeira.

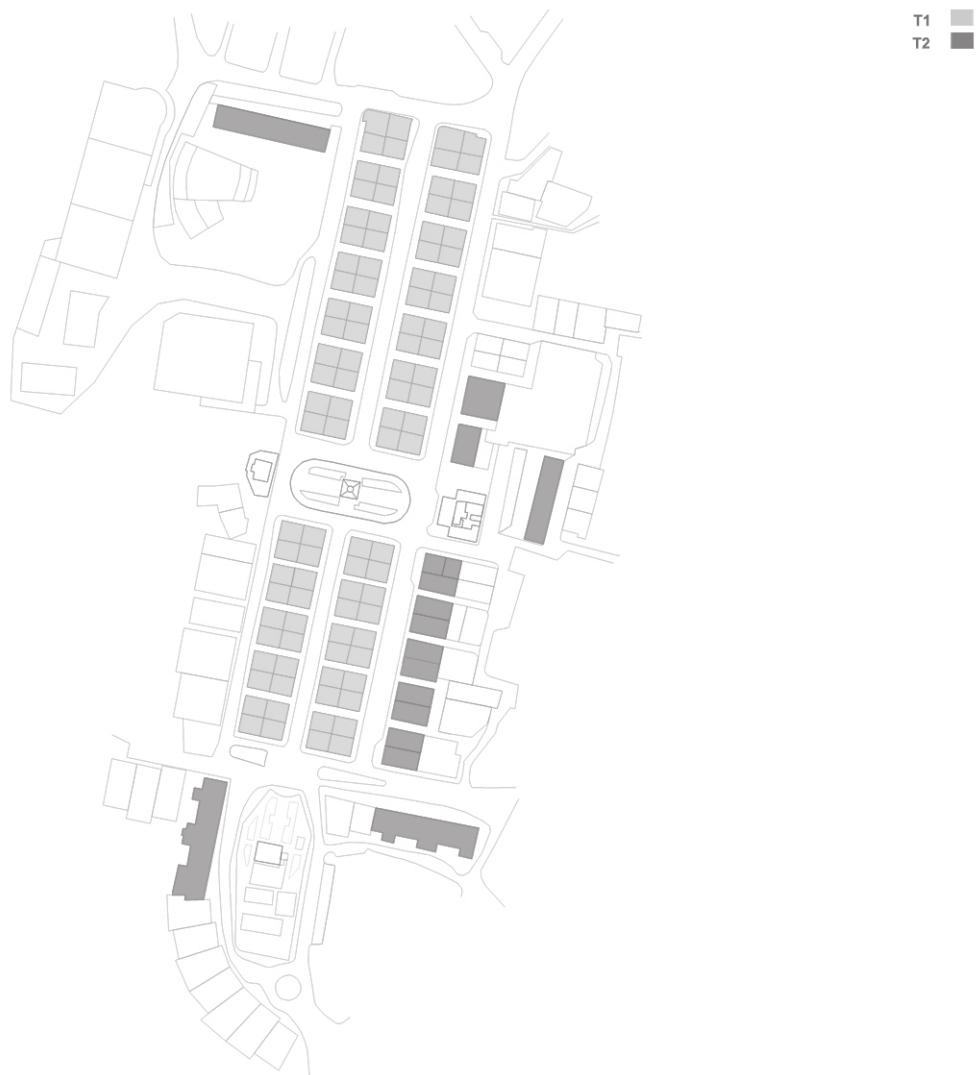


Fig.102 - Planta do levantamento das tipologias habitacionais originais



0 18 34 74m



Fig.103 - Planta das tipologias habitacionais analisadas e o estado de preservação das mesmas





### Alterações

**Casa 1:** foram adicionados 3 compartimentos novos de apoio na zona do quintal

**Casa 2:** A cozinha antiga foi demolida, de modo a ampliar a sala de jantar. E a arrecadação foi substituída por um pequeno quarto, transformando assim a moradia T2 num T3

Fig.104 - Habitações analisadas



### Alterações

**Casa 3:** A unica modificaçāo realizada nesta moradia foi a introduçāo de mais um compartimento na zona do quintal, transformado num quarto, tornando-a assim num T2

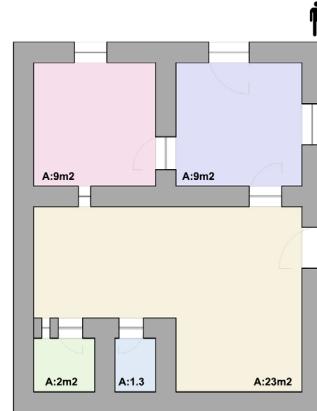
**Casa 4:** Sofreu grande tranformação nas traseiras, pois foi-lhe acrescentado mais um piso, logo houve necessidade de introduzir umas escadas de acesso, e para isso foi preciso suprimir o quintal

Fig.105 - Habitações analisadas

**Original**



**Casa 5**



**Casa 6**



Legend:  
Sala  
Quartos  
Wc  
Arrecadação  
Cozinha  
Quintal

0 0.8 1.6 3.3m

### Alterações

**Casa 5:** Não foram efetuadas quaisquer alterações

**Casa 6:** Alterações feitas na traseira, reduzindo a área do quintal a 1/3 de modo a que fosse possível introduzir um quarto e ampliar a cozinha, transformando-a também em um T2

Fig.106 - Habitações analisadas



### Alterações

**Casa 7:** Não foram efetuadas quaisquer alterações

**Casa 8:** A única alteração efetuada nesta moradia foi a ampliação da cozinha e a alteração da sua posição

Fig.107 - Habitações analisadas



### Alterações

**Casa 9:** Não foram efetuadas quaisquer alterações

**Casa 10:** Nesta moradia a área do quintal foi reduzida e foi introduzido num novo quarto. A casa de banho foi remodelada e a cozinha ampliada. Portanto esta moradia passou a ser uma tipologia T2

Fig.108 - Habitações analisadas

## **Conclusões das análises das habitações**

Antigamente, estas habitações exceto as maiores, eram habitadas por famílias muito numerosas, segundo os relatos dos moradores, as pessoas dormiam nos quartos e nas salas. Por isso, a maioria das alterações que foram efetuadas ao longo do tempo, consistia no acréscimo de mais um compartimento na zona do quintal principalmente, de modo a melhorar o ambiente habitacional e a distribuição familiar.

Houve necessidade também de ampliar alguns compartimentos, para assim conseguir uma melhor proporção e escala adequada para o bom funcionamento doméstico.

## Considerações finais

Bairro Craveiro Lopes, um núcleo urbano construído na periferia da cidade da Praia, promove um conjunto de edificados de baixa densidade, e que constitui uma das propostas do programa do Estado Português, com o intuito de promover a sua arquitetura, que procura estabelecer uma expressão arquitetónica inspirada num modelo metropolitano, onde os elementos tradicionais portugueses são adaptados às especificidades climatéricas, ao perfil da população a que se destina e aos materiais disponíveis no território.

Uma arquitetura que pode ter tido origem durante a colonização, mas que gerou um aglomerado urbano, com espaços públicos, equipamentos e moradias que hoje pertencem à população, e constituem um património identitário da cidade da Praia e quiçá de Cabo Verde, porém desvalorizada.

Deste modo, este trabalho serviu para perceber melhor a imagem identitária que o bairro apresenta, inerente ao seu passado. A transmissão desta imagem deve-se muito á composição urbana e das fachadas do edificado, que por sua vez transmite os princípios abordados inicialmente, aquando da construção do bairro, e possuem um papel muito importante na definição e caracterização do espaço urbano, na qualidade arquitetónica e na vivencia dos espaços.

Este estudo permite concluir que alguns vestígios desta identidade introduzida durante o período colonial são atualmente vividos e habitados de acordo com a realidade quotidiana da população. Sendo assim, varias alterações foram efetuadas causando um possível rompimento com a imagem arquitetónica que o bairro detém.

Mais do que pensar nas intervenções futuras é preciso entender como estas necessidades do quotidiano possam ser conjugados com a perspetiva histórica.

## Bibliografia

Agência-Geral do Ultramar (1961) – Cabo Verde, Pequena Monografia. Lisboa: Tip. SILVAS, Lda.

ANDRADE, Elisa Silva (1996), *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à Independência Nacional*, Paris: L'Harmattan

AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emilia Madeira (1991), Historia Geral de Cabo Verde, v. I, Lisboa: Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Cientifica Tropical

FERNANDES, José Manuel (2003), *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, IPPAR – Instituto Português Arquitectónico, Lisboa

FERNANDES, José Manuel (2005), Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa, Lisboa: Caleidoscópio. 972-8801-65-3

FERNANDES, José Manuel (coord., 2011), África, arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa – Conferencia Internacional, Lisboa: Caleidoscópio. 978-989-65814-7-3

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014), Cabo Verde – Cidades, Território e Arquiteturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9

FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9

GUERRA, Fernando Meireles (1996), *Descolonização – O império colonial português em África e aquilo que os portugueses programaram, projectaram, construíram e la deixaram, depois do 25 de Abril de 1974*, Lisboa: Universitária Editora. 972-700-054-1

GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda (1997), Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa: Editorial Caminho SA

MILHEIRO, Ana Vaz (2012), “O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades Luso-africanas na última fase do período colonial português”, in *Urbe – revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v.4, nº 2, pp. 215-232

MILHEIRO, Ana Vaz (2012), *Nos Tópicos sem Le Corbusier – arquitectura luso-africana no Estado Novo*, Lisboa: Relógio d' Água, pp. 162-180

MILHEIRO, Ana Vaz (2013), “Cabo Verde e Guiné-Bissau: itinerários pela arquitectura moderna luso-africana (1944 – 1974) ”, in ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vitor Rosado (coord.), *Atas, Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, 21-23 de Junho 2012, ISCSP-UTL, Instituto de Investigação Científica Tropical

MILHEIRO, Ana Vaz; PINTO, Paulo Tormenta (org. 2013), *Construir em África – A arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM)

MILHEIRO, Ana Vaz (2013), “Cidade e Arquitectura em África: Obras Públicas no crepúsculo da colonização portuguesa”, in *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, Da identidade da arquitectura portuguesa*, nº 22, p. 41- 54

MILHEIRO, Ana Vaz (2013), “Africanidade e Arquitectura Colonial: A casa projectada pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974) ”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº25, p. 121-139

MILHEIRO, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa: Relógio d' Água. 978-9896416454

SANTOS, Maria Emilia Madeira; GARCIA, João Carlos (2010), *Álbum Cartográfico de Cabo Verde. Comissão de Cartográfica (1883 – 1936)*. Praia: IPC. 978-989-96036-0-8

## Séries Periódicas

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 4, 1 de Janeiro de 1950

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 6, 1 de Março de 1950

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 7, 1 de Abril de 1950

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 22, 1 de Junho de 1951

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 23, 1 de Agosto de 1951

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 24, 1 de Setembro de 1951

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 28, 1 de Janeiro de 1952

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 29, 1 de Fevereiro de 1952

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 32, 1 de Maio de 1952

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 36, 1 de Setembro de 1952

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 39, 1 de Dezembro de 1952

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 57, 1 de Junho de 1954

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 58, 1 de Julho de 1954

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 67, 1 de Abril de 1955

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 73, 1 de Outubro de 1955

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 81, 1 de Junho de 1956

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 93, 1 de Junho de 1957

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 106, 1 de Julho de 1958

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº -, 1 de Dezembro de 1958

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 119, 1 de Agosto de 1959

*Cabo verde Boletim de Propaganda e Informação*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº 122, 1 de Novembro de 1959

## Teses

PIRES, Fernando (2007), *Da cidade da Ribeira Grande á Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano século XV – século XVIII*, Praia, Universidade de Cabo Verde

FURTADO, Carmem Liliana Teixeira Barros (2009), *BAIRRO DE PERTENÇA, BAIRRO DE MÚSICA: Espaços, Sociabilidades e trajectórias de músicos n(d)o meio urbano caboverdiano*, Praia, Universidade de Cabo Verde

## Referências eletrónicas

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/52298-memoria-desastre-da-assistencia-foi-ha-68-anos>

<http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2212>

<http://www.bairro.cv/index.php?paginas=4>

## Anexos

### Anexo 1.0

#### Nota biográfica:

#### **Arquiteto Pedro Gregório Lopes**

Nasceu em 1932, na ilha de São Nicolau em Cabo Verde. Licenciado em Arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto entre 1953 – 1959. É arquiteto, pintor e poeta. Colaborou com desenhos e linóleos, em varias publicações, nomeadamente *Cabo Verde e Suplemento Cultural*, inclusive português. Colaboração poética em jornais e revistas, como o “*Voz di Povo*”. Foi participante de *Jogos Florais 12 de Setembro 1976*, no qual recebeu uma menção honrosa; Antologia de Poesia Cabo Verdiana, 1977; e de J.L.H. Almada, *Mirabilis de Veias ao Sol*, 1991.<sup>127</sup>

Foi integrante dos Serviços das Obras Públicas como estagiário em 1959 e depois de ter apresentado a tese em 1962 trabalhou no Ministério das Obras Públicas entre 1975-1981. Durante esse período trabalhou simultaneamente como professor no Liceu Domingos Ramos.

---

127 - GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda (1997), Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa: Editorial Caminho SA, p.290.



Fig.109 - Arquiteto Pedro Gregório Lopes

## Entrevista com o arquiteto Pedro Gregório Lopes

**Em que Escola de Belas Artes (Lisboa ou Porto) e ano se formou? (Como foi o período em que esteve em Portugal; se foi para Portugal de propósito para estudar arquitetura; como era o ambiente; na escola; se foi bem-recebido ou se os colegas e os professores o estranhavam por ser africano; se existiam outros alunos africanos na Escola de Belas Artes).**

**PGL** - Estudei na Escola de Belas artes do Porto, de 1953 a 1959 a parte escolar, e a tese foi apresentada em Fevereiro de 1962. Nessa altura nós tínhamos a parte escolar, que era até o quarto ano, em que eram disciplinas teóricas, matemática, desenho, etc., e a partir do quarto ano tínhamos os chamados concursos sobre temas que eram apresentados aos alunos e nós desenvolvíamos para obter a pontuação, e era necessário que somássemos o total de doze pontos para que fosse possível candidatarmos á tese. Mas antes disso tínhamos de fazer um estágio de dois anos obrigatório, num serviço ou num gabinete, e depois é que poderíamos apresentar a tese. Nessa altura em princípio devia apresentar a tese em 1961, mas não sei se com a geração nova isso acontece aos arquitetos, pelo menos comigo sucedia o seguinte: chegava a altura da tese, tínhamos medo de apresentar com toda a franqueza, até porque tínhamos de apresentar um trabalho não teórico, mas um trabalho já executado, de modo que era complicado. Tive por exemplo um colega de defesa de tese no mesmo dia que tinha sido colega do assistente do meu professor de arquitetura, o medo nos afusava na altura, agora não sei o que se passa na vossa geração (risos).

Fui em 1953 como já referi anteriormente, como bolseiro do Liceu Gil Anes, para estudar arquitetura, sendo que inicialmente pensava em escultura, gostava do desenho e da escultura, e fui na hipótese de fazer as duas coisas, só que depois cheguei a conclusão que não era o ideal, mas gostava muito de frequentar os *ateliers* de escultura e pintura e estava constantemente com os meus colegas do curso, pois havia disciplinas comuns nos primeiros anos entre os três cursos nomeadamente,

escultura, pintura e arquitetura. Mas a decisão da arquitetura foi o seguinte: talvez porque há uma pessoa qualquer que tenha influenciado o meu pai, e ele acabou por me influenciar a mim dizendo que a escultura podia levar a uma situação de não resolver a vida, de modo que era mais seguro ir para arquitetura.

O ambiente na escola do Porto, como já lhe disse, eram três cursos com disciplinas comuns, e tínhamos um convívio permanente, eu pessoalmente estava constantemente nos intervalos das aulas de arquitetura, ou na área da pintura ou da de escultura e muitas vezes brincava com o barro e etc. O ambiente era bom porque éramos poucos, gostávamos de ficar junto á biblioteca, cerca de 300 alunos aproximadamente, havia um convívio relativamente grande entre colegas e professores, sendo que muitas vezes encontrávamos no pátio a falar com os professores, hoje não sei como as coisas acontecem, mas na época havia quase que uma tradição da Escola do Porto, do convívio constante entre alunos e professores.

Com toda a franqueza, era a primeira vez que eu viajava para Portugal, tanto que quando cheguei levei dois meses a chorar os meus colegas que tinha deixado em Cabo Verde, sem saber com quem me iria privar e relacionar, porque não conhecia ninguém, não era filho de português, e éramos apenas três alunos africanos na Escola de Belas Artes: eu, e dois angolanos, cujos nomes já me esqueci. O resto eram todos filhos de europeus, alguns filhos de angolanos filhos de europeus nascidos em Portugal, e que eram relativamente ricos, pois tinham uma mesada terrível para nos que tínhamos uma mesada baixa, mas boa para mim que não tinha outra coisa. Era isso, mas o convívio era bom, as conversas eram boas, os trabalhos feitos eram interessantes, lembro-me perfeitamente de alguns escultores, como por exemplo, o Fernando Bastos (penso que era assim que se chamava, não me lembro muito bem do primeiro nome), o outro que morreu há pouco tempo, também um ótimo escultor. Admirávamos e acompanhávamos o desenvolvimento dos trabalhos e havia alguns alunos que além de arquitetura, pintura ou escultura, também praticavam música na conservatória. Lembro-me de muitas vezes ouvir alguém a tocar, pensava que fosse piano, mas depois com curiosidade fui

espreitar á cave onde praticavam, e afinal a pessoa estava a tocar violão, mas de tal forma que parecia ser piano.

Não, não estranhavam o facto de ser africano, pois tinha amizade com toda a rapaziada, tanto raparigas como rapazes. Tanto que muitas vezes, quando havia discussões muito violentas entre colegas, eu era quem acalmava a situação, por ser considerado uma pessoa neutra.

### **Professores e matérias interessantes? (que o marcaram pela positiva e também pela negativa)**

**PGL** – Olha... Júlio Resende de pintura, Carlos Ramos que era o diretor da escola, o Rica, o arquiteto Rica, que era também professor, o Loureiro, professor de arquitetura a partir do quarto ano, um professor de desenho que muitas vezes ia a casa dele na Pascoa, etc., o Rogério Azevedo também, o Barata da escultura e pronto são esses professores que tenho na memória, praticamente todos (risos), e marcaram todos pela positiva, apenas que, quando novo era um bocado irascível, e lembro-me perfeitamente de uma das vezes o professor Carlos Ramos, encontrou-me no pátio da escola e perguntou-me: “Como é que iam os meus trabalhos?”. Mas como ele vivia em Lisboa e ele ia semanalmente á escola do Porto, dei-lhe uma resposta que hoje arrependo-me e acho que fui um bocado excessivo, pois disse: “Quando o mestre aparecer nas aulas saberá como vão os meus trabalhos”, e ele disse simplesmente: “Boa tarde Gregório Lopes!” (como me chamavam), e eu disse: “Boa tarde mestre!”, e pronto. Mas, durante a minha tese, visto que preparei a tese em Cabo Verde, tínhamos luz elétrica ate certa hora da noite, por isso maior parte da tese foi feita a luz de vela, e tinha um amigo que me ajudava com os desenhos e desenhávamos de madrugada e apesar de estar tudo bem feito, num dos cortes não estava representada uma porta que aparecia na planta, e o professor Carlos Ramos disse-me: “Chega na tese e não sabe fazer um corte!”. Exaltei-me (risos). Lembro-me perfeitamente que o desafiei, dizendo: “Por favor, vamos até aos planos que estavam

expostos.” A meio do caminho disse: “O mestre tem razão!”. Vi que realmente faltava ali uma porta no corte, mas voltei e imediatamente disse-lhe: “Se chego a tese e não sei fazer um corte, a culpa não é minha, mas sim vossa, o professor Rogério Azevedo ressaltou: “A forma como respondeu o professor Carlos Ramos, é porque vai vencer na vida!”. Mas eu era um bocadinho nervoso, e isso as vezes podia ser perigoso.

### **Quando regressou a Cabo Verde?**

**PGL** – Regressei em 1959 para férias, mas voltei a Portugal um tempo depois para terminar a minha tese. O meu regresso coincidiu com a chegada do Governador de Cabo Verde, Coronel Silvino Silvério Marques, não sei como, mas soube que estava a estudar arquitetura e que era finalista, e estava de férias, chamou-me ao Palácio e propôes-me que trabalhasse para o Governo, rejeitei imediatamente e disse: “Não é possível, não há hipótese!”. Era mais velho que eu - morreu no ano passado ou há dois anos atrás se não me engano – começou a argumentar, e eu sempre a rejeitar ate que por fim ele encostou-me á parede, com uma frase que eu ainda hoje acho estranho: “Se vocês que são cabo-verdianos não vêm trabalhar na vossa terra, quem o fará?” E hoje estou aqui (risos).

### **Quando ingressou nos Serviços de Obras Públicas de Cabo Verde? Por quanto tempo esteve?**

**PGL** – Vim fazer o estágio, por consequência nos Serviços de Obras Públicas que era aqui perto do Quartel em 1959, trabalhei simultaneamente nos Serviços das Obras Públicas e como professor de desenho no liceu. Depois de apresentar a tese, voltei e ingressei-me nos serviços federativos das

Camaras de Sotavento, trabalhei na Camara Municipal durante algum tempo, mas depois acabei por voltar a dar aulas, sempre fui de saltar de um lado para o outro (risos). Na mesma altura que dava aulas no liceu, passei a trabalhar por conta própria e depois na altura da independência, voltei ao Ministério das Obras Públicas, foi esse o percurso, basicamente. Poucos anos depois acabei por sair das Obras Públicas, porque senti que queriam “colocar-me na prateleira”. Portanto trabalhei entre 1975-1981 no Ministério das Obras Publicas, seis anos aproximadamente.

**Como era constituído os serviços? Quantas pessoas trabalhavam lá e quais eram as suas formações (engenheiros, arquitetos, desenhadores)? Quem dirigia (o engenheiro Tito Esteves? Conheceu-o?). Quem eram os outros colegas? Quem era o desenhador Luís Tavares de Melo que aparece como autor do Liceu Domingos Ramos ou da Escola Técnica no Mindelo?**

PGL – Quantas pessoas não sei, mas posso dizer os técnicos que havia, eu era o único arquiteto, o engenheiro Lobo que trabalhávamos muitas vezes juntos, o engenheiro Lucas Brito, e eu como diretor do serviço de habitação e simultaneamente como técnico, por isso não estava sentado sempre no gabinete. Não tínhamos horas, ou seja, tínhamos hora de entrar, mas não tínhamos hora de sair, e muitas vezes saímos às dez horas da noite, e nessa altura se recebêssemos ordens de superiores para executar alguma obra, tínhamos de obedecer de imediato. Não foi uma altura fácil, foi muito cansativo, mas não me arrependo de ter vivido esse momento. Nessa altura, era o Silvino Oliveira Lima, o Ministro e o diretor geral era o irmão Adriano Oliveira Lima. Tito Esteves? Sim conheci-o, nos Serviços das Obras Públicas. A ideia que eu tenho dele é o seguinte: chegava sempre á tarde depois das 15 horas, e há duas coisas dele que registei, primeiro que quando cheguei aos Serviços das Obras Públicas ele estranhou que fosse eu, possivelmente pensava que fosse um branco e disse imediatamente que não podia ser. E a outra coisa, é que todos os dias por

volta das sete horas da noite, mandava o “chauffeur” chamar-me, chegava a casa dele e ele dizia: “Já não me lembro para quê que precisava de si”, eu educadamente agradecia e despedia-me. Mas a coisa repetiu-se de tal maneira, que um dia perdi as estribeiras, disse: “Próxima vez, procure saber para quê que me quer aqui, porque esta a ser repetitivo e não faça isso”, não sei porque que o fazia, devia sentir saudades minhas (risos).

O Luís Tavares de Melo, era bom desenhador, autodidata, diria que podia ter sido arquiteto, alias há vários edifícios aqui projetados por ele. Ele e o Tito Esteves estiveram envolvidos no projeto do Liceu domingos Ramos, o edifício um bocado de rococó, e o Luís o desenhou. Eu ali no liceu só tenho quatro coisas: o muro de vedação, a escadaria principal e a secundaria e o painel ao fundo do salão nobre. O muro de vedação tem uma história para mim que é o seguinte: considerava nessa altura que qualquer edifício público era um bem que não devia ser danificado e nem destruído, por consequência devia ser respeitado por todos, e projetei o muro baixinho e assim qualquer pessoa podia saltar, e ainda é o mesmo muro que desenhei e que foi construído, mas com o tempo e com o vandalismo instalado, optaram por introduzir grades de ferro de ponta a ponta. A escada! Tinham feito o edifício e não havia escada, e desenhei aquelas duas escadas que lá estão e o painel, pediram-me um dia para ver o grande salão que não tinha janela, não tinha nada e pediram-me para fazer o painel que lá está, foi danificado varias vezes e consertei, interessante que foi depois da independência consertei tanto ate que um dia o presidente da Assembleia Abílio Duarte pediu-me que o voltasse a restaurar e disse-lhe: “É a última vez que o faço pois da próxima vez terão de o pintar de preto!”

**Que projetos faziam? Escolas primárias? Postos Sanitários? Tanques agrícolas?  
Casas? Planos de Urbanização...**

**PGL** – Escolas, houve nessa altura... coisas práticas, algumas habitações ou prédios de habitação, é o caso do prédio branco da Achada Santo António, o outro que esta ao lado também, aliás são dois prédios com um pátio central, essas escolas no qual chamamos de “capelinhas” que foram feitas por mim nessa época, e foi com financiamento da USAID, e nessa altura também joguei forte com o representante da USAID, que queria financiar uma coisa risória que não dava para muito e ele volta-se para mim e disse: “Veja que são dois mil dólares” ou dois milhões de dólares, não sei ao certo, e eu com a bazofaria do cabo-verdiano respondi-lhe: “Mesmo que fossem dez mil nos fazemos, e acabou por aceitar e financiou exatamente com esse valor e nos conseguimos construir as escolas batizadas de “capelinhas” que receberam essa designação pelo seguinte motivo: geralmente as capelas têm a porta principal voltada para a empêna, e nessas escolas tentei fazer tudo de forma económica, a largura das nossas casas tradicionais, chamadas “casa grande”, não ultrapassa quatro a cinco metros por causa da cobertura, que nós não tínhamos madeira suficiente, e tínhamos de economizar, portanto isto é uma longa história... vi que haveria hipótese de recolher a água da chuva numa zona plana e canaliza-la para uma cisterna, e a porta de entrada não está na empêna mas sim na parte retangular, mas mentalmente as pessoas associaram a uma capela por ter estas características e aceitei (risos).

**Que relação existia com o Gabinete de Urbanização do Ultramar (depois Direção de Serviços de Habitação e urbanismo) do Ministério do ultramar? Conheceu os Arquitetos que iam de Lisboa, como a Maria Emilia Caria, António Saragga ou o Alfredo Silva e Castro (que desenhou o seminário)? Que Arquitetos portugueses dessa época conheceu? Trabalhavam em conjunto?**

**PGL** – Enquanto trabalhei nos Serviços das Obras Públicas, os grandes projetos eram feitos lá (Lisboa), apesar de Cabo Verde não ter tido assim grandes projetos, sejamos realistas. E nessa

altura apareceu-me um projeto que foi exatamente o seminário de São José, aqui junto ao farol, e concebi o anteprojeto. O anteprojeto é meu, mas o projeto não! Está organizado á volta de um pátio central e possui alas com quartos, salas de aulas etc., pela sua localização, com mar de um lado e mar do outro, e com o salpico da água do mar e a formação de salitra, qualquer reboco tem a tendência de cair ao fim de poucos anos, por isso propus que o revestimento fosse de pedra basáltica. Como o projeto era relativamente grande, foi enviado para o Ministério do Ultramar, para que fosse analisado, lembro-me que um arquiteto chamado Manuel Oliveira – creio que era esse o nome dele- criticou-me, deitando me abaixo de “ponta a ponta” por causa do revestimento de pedra. Um dia fui destacado para o receber no aeroporto, e disse-lhe que antes de o levar ate os Serviços de Obras Públicas, que íamos passar pela zona onde se localizava o seminário disse-lhe: “É aqui que eu propus exatamente o revestimento de pedra e recebi a sua crítica”, e ele por sua vez respondeu que só fez tal crítica por não conhecer o sítio. Passado algum tempo, tiveram de gastar dinheiro com revestimento com pedra, porque se os postos de luz que eram de betão estavam a cair, era evidente que iria acontecer o mesmo com o edifício, foi por essa razão. Outro projeto pelo qual fui alvo de crítica - antigamente sim, hoje já não - é o edifício onde está o Banco de Cabo Verde, que era as galerias, pediram-me este projeto e fiz, e impuseram a altura que o edifício ia ter - o edifício tem cerca de vinte e três metros de altura – o Ministério impos a altura. Nesse momento a arquiteta urbanista que tinha vindo aqui, era a Emília Caria e o objetivo do Ministério nessa altura era criar edifícios relativamente altos na Praia, Plateau, Fazenda etc. O que foi um bocado estranho, sendo num contexto de casas relativamente baixas, de menor volume, mas por outro lado não era mau porque de longe ao vir do interior, causava algum impacto e era dois marcos. Se prestar atenção á forma e á volumetria e comparar com a Assembleia Nacional feita pelos chineses, pode-se observar muitas semelhanças, não é cópia, mas sim inspiração, até quando estiveram a projetar a Assembleia estiveram aqui em casa falar comigo, falamos bastante sobre o assunto e mostraram o projeto.

O Seabra sim! É autor do edifício que está aqui na pracinha, onde era a central elétrica, onde faziam a distribuição de energia ate as dez horas da noite, e a partir dessa hora era “blackout”. Um

edifício muito simples, possui um único auditório existente aqui na Praia está integrado neste edifício, tem palas, ventilação transversal, só que as palas estavam orientadas com a fachada principal mais longa, a nascente e a poente, e essas palas a partir de determinada hora não protegem as janelas, mas isso é o princípio que ele utilizou, pouca largura – edifício relativamente estreito – ventilação transversal, tinha e ainda tem uma zona com uma grelha de betão que ajuda na ventilação, mas parece que taparam ultimamente durante umas obras que foram feitas. Depois da independência, um dos Ministérios de Negócios Estrangeiros que lá estiveram, precisava de uma sala para o Ministro, então o anfiteatro foi utilizado como gabinete e pediram-me que fizesse o projeto, portanto eu fiz o seguinte: uma estrutura de madeira meti o pavimento a mesma altura e salvei o auditório. Alguns anos depois, três/ quatro anos no máximo, eles resolveram recuperar o auditório e foi só tirar a estrutura de madeira, e lá está o auditório!

Alguns arquitetos portugueses vinham, o Seabra, o outro mais velho que já me esqueci do nome... Aguiar! O Arquiteto Aguiar, autor de algumas remodelações aqui no Hospital da Praia, mas o contacto efetivo entre nós, não foi grande. Ah! Teve também o arquiteto Branco Ló, que chegou praticamente na mesma altura de Lisboa, sobrinho da esposa do Governador Silvino Marques. Os Serviços Federativos das Câmaras Municipais foi criado nessa altura, creio que não efetivamente por minha causa, mas por causa do arquiteto Branco Ló, e então como ficou em Barlavento, o Governador Silvino Marques, tenho a ideia de que era um homem que gostava de ser justo, daí ter sido o arquiteto dos Serviços. Poucas coisas consegui fazer, para a Praia algumas coisas, mas Fogo fiz poucas coisas, Brava não, deste modo posso afirmar que poucas coisas foram feitas, por isso voltei a dar aulas no liceu. Não cheguei a trabalhar com esses arquitetos portugueses, não sei se por minha culpa ou a deles, isto quer dizer que não houve uma relação de amizade...não quero acusar ninguém... terá sido culpa minha? Terá sido culpa deles? O que sei é que não houve entrosamento, e pessoalmente não beneficiei de nada da vinda deles.

**Que projetos fez nos Serviços de Obras Públicas? Trabalhou como arquiteto liberal e para privados? Que encomendas apareciam?**

**PGL** – No Ministério das Obras Públicas, alem das “escolinhas” chamadas capelinha, alguns prédios de habitação na Achada Santo António, centro escolar que é hoje o Liceu Amílcar Cabral em Santa Catarina, revestido em pedra. As casas onde estão os Americanos, ali na encosta da Prainha, a que chamam Mesopotâmia, tentei adaptar os projetos á encosta, e tentei compensar sempre, não saiu uma carrada de terra dali. As casas têm uma parte enterrada, e alguns moradores queixam-se de calor, sabendo que aqui quando faz calor é mesmo calor não é o mesmo que em Barlavento, estou cá há mais ou menos 60 anos pude comprovar isso, fiz algumas tentativas de ventilação, mas, no entanto, em algumas casas com varanda, as pessoas ao fim de algum tempo fechem-nas com vidro, o que me faz perguntar, para quê fazer varanda?

Onde está o IFH na Achada Santo António, esse prédio também fui eu que projetei, algumas casas económicas, etc., teria de ver porque não me recordo muito bem. Fiz para São Vicente algumas escolas, e depois de sair do Ministério fiz algumas igrejas, como por exemplo a igreja de Pedra Badejo que também é revestido com pedra, no Tarrafal fiz moradias, basicamente os projetos principais eram moradias e escolas. O laboratório que funcionava no Hospital da Praia – que agora já foi demolido – foi desenhado por mim também, um laboratório pequeno, pois tínhamos uma economia muito fraca e não dava para fazer projetos grandes. A estrada da Prainha que vai até Palmarejo até próxima da Embaixada de Portugal, foi lançada por mim, e passava na antiga cadeia que hoje é o Hotel Trópico, que era uma zona coberta de areia e com os ventos dificultava a circulação de carro, daí a proposta para esta estrada, foi necessário afastar um bocado as casas da via, porque em Cabo Verde há uma tendência por parte das pessoas de construírem as casas em cima das vias.

Não trabalhava como arquiteto liberal no Ministério, pois quando entrou o novo Governo após a independência, o PAICV. Nem sequer assinávamos os projetos no Ministério, praticamente era

proibido o arquiteto ou o engenheiro fazer projetos para fora. Se for ao arquivo do Ministério, dificilmente encontrará um projeto assinado por mim, se é que ainda tem o arquivo (risos), não podendo os arquitetos, que na altura era o único, e os engenheiros de trabalhar, os desenhadores encontraram o caminho aberto para prosperarem, pois eram eles que faziam os desenhos para a construção. E nessa altura, os engenheiros ocuparam o lugar que devia ser dos arquitetos, foi uma luta para conseguir com que as coisas entrassem nos eixos. Mesmo na época que trabalhava nos Serviços das Obras Públicas antes da independência, para fazer o edifício da Adega do Leão ao lado da Fenícia, que foi feito em 1962, cujo projeto era meu, do arquiteto Manuel Mota e do arquiteto José Borges, que já morreu, tínhamos nessa altura cerca de 26 anos. Para fazer esse projeto foi necessário, requerer ao Governador autorização para o desenvolver, e mesmo depois da independência não tínhamos liberdade de fazer projetos. Só depois de ter saído do Ministério das Obras Públicas que comecei a trabalhar por conta própria, eram poucas encomendas, maior parte dos meus projetos foram todos feitos sem cobrar, porque maior parte das pessoas que encomendavam não tinham condições financeiras para pagar, um ou outro cliente pagou uma pequena quantia, por exemplo, as galerias da praia onde está o Banco de Cabo Verde, foi feito em 1971, e os honorários de arquitetura foram setenta mil escudos, claro que com correções monetárias, e mesmo assim o cliente achou que estava caro. As casas feitas na Prainha, não onde estão os americanos, mas sim outras sendo algumas do bairro que se chama Mesopotâmia, custaram no máximo quatro mil escudos. Posso afirmar que não trabalhei para enriquecer.

**Teve algum envolvimento no Bairro Craveiro Lopes?**

**PGL** – Não estive envolvido nos projetos dentro do Bairro, mas sim ao lado, nos blocos de casas económicas, fui eu que os fiz, na tentativa de conseguir uma moradia económica, mas com qualidades para que uma pessoa vivesse bem, pois os quartos não são grandes, mas tem o número

de quarto suficiente para habitar as famílias que antigamente eram numerosas. Como aqui ao fundo da rua, o projeto das habitações também é meu, e algumas delas foram feitas para segundos oficiais, que eram funcionários relativamente baixos, continham dois quartos, por isso as habitações foram destinadas a outras pessoas pois foram consideradas excessivas para os segundos oficiais, e as pessoas que foram para aí viver reclamam que as casas são pequenas, mas as casas não foram feitas para elas!

No Craveiro Lopes, o bairro - alias tem o nome do Presidente da República, que o visitou em 1955 – não tive intervenções ali, nada... a não ser aquelas casinhas de pedra, penso que uma ou duas são minhas e outras de um arquiteto português que não me lembro o nome.

**Qual ou quais os projetos mais importantes em que trabalhou (antes e depois da independência de Cabo Verde)?**

**PGL** – Não tenho projetos assim importantes, segui apenas uma linha: primeiro, procurei coisas que fossem económicas e adaptáveis á nossa realidade social e económica, e segundo tem a ver com as condições climáticas, sou acusado de usar fenestração ao invés de envidraçados enormes, isto porque em primeiro lugar é uma questão de tradição, as nossas casas tradicionais têm janelas e portas com persianas e temos luz suficiente capaz de as iluminar, e é uma forma de conseguir a ventilação transversal que é um aspeto importante. Nas coberturas, sempre que possível tentei utilizar a telha, mas passou a ser um bocadinho cara, e tem um inconveniente, mas a madeira utilizada dura no máximo quarenta anos, ao fim disto começa a apodrecer, mesmo fazendo a manutenção com os produtos adequados, deste modo as vezes é preferível o betão. Simplificando, não estive a procura de fazer coisas bonitas, pois há quem faça projetos para chamar a atenção, suponho que não é o mais importante. Mais do que a beleza, procurei a funcionalidade, podendo a forma ser rectangular, redondo... o que for, deste que seja funcional, válida para o programa que irá

albergar, a função sempre em primeiro lugar. Para mim isso era o mais importante! E se for possível a simplificação, melhor! Agrada-me a simplicidade, a facilidade de execução e o cumprimento da função, e no aspeto climático a ventilação transversal e a proteção da fachada contra o sol.

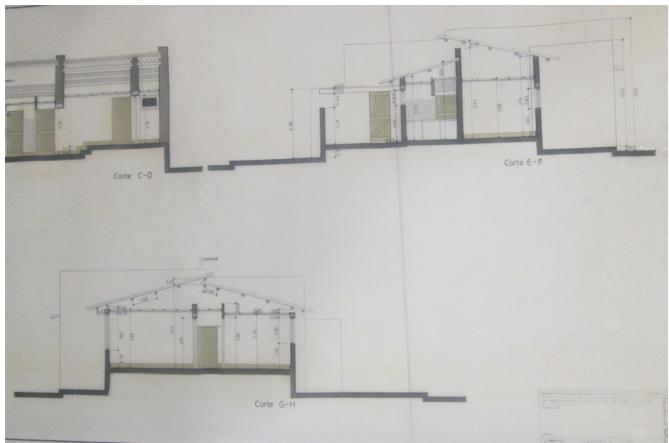
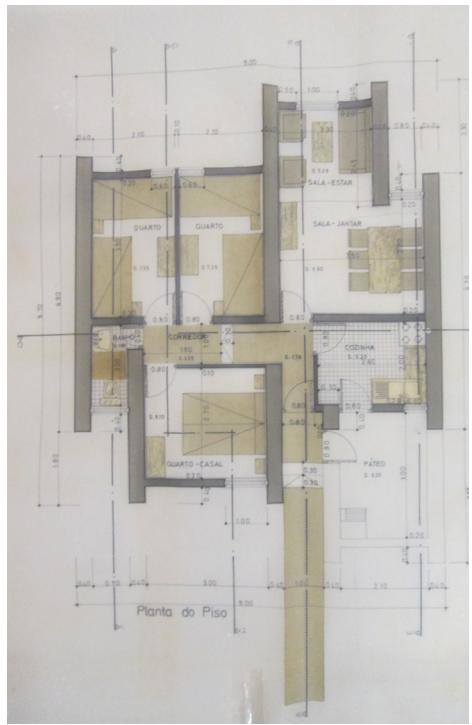


Fig.110 - Casa projetada pelo Arquiteto Gregório Lopes, 1974

## **Anexo 2.0**

### **Comparação entre o Arquivo Histórico Nacional e o Arquivo Histórico Ultramarino**

O Arquivo Histórico Nacional fica situado em Cabo Verde, na ilha de Santiago, na cidade da Praia, e o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Em ambos os arquivos é possível observar um serviço notável exercido pelos funcionários, demonstrando sempre disponibilidade em ajudar os investigadores.

As informações encontram-se organizadas no AHN em fichas depositadas numas caixas devidamente identificadas, que podem ser consultadas aquando do aviso prévio do responsável. Já no AHU as informações estão disponíveis online no portal da instituição, para consulta livre, e a consulta dos documentos processa-se de acordo com a solicitação efetuada ao responsável da secção.

Em ambos os arquivos os documentos encontram-se muito bem armazenados e conservados, o que facilita na recolha das informações. Tanto no AHN, como no AHU, é possível consultar uma serie de documentos organizados por datas e por categorias, nomeadamente, relatórios, peças desenhadas e escritas e mapas.



## Índice de Imagens

**Fig.1 – Arquipélago de Cabo Verde, p.23-** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar p. 16

**Fig.2 - Posição geoestratégica de Cabo Verde, p.25 -** FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), *Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974)*, Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 15

**Fig. 3 – Planta da cidade da Ribeira Grande, p.31-** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar p. 178

**Fig.4 - Planta da Fortaleza de S. Filipe, na cidade de Ribeira Grande, p.33-** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar p. 180

**Fig.5 - Ribeira Grande, bairros e igreja, p.35 -** FERNANDES, José Manuel (2005), *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, Lisboa: Caleidoscópio. 972-8801-65-3, p. 17

**Fig.6 - Ribeira Grande, ruas direitas e malha urbana, p.36 -** FERNANDES, José Manuel (2005), *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, Lisboa: Caleidoscópio. 972-8801-65-3, p. 21

**Fig.7 - Planta da cidade de Ribeira Grande, 1769, p.39 -** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar p. 176

**Fig.8 - Aglomerado urbano, p.40 -** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar

**Fig.9 - Planta da vila da Praia, 1778, p.42 -** AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p.330

**Fig.10 - Planta do porto da vila da Praia, 1821, p.43 –** Comissão das comunidades europeias. Programa de planeamento urbano da cidade da Praia. Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico, p.10

**Fig.11 - Planta hidrográfica da cidade da Praia, p.44 1886** - Comissão das comunidades europeias. Programa de planeamento urbano da cidade da Praia. Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico, p.10

**Fig.12 - Vista aérea da cidade da Praia, núcleo principal, p.45** - AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p.336

**Fig.13 - Rua principal da cidade da Praia, p. 46** - AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p.336

**Fig.14 - Plano de Povoação do Mindelo, 1838, p. 51** - SANTOS, Maria Emilia Madeira; GARCIA, João Carlos (2010), *Álbum Cartográfico de Cabo Verde. Comissão de Cartográfica (1883 – 1936)*. Praia: IPC. 978-989-96036-0-8, p. 180

**Fig.15 - Urbanização da Praia. Estudo Prévio da Célula 1, Achada Principal José Amorim, 1961, p.64** – Arquivo Nacional de Cabo Verde, cx. 373

**Fig.16 - Plano Geral de Melhoramento do Mindelo. Plano de Trabalho, 1911/1938, p.65** - Arquivo Nacional de Cabo Verde, cx. 390

**Fig.17 - Edifício de Repartições Públicas. atual sede da Direcção da Polícia Nacional, p.66** - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014), *Cabo Verde – Cidades, Território e Arquiteturas*, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p 174

**Fig.18 – Cine-teatro, Praia, p.67** - SANTOS, Maria Emilia Madeira; GARCIA, João Carlos (2010), *Álbum Cartográfico de Cabo Verde. Comissão de Cartográfica (1883 – 1936)*. Praia: IPC. 978-989-96036-0-8

**Fig.19 - Liceu Domingos Ramos, Praia, p.68** - SANTOS, Maria Emilia Madeira; GARCIA, João Carlos (2010), *Álbum Cartográfico de Cabo Verde. Comissão de Cartográfica (1883 – 1936)*. Praia: IPC. 978-989-96036-0-8

**Fig.20 - Seminário da Praia, Praia, p.69** – Autoria da própria

**Fig.21 - Comando Naval de São Vicente, Mindelo, p. 70** - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014), Cabo Verde – Cidades, Território e Arquiteturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 183

**Fig.22 - Sede da SAGA - Serviços de Aquisição de Géneros Alimentares, Praia, p. 76** - FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014), Cabo Verde – Cidades, Território e Arquiteturas, Lisboa: Printer Portuguesa – Industria Gráfica, SA. 978-989-97013-5-9, p. 178

**Fig.23 - Vista Aérea cidade da Praia, p.80** – Google maps

**Fig.24 - Evolução de Plateau, p. 83** - Comissão das comunidades europeias. Programa de planeamento urbano da cidade da Praia. Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico

**Fig.25 - Planta da cidade da Praia, 1946, p. 84** - FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 37

**Fig.26 - Planta da cidade da Praia, 1960, p. 85** - FERNANDES, Sérgio Padrão (2016), Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização Cabo Verde (1934-1974), Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica. 978-972-8479-90-9, p. 41

**Fig.27 - Planta da cidade da Praia, 1968, p. 86** - Comissão das comunidades europeias. Programa de planeamento urbano da cidade da Praia. Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico

**Fig.28 - Planta da cidade da Praia, 1990, p. 87** - Comissão das comunidades europeias. Programa de planeamento urbano da cidade da Praia. Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico

**Fig.29 - Padrão Comemorativo no Bairro Presidente Craveiro Lopes, p. 89** – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

**Fig.30 - Planta Evolução do bairro, 1952, p. 95** - Autoria da própria

**Fig.31 - Planta Evolução do bairro, 1954, p. 101** - Autoria da própria

**Fig.32 - Bairro Santa Filomena, 1954, p. 102** – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

**Fig.33 - Moradias Inauguradas no Bairro Santa Filomena, 1954, p. 103** – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.34 - Moradias Inauguradas no Bairro Santa Filomena, 1954, p. 104

<http://www.bairro.cv/index.php?paginas=4>

Fig.35 – Igreja no Bairro Santa Filomena, 1954, p. 105 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.36 - Posto Sanitário no Bairro Santa Filomena, 1954, p.106 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.37 - Planta Evolução do bairro, 1955, p. 109 - Autoria da própria

Fig.38 - Presidente da República General Craveiro Lopes, p. 110 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.39 - Inauguração do Bairro Craveiro Lopes, pelo Presidente General Craveiro Lopes, 1955, p. 111 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.40 - Inauguração do Bairro Craveiro Lopes, pelo Presidente General Craveiro Lopes, 1955, p. 112 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.41 - A Praça e o “Bairro de Baixo” no dia da Inauguração, 1955, p. 113 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.42 - O Chefe do Estado Inaugurando o Padrão Comemorativo no bairro, 1955, p. 114 – Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.43 - Planta Evolução do bairro, 1956, p. 116 - Autoria da própria

Fig.44 - Publicação no Boletim de Propaganda e Informação, p. 117 - “Comemorações do 28 de Maio” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº81, 1 de Junho de 1956, p.6

Fig.45 - Inauguração do Posto Escolar pelo Governador Abrantes Amaral, 1956, p. 118 - Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.46 - Inauguração do Posto Escolar no bairro, 1956, p. 119 - Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.47 - O Governador Abrantes Amaral discursando na inauguração do Posto Escolar do Bairro Craveiro Lopes, 1956, p. 120 - Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.48 - Planta Evolução do bairro, 1957, p. 122 - Autoria da própria

Fig.49 - Publicação no Boletim de Propaganda e Informação, p. 123 - “Comemorações do 28 de Maio” - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº81, nº 93, 1 de Junho de 1957, p.13

Fig.50 - Planta Evolução do bairro, 1958, p. 126 - Autoria da própria

Fig.51 - Publicação no Boletim de Propaganda e Informação, Entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, 1958, p. 127 - Cabo Verde Boletim Propaganda e Informação, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, nº107, 1 de Agosto de 1958, p.18

Fig.52 - Planta Evolução do bairro, 1959, p. 129 - Autoria da própria

Fig.53 - Aspetto do Bairro Craveiro Lopes, 1959, p. 130 - Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa

Fig.54 - Planta Evolução do bairro, anos de 1960, p. 133 - Autoria da própria

Fig.55 - Planta Evolução do bairro, anos de 1970, p. 134 - Autoria da própria

Fig.56 - Planta Evolução do bairro, anos de 1980, p. 135 - Autoria da própria

Fig.57 - Planta da Expansão do bairro, p. 136 - Autoria da própria

Fig.58 - Morfologia Urbana do bairro, p. 139 - Autoria da própria

Fig.59 – [1] Rampa Orlando Barreto, p. 140 - Autoria da própria

Fig.60 - [2] Rua Manuel Lopes, p. 141 - Autoria da própria

Fig.61 - [3] Rua Reinalda Rodrigues, p. 141 - Autoria da própria

Fig.62 - [4] Rua Diniz Rodrigues, p. 142 - Autoria da própria

Fig.63 - [5] Rua Pedro Azancot, p. 142 - Autoria da própria

Fig.64 - [6] Rua Diniz Pina, p. 143 - Autoria da própria

- Fig.65 - [7] Rua Constantino da Costa, p. 143 - Autoria da própria
- Fig.66 - Praça do Bairro, 2017, p.144 - Autoria da própria
- Fig.67 - Planta de Usos, p. 147 - Autoria da própria
- Fig.68 - Posto Escolar, p.148 - Fornecido pelo morador do bairro, Irlando Costa
- Fig.69 - Antigo Posto Sanitário Escolar, p.148 - Autoria da própria
- Fig.70 - Igreja Imaculada Conceição, p.148 - Autoria da própria
- Fig.71 - Habitação Unifamiliar, p.148 - Autoria da própria
- Fig.72 - Habitação Coletiva, p. 149 - Autoria da própria
- Fig.73 - Centro de Saúde da Achadinha, p. 149 - Autoria da própria
- Fig.74 - Pavilhão Desportivo, p. 149 - Autoria da própria
- Fig.75 – Supermercado, p. 149 - Autoria da própria
- Fig.76 - Planta de Espaços verdes e circulação pedonal, p.151 - Autoria da própria
- Fig.77 - Fachada Frontal e Lateral de um dos “chalets”, p.153 - Autoria da própria
- Fig.78 - Planta de Levantamento do estado de conservação das fachadas, p. 155 - Autoria da própria
- Fig.79 - Bom estado de conservação, p. 156 - Autoria da própria
- Fig.80 -Estado médio de conservação, p. 156 - Autoria da própria
- Fig.81 - Estado Degradado, p. 163 - Autoria da própria
- Fig.82 - Planta de Levantamento do estado de preservação das fachadas, p.159 - Autoria da própria
- Fig.83 - Fachadas Preservadas, p. 160 - Autoria da própria
- Fig.84 -Fachada alterada, p. 160 - Autoria da própria
- Fig.85 - Volume alterado, Fachada preservada, p.161 - Autoria da própria
- Fig.86 - Volume alterado, Fachada preservada, p. 161 - Autoria da própria
- Fig.87 - Planta de Levantamento do numero de pisos, p. 163 - Autoria da própria
- Fig.88 - Planta de Levantamento das tipologias de fachadas, p. 165 - Autoria da própria
- Fig.89 - Fachada “Tipo 1”, p.167 - Autoria da própria
- Fig.90 - Fachada “Tipo 2”, p. 169 - Autoria da própria

- Fig.91 - Fachada “Tipo 3”, p. 171 - Autoria da própria
- Fig.92 - Fachada “Tipo 3.1”, p. 172 - Autoria da própria
- Fig.93 - Fachada “Tipo 3.2”, p. 173 - Autoria da própria
- Fig.94 - Fachada “Tipo 3.3”, p. 174 - Autoria da própria
- Fig.95 - Fachada “Tipo 4”, p. 177 - Autoria da própria
- Fig.96 - Fachada “Tipo 5”, p. 179 - Autoria da própria
- Fig.97 - Fachada “Tipo 6”, p. 181 - Autoria da própria
- Fig.98 - Fachada “Tipo 6.1”, 182 - Autoria da própria
- Fig.99 - Fachada “Tipo 7”, p. 185 - Autoria da própria
- Fig.100 - Fachada “Tipo 8”, p. 187 - Autoria da própria
- Fig.101 - Fachada “Tipo 8.1”, p. 188 - Autoria da própria
- Fig.102 - Planta do levantamento das tipologias habitacionais originais, p. 192 - Autoria da própria
- Fig.103 - Planta das tipologias habitacionais analisadas e o estado de preservação das mesmas, p. 193 - Autoria da própria
- Fig.104 - Habitações analisadas, p. 194 - Autoria da própria
- Fig.105 - Habitações analisadas, p. 195 - Autoria da própria
- Fig.106 - Habitações analisadas, p. 196 - Autoria da própria
- Fig.107 - Habitações analisadas, p. 197 - Autoria da própria
- Fig.108 - Habitações analisadas, p. 198 - Autoria da própria
- Fig.109 - Arquiteto Pedro Gregório Lopes, p. 207 - Autoria da própria
- Fig.110 - Casa projetada pelo Arquiteto Gregório Lopes, 1974, p. 221 – INGT





PAISAGEM E INFRAESTRUTURA NO EIXO ALENQUER- CARREGADO

**CENTRO DE CIÊNCIAS MANUEL DA CONCEIÇÃO GRAÇA  
CARREGADO**







Departamento de Arquitetura e Urbanismo

**Paisagem e Infraestrutura no Eixo Alenquer – Carregado:  
Centro de Ciências Manuel da Conceição Graça no Carregado**

Jéssica Samuela Monteiro Almeida

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Arquitetura

(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador da vertente prática:

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar  
ISCTE-IUL

Outubro 2017



# **Índice**

- |            |                                  |
|------------|----------------------------------|
| <b>239</b> | <b>Introdução</b>                |
| <b>241</b> | Estratégia de Grupo              |
| <b>242</b> | Proposta Geral de Grupo          |
| <b>247</b> | Proposta de Grupo para Carregado |
| <b>255</b> | Projeto Individual               |
| <b>257</b> | Local                            |
| <b>272</b> | Intervenção                      |



Vista Aérea Alenquer - Carregado

## Introdução

O projeto apresentado, constitui a vertente prática do Projeto Final de Arquitectura do Mestrado Integrado em Arquitectura, desenvolvido no ano letivo 2016/2017.

O trabalho proposto é desenvolvido entre o Eixo Carregado - Alenquer, e tem como objetivo uma análise urbana ao longo deste eixo seguida de estratégias de requalificação que darão origem a propostas pontuais. O exercício foi dividido em duas fases, tendo sido a primeira dedicada a análise de grupo e a segunda ao trabalho individual.



*Centro de Ciências Manuel da Conceição Graça - Carregado*

**1.0**

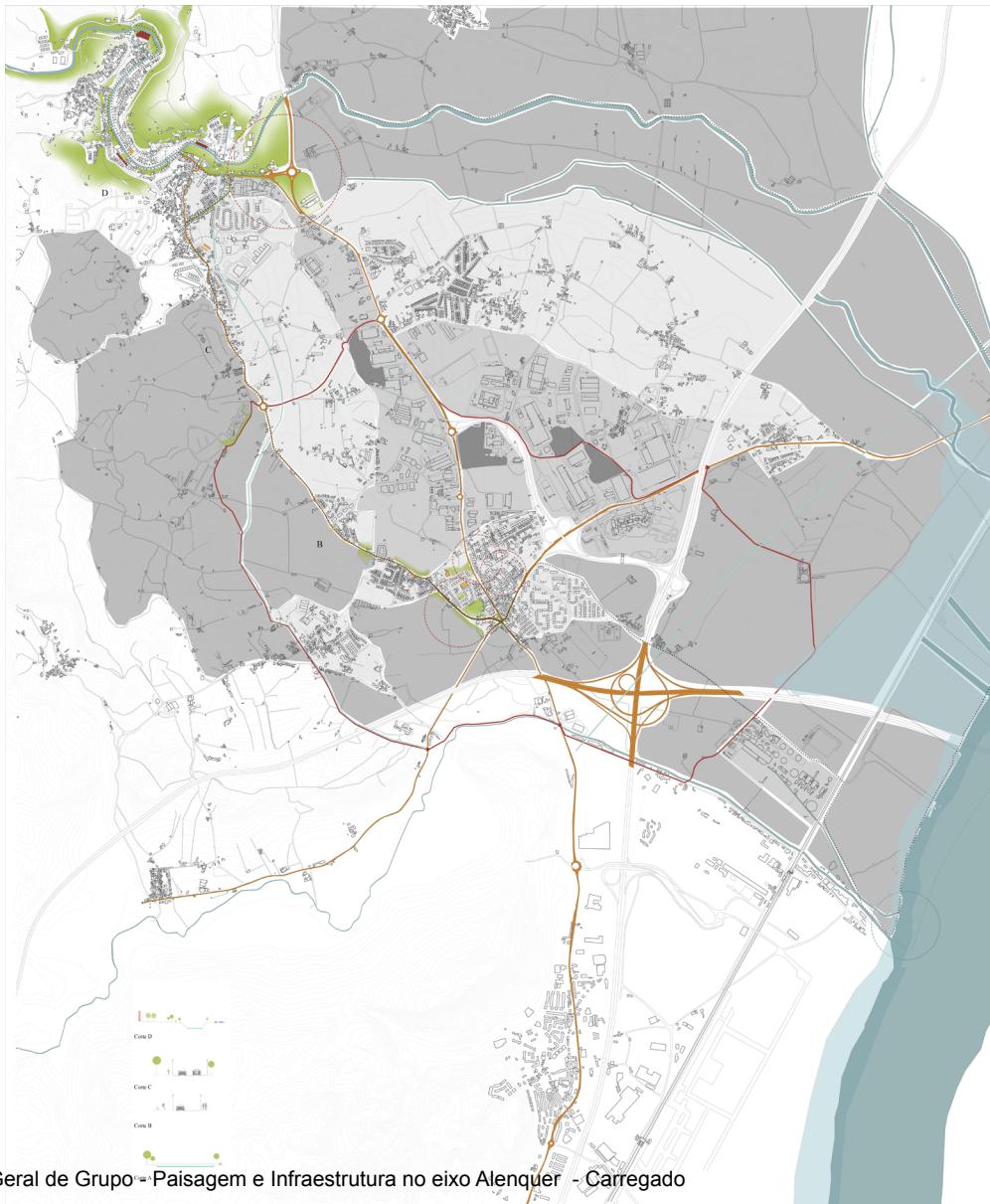
---

ESTRATÉGIA DE GRUPO

## **1.0 – Trabalho de Grupo**

### **1.1- Eixo Alenquer - Carregado**

Derivados da N1, as vilas de Alenquer e Carregado assumem-se como dois núcleos que se influenciam, embora distintos geograficamente e a nível de escala urbanística. A vila de Alenquer estende-se paralelamente às margens do rio - a espinha dorsal de um território caracterizado por uma dispersão suburbana e ausência de atratividade, enquanto a vila do Carregado se revela um núcleo habitacional concentrado. Após uma análise à escala territorial, o grupo dividiu-se pelos dois polos do eixo rodoviário que marcam este território. A estratégia de grupo tem como principal objetivo acentuar e favorecer a ligação entre estes dois núcleos através das vias N1 e Rua Principal, alterando consequentemente o caráter e a vivência nos espaços circundantes. Propomos igualmente reorganizar os pontos que considerámos mais importantes - em Alenquer a reestruturação da entrada da vila e no Carregado a reestruturação dos eixos rodoviários de grande intensidade e a requalificação dos espaços públicos.





Aglomerado urbano e o Rio - Alenquer



Edificado e Espaço Público na Barrada - Carregado



Vala do Carregado

## 1.2 - Carregado

Lendo o território atual urbano do Carregado destacamos uma clara desconectividade e heterogeneidade entre os diversos bairros, situação que é fortemente acentuada pela presença interna de eixos rodoviários de atravessamento supra-local, com um fortíssimo impacto, estigmatizante, no ambiente urbano do Carregado. A atenuação destas barreiras e destes desequilíbrios passará por um conjunto de ações concertadas e complementares, das quais destacamos: (i) a atenuação das vias de travessamento (com alternativas, com reperfilamentos e repavimentações); (ii) a melhoria do espaço público (criando espaços de estadia, promovendo continuidades pedonais e clicáveis); (iii) a melhoria dos canais rodoviários (organizando o estacionamento, arborizando, criando ligações); (iv) a redistribuição de equipamentos coletivos.

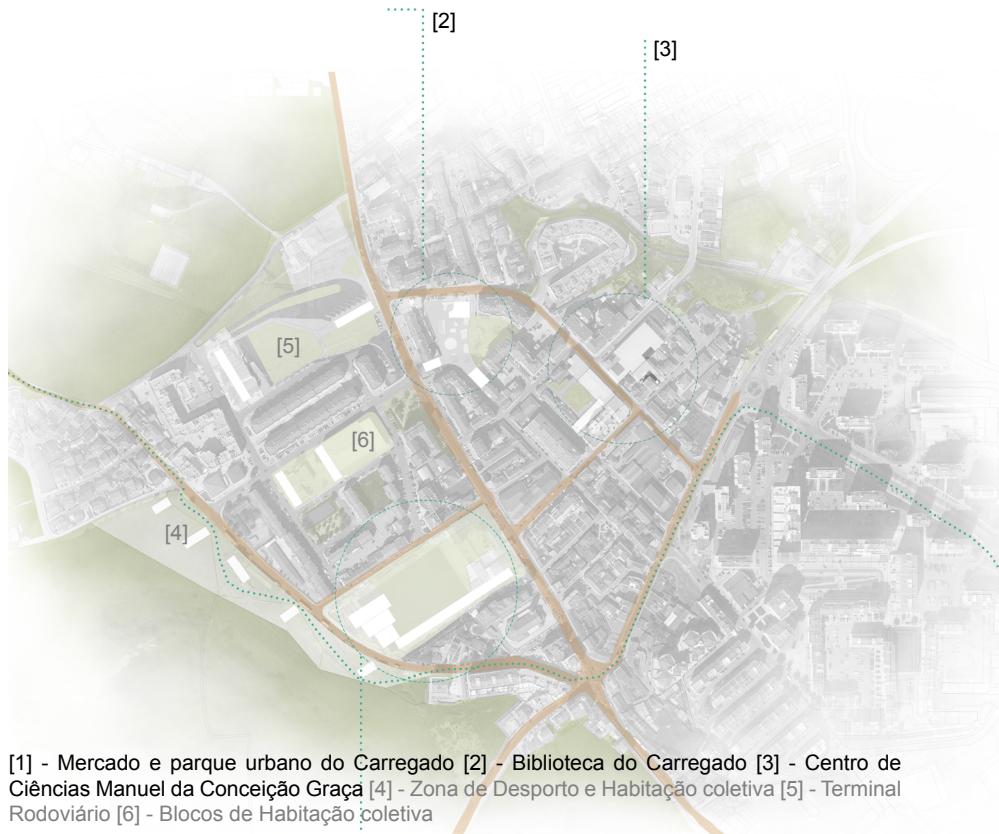
Propomos 3 ações imediatas de redistribuição de equipamentos:

- A transformação da antiga fábrica MCG num edifício espaço-público: o Centro de Ciência Viva Manuel da Conceição Graça. Este edifício poderia funcionar agora como um edifício de carácter simultaneamente público e privado, constituindo um grande espaço público coberto e construindo a memória industrial do Carregado.

- A relocalização e ampliação da Biblioteca do Carregado para um local expectante na articulação da zona antiga com o novo Carregado. Dada a sua implantação o empreendimento poderá incorporar programas de habitação e serviços, combinando investimentos e expectativas públicas e privadas.

- A relocalização e ampliação do Mercado do Carregado para a zona do atual Campo Desportivo. A relocalização do Campo Desportivo permitiria criar um espaço público excepcional, a Praça Central. Também aqui a operação urbanística irá conter programas complementares de habitação e serviços, viabilizando economicamente a operação.

Como exercício propomos pensar que os equipamentos desportivos sejam articulados com o sistema de espaços públicos e com os limites urbanos do Carregado, redesenhando o perímetro urbano, evidenciando valores paisagísticos e ambientais, contrariando a presença próxima das grandes infraestruturas que servem a AML e, contribuindo assim para uma melhor imagem, valor fundiário e qualidade de vida real.





Maquete da Estratégia de grupo para Carregado



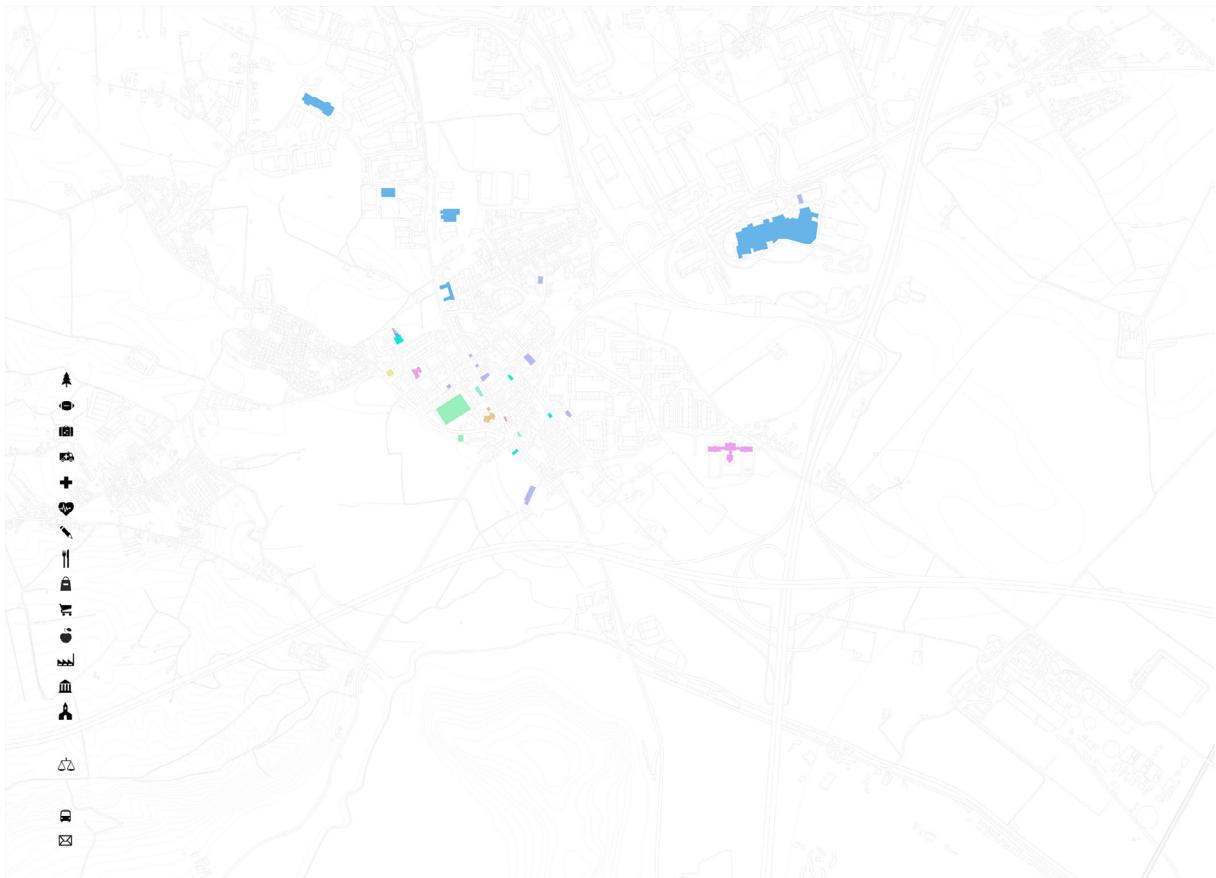
Análise do tráfego elaborado pelo grupo



Proposta de novo sistema do tráfego elaborado pelo grupo



Levantamento dos tipos de espaços verdes existentes na zona de intervenção elaborado pelo grupo



Levantamento dos serviços existentes na zona de intervenção elaborado pelo grupo



*Centro de Ciências Manuel da Conceição Graça - Carregado*

**2.0**

---

PROJETO INDIVIDUAL



## O Local

Situado no centro histórico de Carregado, a M.C Graça, Lda., foi fundada pelo Manuel da Conceição Graça, tendo-se dedicado à reparação de viaturas.

Posteriormente foram escolhidos pela Scania Vabis para fabricar todas as cabinas para os seus camiões vendidos em Portugal que executaram até 1980.

Desde então intensificaram a atuação no setor dos componentes para a industria automóvel detendo tecnologias para projetar e executar moldes, cortantes e ferramentas adequadas às pequenas e grandes peças.

A fábrica funcionava em dois edifícios diferentes, um deles era dedicado às áreas de produção de ferramentas e o outro para peças. Separados pela Rua Castelo Melhor, construídos em fases diferentes e contava com mais de 120 operários. Os edifícios estão inseridos num aglomerado habitacional condensado, com poucos espaços públicos e de lazer.







Instalações da antiga fábrica Manuel da Conceição Graça



Instalações da antiga fábrica Manuel da Conceição Graça



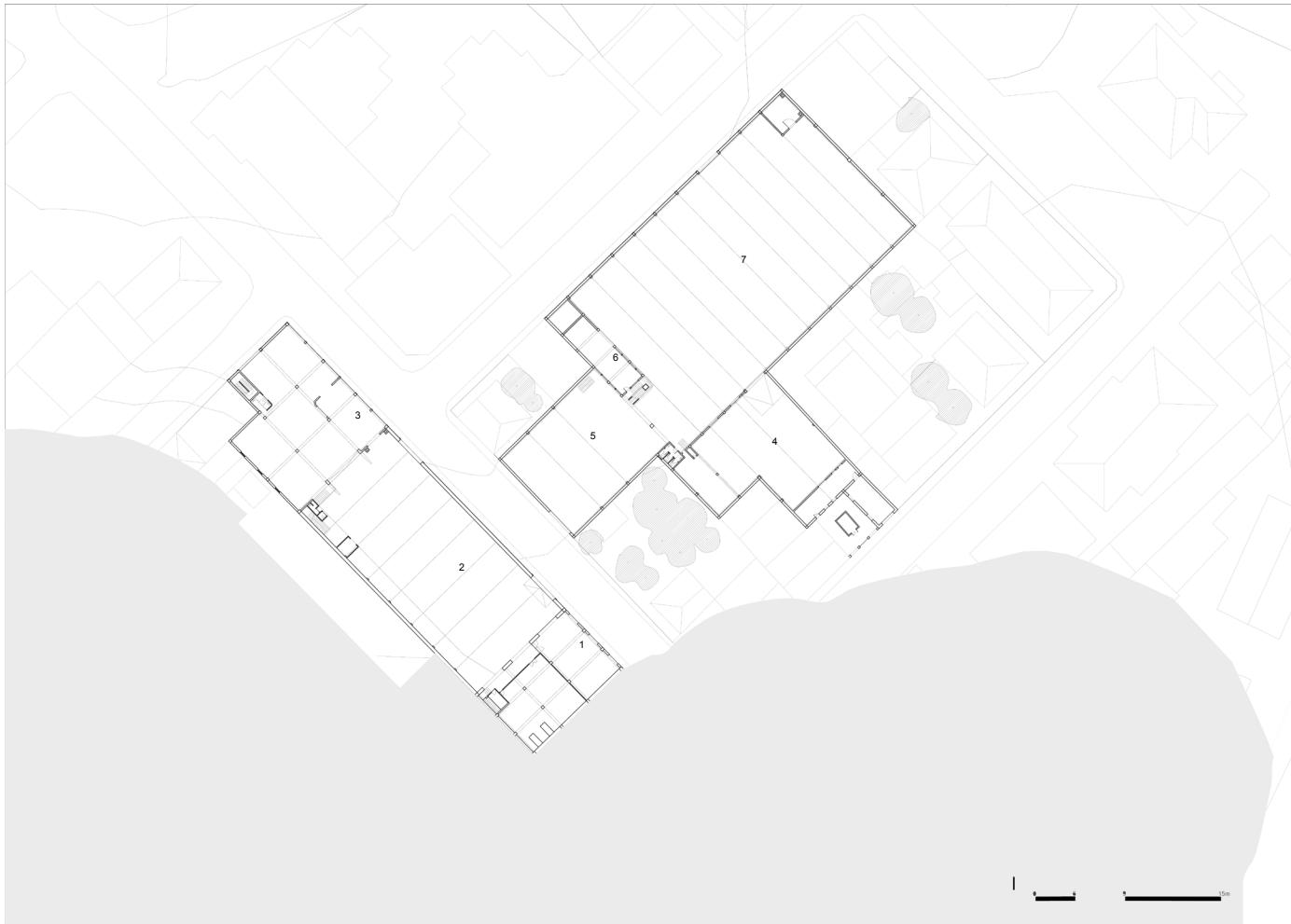
Pomar existente na traseira do edifício 1



Fotografias do Edifício 1

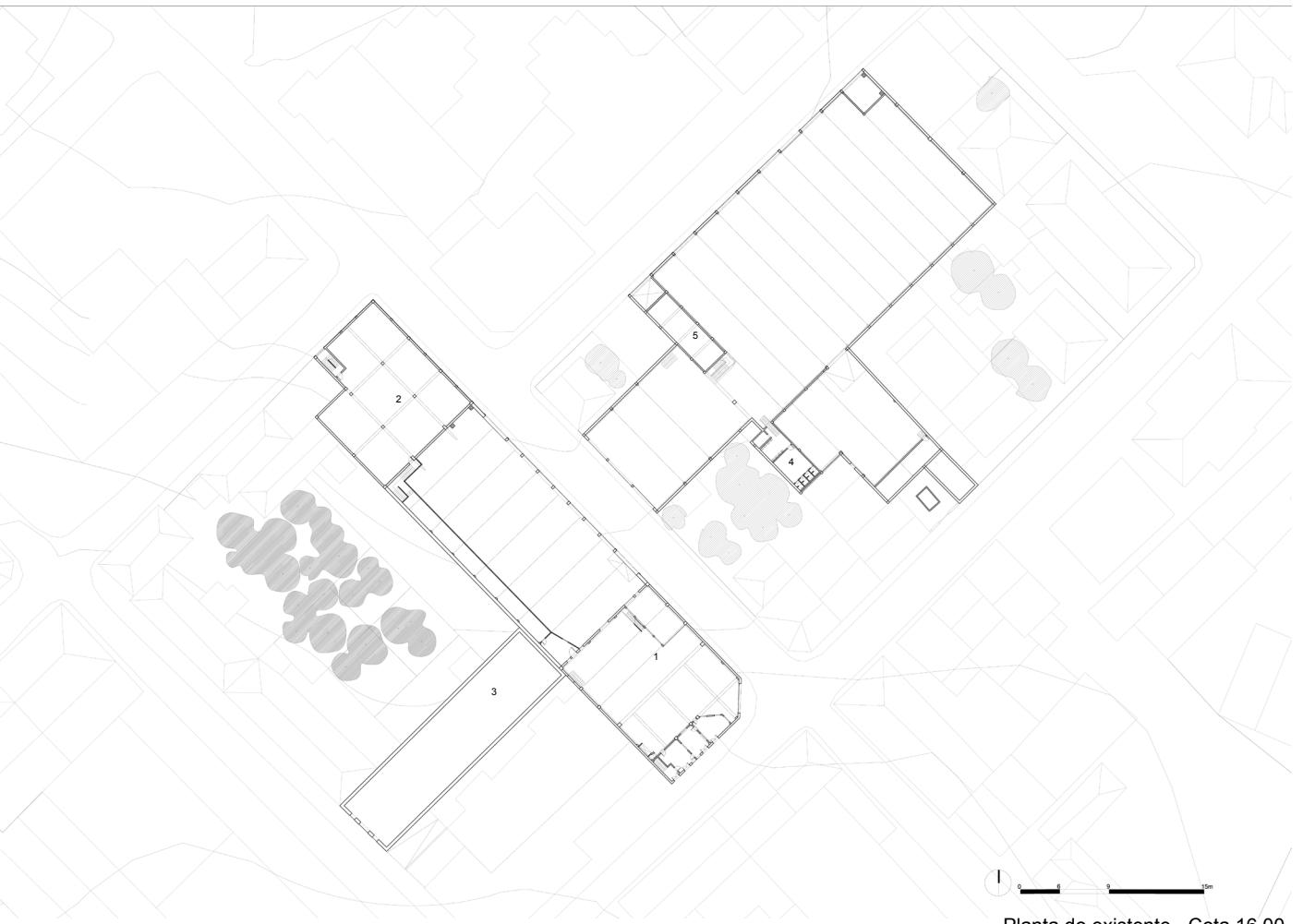


Fotografias do Edifício 2



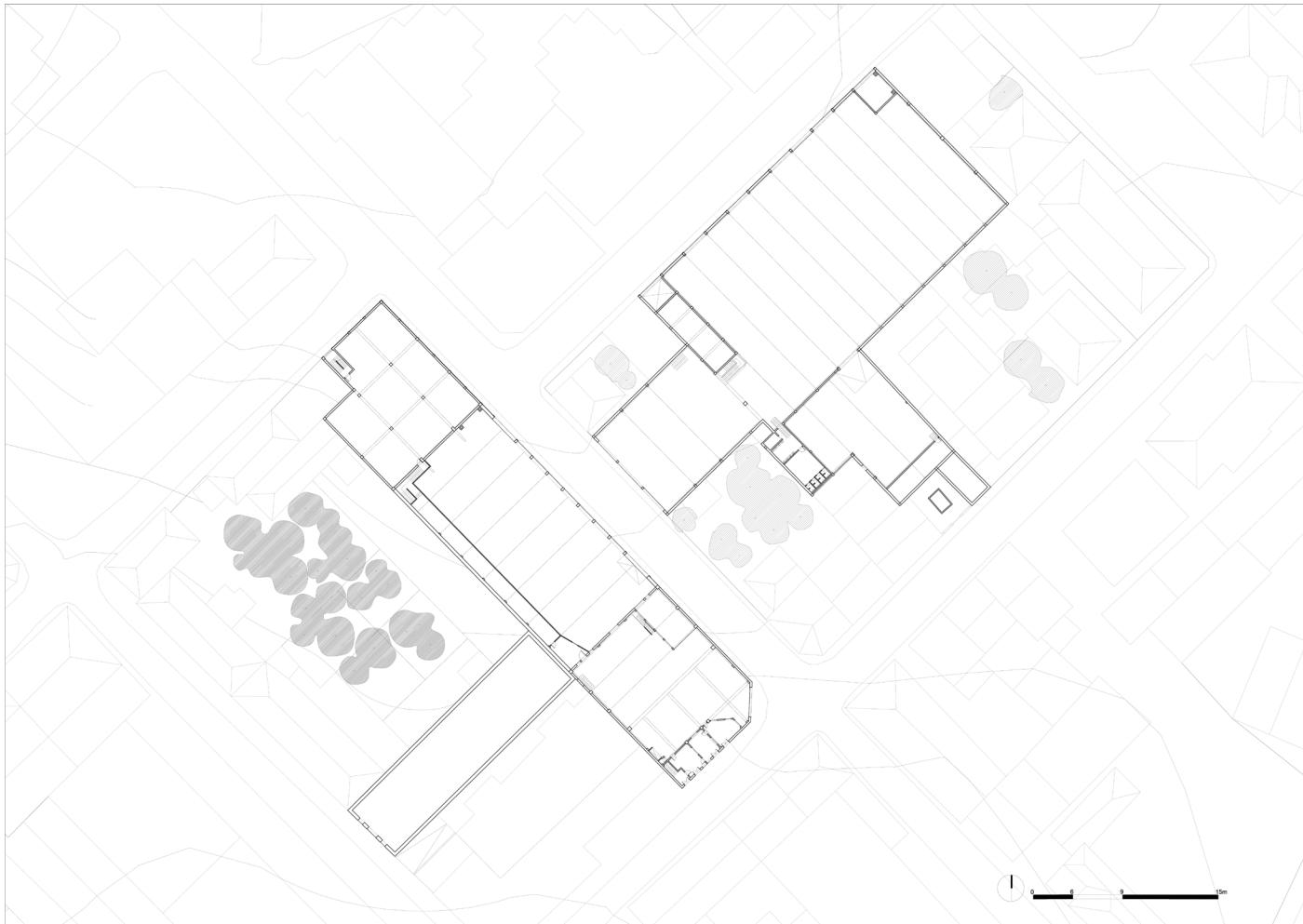
Planta do existente - Cota 14.00

1- Sala de costura 2- Linha de Montagem de cabines 3 - sala de pintura 4 - carpintaria 5 e 7- Linha de montagem 6 - Armazém



Planta do existente - Cota 16.00

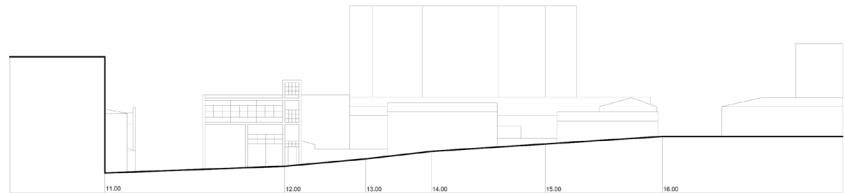
1- Linha de Montagem 2- Escritórios e balneários 3 - armazém antigo 4 - balneários 5 - Escritório/ sala de desenho



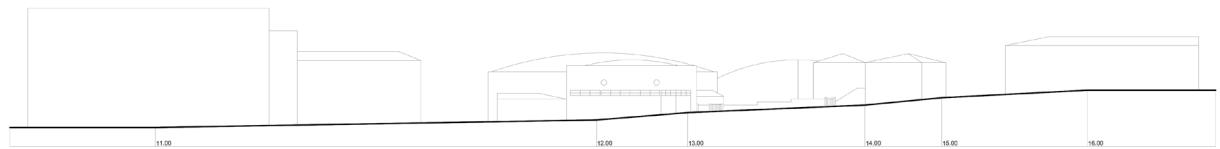
Planta do existente - Cobertura



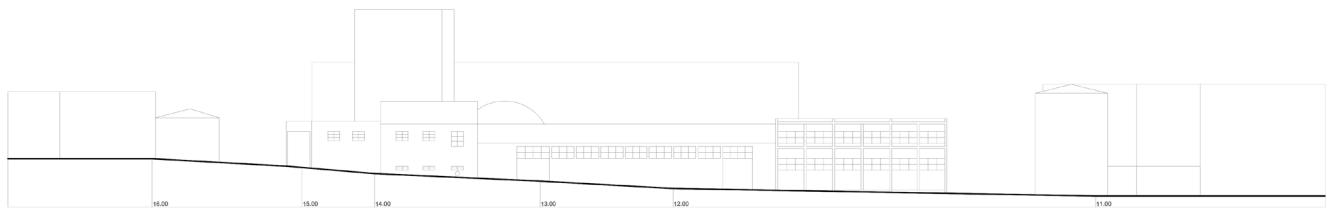
Planta Marcação dos cortes existente



ALÇADO C



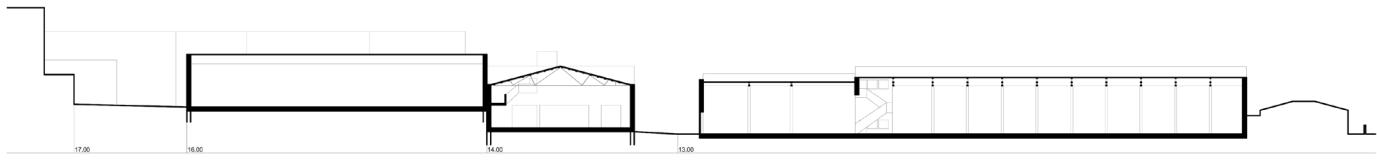
ALÇADO B



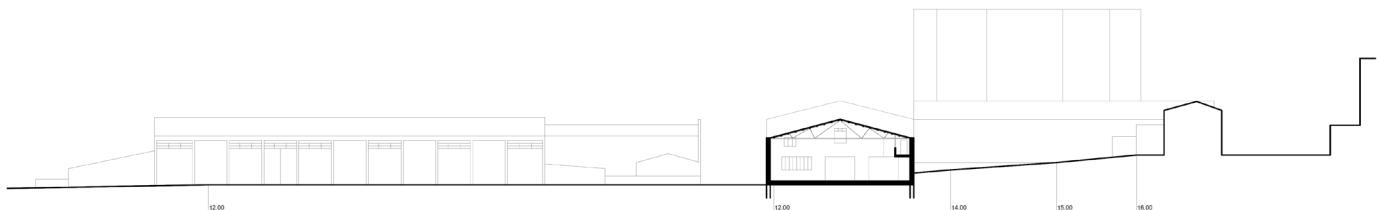
Escala 1:450

ALÇADO A

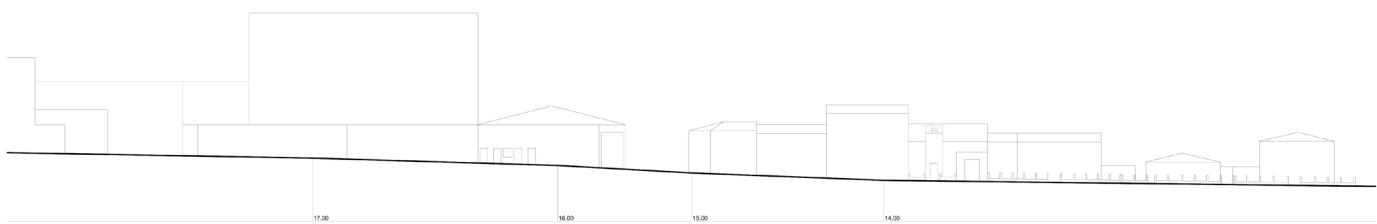
Alçados do existente



CORTE H



CORTE G



ALÇADO E

Escala 1:450

Alçado e cortes do existente



Armazéns - Local de intervenção



Serviços



Espaço Livre



Habitação Coletiva



Habitação



Anexos



Análise da envolvente

## Intervenção

Este projeto visa revitalizar a rua dos edifícios da antiga fábrica, que é considerada pela população, a traseira daquela que foi a rua comercial mais importante do Carregado, onde atualmente está localizada a farmácia, o que faz com que haja grande concentração de pessoas nessa zona.

O objetivo seria qualificar o ambiente desta zona, e a manutenção do espaço livre no interior dos lotes, criando assim novos espaços públicos abertos, semi-abertos e fechados. Trazer o ambiente urbano para dentro do edifício, quase que transformar as instalações da antiga fabrica em edifícios espaços-públicos. Edifícios de caráter simultaneamente público e privado, constituem grandes espaços públicos cobertos. Esta intervenção visa respeitar a configuração espacial existente e para os edifícios propõe-se manter o caráter industrial, principalmente no que diz respeito à utilização do metal como material de intervenção, albergando um programa extenso de caráter social e cultural, com exposições, atividades recreativas, espaços receptivos, experiências interativas, entre outros.

O projeto do Centro de Ciência Manuel da Conceição Graça, concretiza o espaço da antiga fábrica num centro capaz de relembrar o cotidiano dos antigos trabalhadores e realizar o desejo de qualificar o ambiente com as expectativas da população para uma possibilidade de lazer que é uma possibilidade de lazer que é de primordial importância. Portanto, seria construir a memória industrial do carregado, tirando partido da localização dos edifícios albergando assim um novo programa, e contribuir para a mudança da vida cultural da cidade.

Os dois edifícios são de alvenaria de pedra e cobertos com telha de fibra de vidro. Encontram-se separados através da Rua Castelo Melhor, e albergam programas distintas, mas que estão ligadas fisicamente através de um passadiço de metal que atravessa a rua e entra por dentro dos edifícios promovendo assim a interação das duas atmosferas.

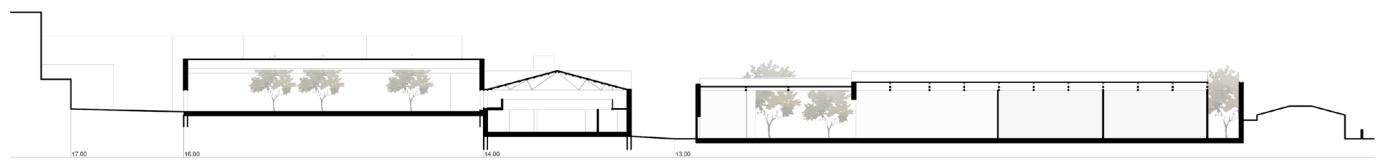
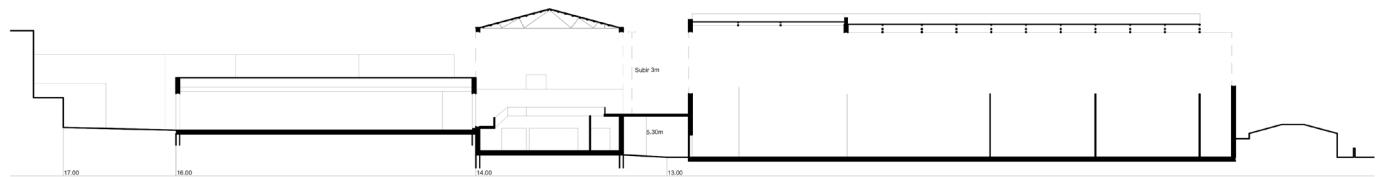
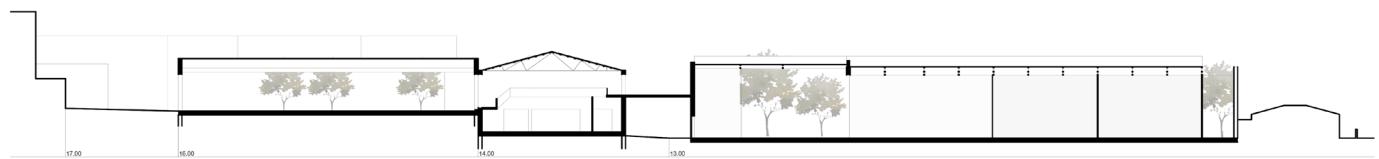
Como já foi referido a fábrica era constituída por dois edifícios de grande porte, sendo um deles situado a sudoeste, composto por dois blocos e uma nave com cobertura de duas águas dotadas de

asnas metálicas. Este edifício é o espaço que alberga o programa social, nomeadamente, um centro de dia para idosos e um espaço lúdico. O centro dia, é constituído por salas de jogos, espaço de leitura, um pequeno auditório e uma cafeteria. E o espaço lúdico, possui um pequeno campo de basquetebol para os mais novos, e algumas salas de workshops/ formações.

Já o segundo edifício, situado a nordeste é constituído por vários núcleos com cobertura curva, que variam de pé direito, e também possui asnas metálicas curvas. Para este edifício propõe-se um Centro de Ciência Viva, dotada de espaços criados através de painéis metálicos autoportantes, capaz de recriar/ expor as diferentes fases de produção da fábrica, desde: desenho, moldes de esferovite, fabrico dos moldes, serralharia às montagens das cabines da Scania. Este programa é complementado com alguns espaços de apoio aos funcionários: escritórios, armazém, área técnica e balneários. E ainda para o público temos a cafeteria e o jardim exterior/ esplanada. Para este edifício é proposto também um pequeno edifício de dois pisos destinados a estúdios espaço de trabalho disponível para a população.

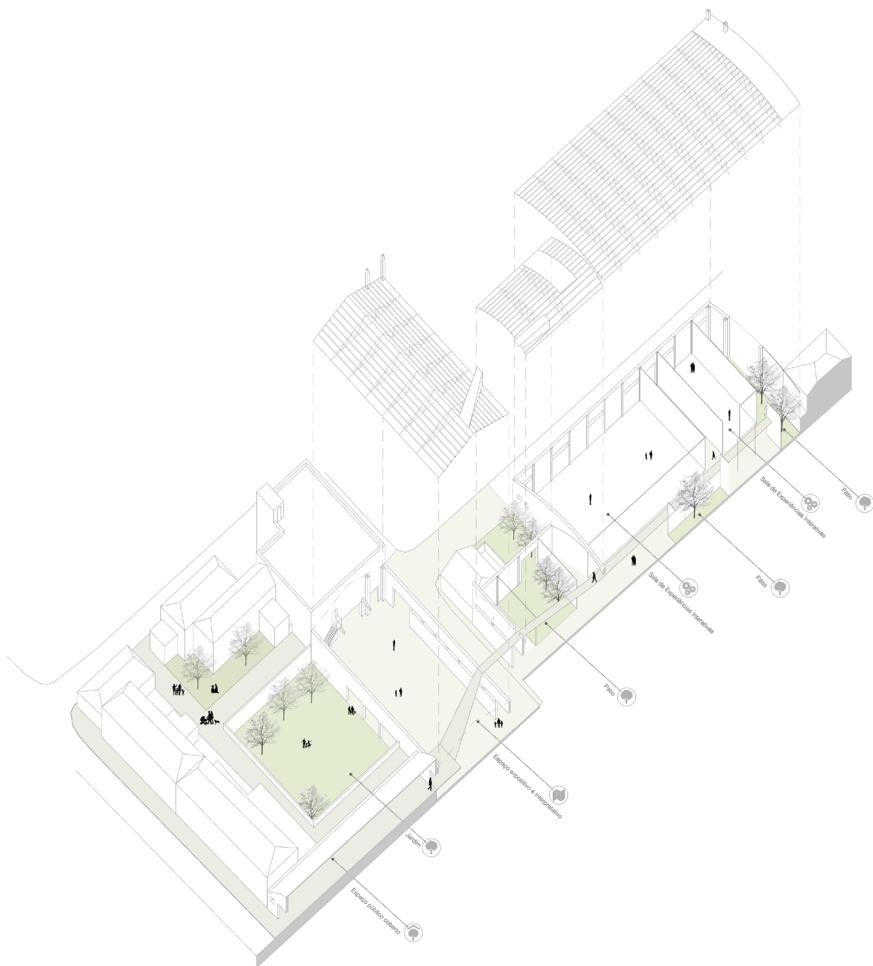
A prioridade de intervenção é manter a característica industrial dos edifícios através das intervenções pontuais em metal, constituindo na sua maioria áreas de apoio aos programas proposto, inseridas na nave principal do edifício. A escolha do material deve-se ao facto das intervenções serem consideradas temporárias e moldáveis.

No sentido de explorar as possibilidades de ligar os dois edifícios, o sistema construtivo torna-se num gerador do projeto, através do passadiço, e o núcleo onde o passadiço assenta no segundo edifício, possui um pé direito, inferior à altura adequada, pois foi necessário alterar a sua configuração, aumentando a cobertura aproximadamente um metro, permitindo assim uma entrada de luz controlada na zona da exposição das cabines.

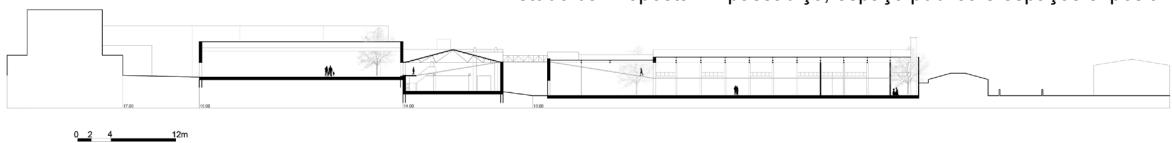


Escala 1:450

Estudo da Proposta 1- passadiço



Estudo da Proposta 2 - passadiço, espaço público e espaços expositivos



## Proposta Final



Implantação



Planta cota 12.20



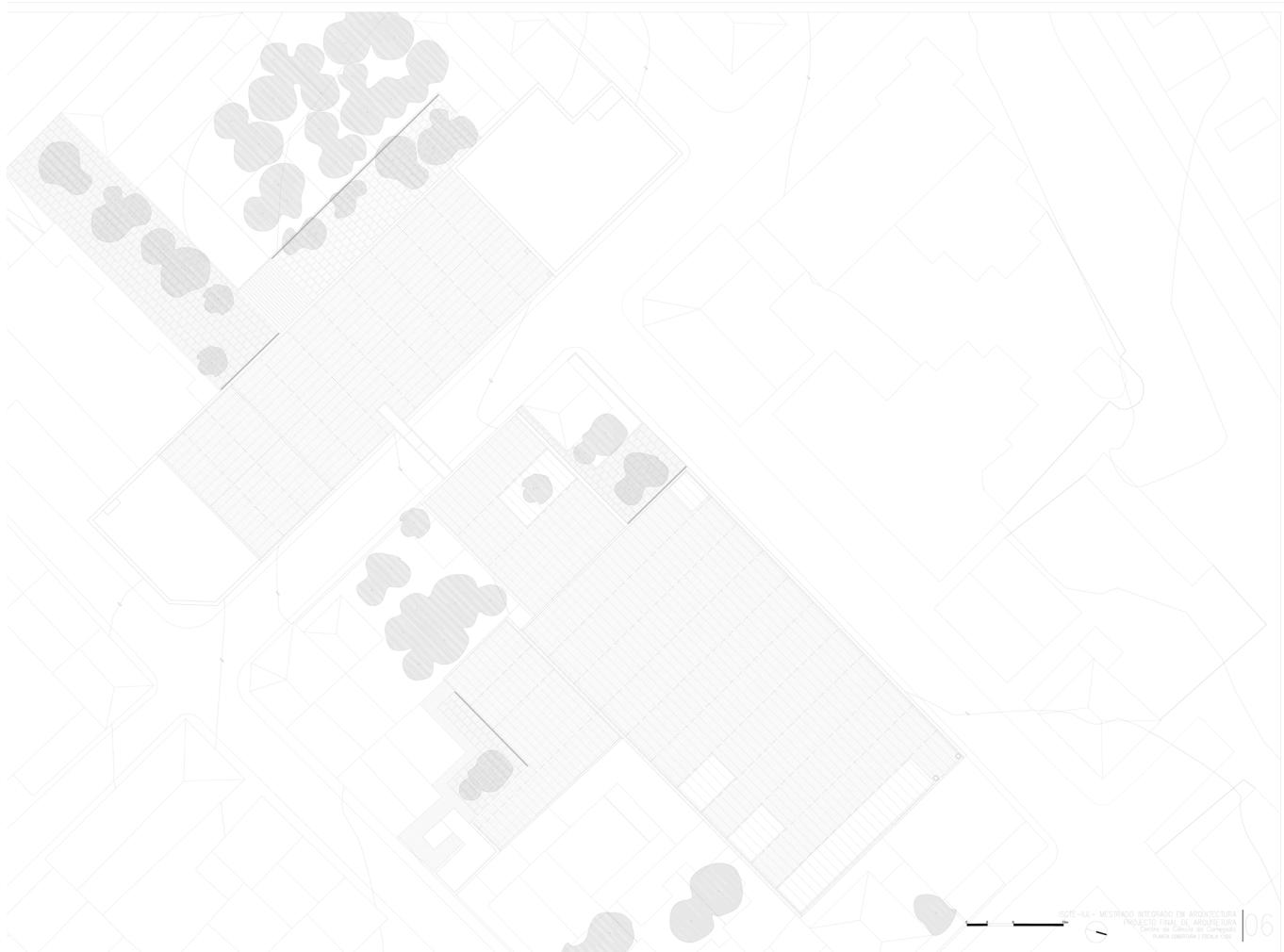
Planta cota 14.80



Planta cota 16.60

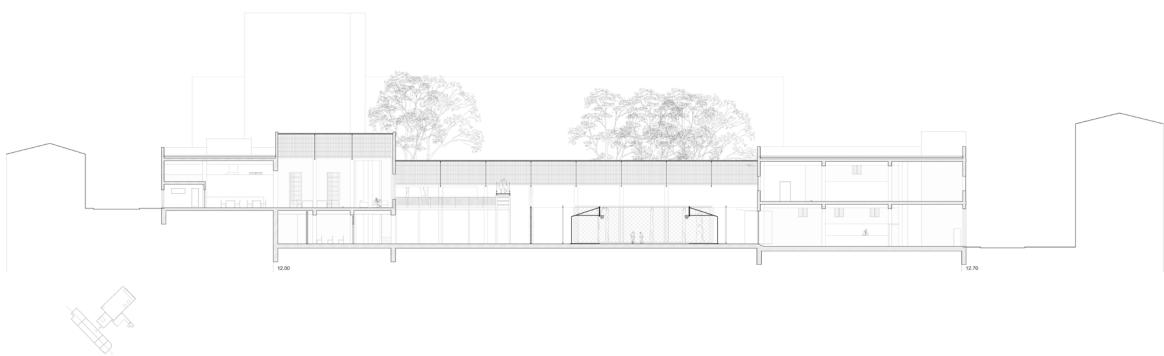
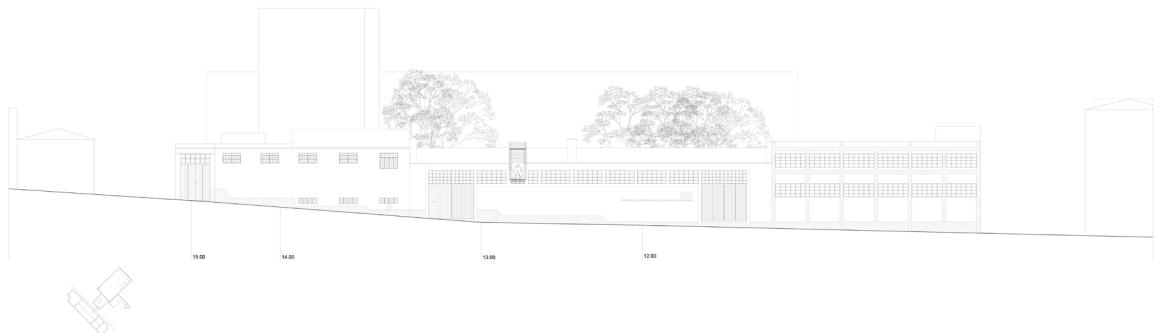


Planta cota 17.80



Planta cobertura

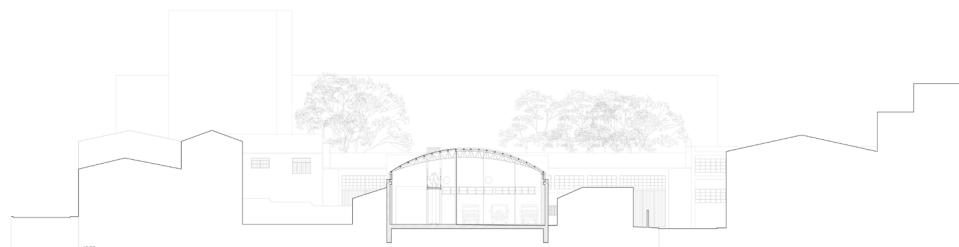
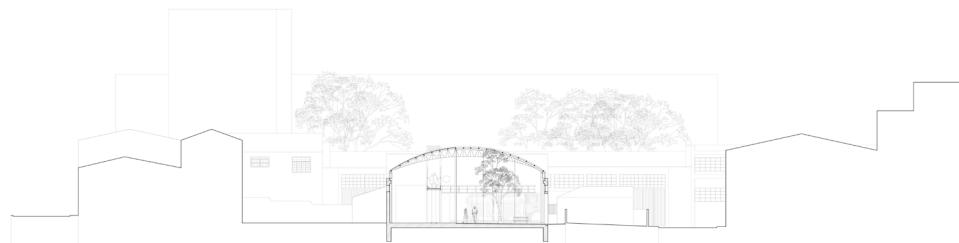
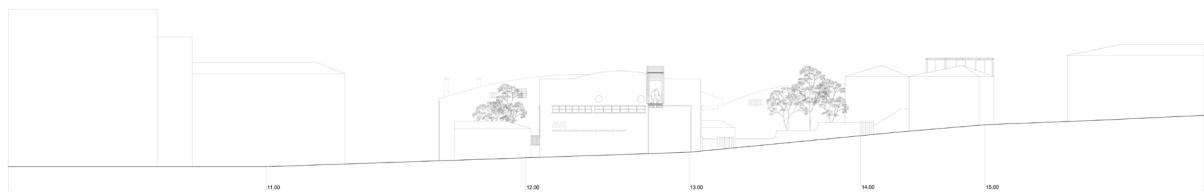
FCTE-UL - MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA  
PROJETO FINAL DE ARQUITETURA  
Centro de Ciências da Saúde  
Área Biomedicina (ESPAÇO 106)



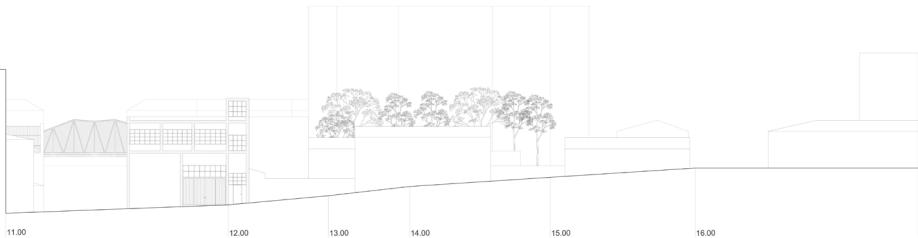
ISCTE-IUL - MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA  
PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA  
Centro de Artes e Humanidades  
CIP/2018/AU2018/LE0001/008

07

Corte e Alçado da proposta



Corte e Alçado da proposta



11.00

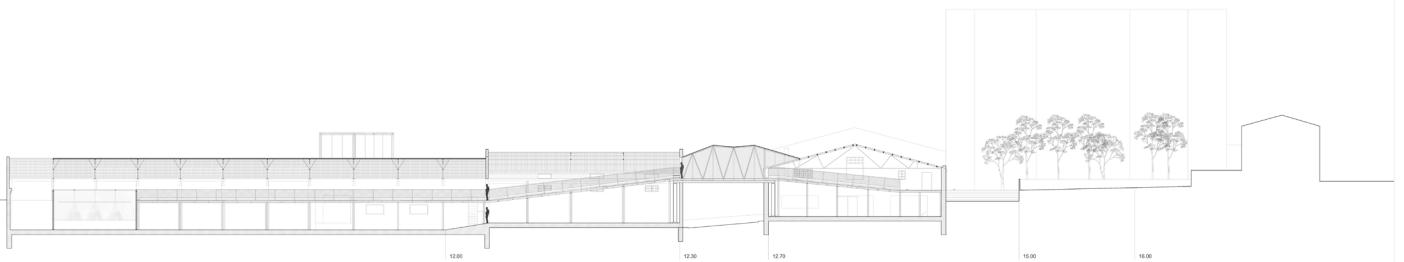
12.00

13.00

14.00

15.00

16.00



12.00

12.30

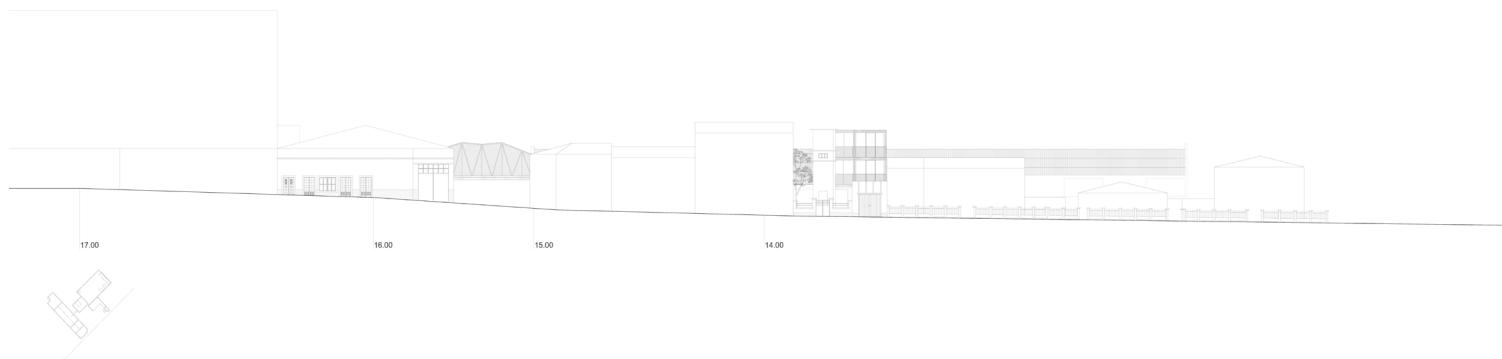
12.70

15.00

16.00



Corte e Alçado da proposta



# Enunciado

*O trabalho do arquitecto consiste em projectar relações formais Fernando Távora*

*O objectivo da investigação é transformar o inexplicável em previsível e o projecto de arquitectura é exactamente transformar o previsível em inexplicável Mário Kruger*

**1. Âmbito e Tema** Este documento apresenta o Programa Preliminar da Vertente Prática (VP) Unidade Curricular (UC) de Projecto Final de Arquitectura (PFA) do 2º ciclo do MIA para o ano lectivo 2016/2017. A vertente prática consistirá num trabalho de Projecto que será desenvolvido em local a determinar em Programa Específico a apresentar no inicio do ano lectivo, local este que será, em princípio, partilhado em conjunto com as outras duas turmas de PFA. De igual modo, o programa detalhado da intervenção será descriminado no Programa Específico atrás mencionado. Não obstante e sem prejuízo do local de intervenção e do programa específico a serem apresentados, o Tema de Trabalho da VP de PFA para esta turma será em traços largos o da ARQUITECTURA COMO “LUGAR-FORMA”, conforme o conceito proposto por Kenneth Frampton em Seven points. Neste manifesto Frampton afirmava que com a queda do projecto Socialista no final do século XX, ao qual a arquitectura moderna estava tão “intimamente ligada”, a profissão teria que procurar novas formas profícias de envolvimento com a sociedade. Uma das possibilidades seria encarar a sociedade no seu todo como um cliente, e para tal, dizia que a educação de base em “design ambiental” de toda a sociedade seria um factor determinante para a melhorar o entendimento dos próprios clientes, da sociedade, uma vez que a qualidade em Arquitectura é impraticável sem bons encomendadores. Ao mesmo tempo e em complemento, a própria profissão teria que rever os seus objectivos pedagógicos, equilibrando o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, que seria proporcionada por uma formação mais abrangente dos futuros arquitectos. Frampton argumentava que a globalização, a tomada de consciência dos limites e da fragilidade do ambiente e dos recursos naturais, socobrara o tecno-

otimismo do século XX, cuja excessiva preponderância técnico-científica conduzira a uma disrupção entre civilização e cultura, levando ao crescimento desmesurado e desequilibrado dos aglomerados urbanos, com enormes implicações ambientais, ao ponto de se extinguir a própria capacidade de regeneração do ambiente construído pela edificação, surgindo agora a intervenção na estrutura ecológica e na paisagem, como estratégia redentora e como factor mais premente do que a edificação enquanto “objecto isolado”. Consequentemente, mais do que uma Arquitectura como acontecimento singularmente expressivo, o novo milénio necessitaria uma Arquitectura simultaneamente “contexto de cultura” e “expressão cultural em si mesma”, pelo que uma abordagem acriticamente expressiva seria um ato redutor do “carácter sociocultural” da Arquitectura, que deverá antes ser, num contexto de crise política, económica e social, orientado não como um “produto-forma” mas cada vez mais como um “lugar-forma”, circunstância participante de um processo continuo de regeneração dos lugares. Estas ideias, de lugar-forma e de exaustão ideológica, económica e edificada, patente nos países do Ocidente capitalista e industrializado, seriam acentuadas pela Grande Depressão de 2008. Em paralelo, aspectos como a humanização da tecnologia, a utilização dos recursos da informatização para a participação social, vêm promover novos modelos de planeamento e de edificação, onde o projecto de arquitectura será porventura mais discutido e as decisões de programa e projecto mais participadas.

No conjunto, estes temas transversais da contemporaneidade estarão presentes ao longo da VP de PFA. Temas estes que não revelam necessariamente uma menorização dos aspectos espaciais, formais e expressivos da arquitectura, fruto de um eventual realismo exacerbado que apagaria a sua presença simbólica e material. Antes revelam uma maior complexidade das circunstâncias que envolvem o acto do Projecto, correspondente a um enriquecimento que amplia e funda as soluções de projecto e a própria representatividade disciplinar, conferindo à metodologia de projecto uma matriz investigatória e de interesse político e social. Deste modo, recordando que o trabalho a desenvolver nesta VP será o de uma simulação crítica de um projecto de arquitectura, todos os actos de pesquisa e interpretação das condições dos locais, dos programas e demais circunstâncias exploradas terão sempre como objectivo final o máximo desenvolvimento possível de uma proposta de materialização

arquitectónica, que representará uma proposta global e humanizada de transformação de espaços edificados. [o desenho] é o instrumento através do qual a arquitectura acede à existência *Edward Robbins Poetry is at the heart of architecture Steven Holl*

**2. Programa e Metodologia** Sublinhamos que se aceitarmos que a reestruturação do território e a própria arquitectura são construções sociais e económicas, procura-se em PFA que o trabalho de projecto tenha uma dimensão critica, cultural e material destes factores estruturantes - as lógicas produtivas de transformação do território e da arquitectura. Seja para as subverter ou seduzir, seja reduzindo-as ou ampliando- as selectivamente, seja com uma outra estratégia e um outro grau de relação critica, o projecto terá como objectivo construir uma hipótese de futuro por que valha a pena trabalhar, entendo-se o Projecto como uma proposta concreta de reconstrução de um lugar, cuja condição material reúne múltiplas dimensões (urbanísticas, paisagísticas, tecnológicas, culturais, etc.). Deste modo, o programa desta VP de PFA englobará varias escalas de intervenção: a escala urbana, ao nível do Projecto Urbano; a escala espaço público, ao nível do Projecto de Espaço Público; a escala do edificado, ao nível do Projecto de Arquitectura. As intervenções serão efectuadas sobre tecidos urbanos existentes, incluindo espaços públicos e edifícios também pré-existentes, havendo desde modo como que uma reabilitação de espaços edificados. Não obstante, o programa específico irá prever igualmente edificação nova. Em todas as escalas e em todos os programas é pretendido um posicionamento individual critico perante o próprio processo do projecto, que relate a metodologias de elaboração e produção com resultado produzido, valorizando o recurso a meios próprios de pesquisa e de comunicação, onde as ferramentas de representação são entendidas como instrumentos simultâneos de concentração de dados analíticos e de experimentação de uma nova ordem material proposta. Conforme o disposto na FUC de PFA o trabalho será anual, alicerçado num único exercício de fundo, organizado em fases sequenciais de projecto, estas fases articulam momentos e escalas diversas do projecto, que corresponderão igualmente a momentos de trabalho em grupo e momentos

de trabalho individual. Na realidade, privilegiar-se-á um sistema de trabalho simultaneamente em grupo e individual.

Realizado por Pedro Luz Pinto, Maio 2016